



DESPORTO E CA(U)SA COMUM

Alex Villas Boas e Alfredo Teixeira (Coord.)

UNIVERSIDADE CATOLICA EDITORA



Desporto e Ca(u)sa Comum

Título Desporto e Ca(u)sa Comum

Autores Alex Villas Boas, Henrique Brito, Ricardo Melo, Manuel Sérgio, Jorge Araújo, Nuno Santos, Francisca Laia, Ana Bispo Ramires, Antonio Sánchez Pato, Vítor Serpa, Ricardo Carvalho, Alexandre Miguel Mestre, Duarte Araújo, Bruno Avelar Rosa, Katia S. M. Mortari

Coordenação Alex Villas Boas, Alfredo Teixeira

Coleção Cátedra Manuel Sérgio – Desporto, Ética e Transcendência

Coordenação científica Alfredo Teixeira, João Eleutério

© Universidade Católica Editora

© Autores

Revisão editorial Patrícia Feio

Capa Ana Luísa Bolsa | 4 ELEMENTOS

Imagem da capa © *Corrida de corta-mato junto ao lago Czoz em Mragowie na Polónia.* Por Gołowicz, Waclaw (1919-1983). Biblioteca Digital de Warmia-Mazury, Polónia. Domínio Público. https://www.europeana.eu/item/776/_nn45qS0

Paginação Magda M. Coelho

Impressão e acabamento Sersilito – Empresa Gráfica, Lda.

Depósito legal 507549/22

Tiragem 500 exemplares

Data novembro 2022

ISBN 9789725408858

ISBN e-Book 9789725408865

Universidade Católica Editora
Palma de Cima 1649-023 Lisboa
Tel. (351) 217 214 020
uceditora@ucp.pt | www.uceditora.ucp.pt

Licença: Este trabalho encontra-se publicado com a Licença Internacional Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0



Desporto e Ca(u)sa Comum

Coordenação

Alex Villas Boas

Alfredo Teixeira

índice

Introdução	7
Alex Villas Boas Alfredo Teixeira	

Capítulo I

Casa, corpo e meio: da motricidade ao cuidado

Casa comum: para uma ecologia das relações entre espiritualidade e desporto	13
--	----

Alex Villas Boas

Habitar uma motri(cidade)	25
----------------------------------	----

Henrique Brito

Desportos de natureza, ecomotricidade, ecopedagogia e transcendência: perspetivas para uma sustentabilidade sistémica	41
--	----

Ricardo Melo

Capítulo II

O corpo como casa: vivência motriz

Apologia da matéria	57
----------------------------	----

Manuel Sérgio

Alto rendimento desportivo e empresarial: o corpo vivido e fenomenal	64
---	----

Jorge Araújo

Motricidade, música e transcendência	75
---	----

Nuno Santos

Desporto e risco pandémico: o olhar de uma atleta	80
--	----

Francisca Laia

Covid-19, desporto e sociedade: que competências ativar quando a única certeza é a incerteza?	87
Ana Bispo Ramires	

Capítulo III

Desporto e causas sociais: o que nos mobiliza?

El deporte, ¿un lenguaje universal?	91
Antonio Sánchez Pato	
Desporto, política e comunicação	105
Vítor Serpa	
O papel social do desporto: mobilização ou instrumentalização?	114
Ricardo Carvalho	
Porque se limitam os protestos dos atletas em nome de causas políticas, religiosas, raciais ou outras?	125
Alexandre Miguel Mestre	

Capítulo IV

Desporto, uma prática da alteridade

As <i>affordances</i> do desporto como via para a alteridade	143
Duarte Araújo	
Mais do que desporto: da intenção política à agência comunitária	155
Bruno Avelar Rosa	
Viver a alteridade no desporto, subsidiada pelas premissas da ciência da motricidade humana	172
Katia S. M. Mortari	

Introdução

Alex Villas Boas

Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião (UCP-FT)

Alfredo Teixeira

Cátedra Manuel Sérgio – Desporto, Ética e Transcendência (UCP-FT)

O movimento intencional e solidário da transcendência toma posição frontal contra o individualismo, o facciosismo, o economicismo, o narcisismo, que superabundam no espetáculo desportivo.

(Manuel Sérgio, «Poslúdio», in *Breve Tratado das Virtudes Desportivas*, Lisboa: UC Editora, 2021, 222s, 205)

Se não conseguirmos recuperar a paixão compartilhada por uma comunidade de pertença e solidariedade, à qual saibamos destinar tempo, esforço e bens, desabarará ruinosamente a ilusão global que nos engana e deixará muitos à mercê da náusea e do vazio.

(Francisco, *Carta Encíclica Fratelli Tutti*, n.º 36)

Este longo processo que ainda estamos a tentar perceber, chamado vida moderna, está inevitavelmente situado numa dinâmica de complexidade crescente, que implode a nossa habitual lógica de pensar em causas e efeitos. Tal complexidade configura-se em fenómenos que surgem como efeito da convergência de diversas causas variáveis, e as causas podem gerar diversos efeitos, alguns colaterais não previstos. Este mundo complexo, muito provavelmente, não é nem melhor nem pior que o de outras épocas, mas como toda época, carrega em si suas virtudes e seus desafios. É verdade, contudo, que se pode assinalar o potencial de melhoramento dos nossos processos estruturantes, sociais e económicos, advindos sobretudo da Revolução Industrial,

mas é igualmente verdade que, devido ao mesmo processo, a nossa capacidade de destruição nunca chegou a níveis tão altos. As duas Grandes Guerras e a existência de armas de destruição em massa, no período chamado Guerra Fria, desvelavam um nível de risco jamais imaginado na história da humanidade, pois envolvia o seu próprio extermínio. Esse demónio bélico da Modernidade industrial, que parecia, ao menos para o Ocidente, ter sido exorcizado no século xx, continua a rondar no nosso tempo.

O leitor, que aterra neste livro, deve estar a perguntar-se se, a partir destas linhas introdutórias, estará a ler o livro certo? Sim, está no lugar certo, e tais observações expostas acima visam exatamente recolocar o desporto e as culturas desportivas no eixo desta problemática.

É nessa viagem pelo Mundo Moderno, face sobretudo às situações limites que, de alguma forma, ameaçam a nossa existência, que se constituem momentos oportunos para repensarmos os rumos dessa viagem, a fim de corrigir possíveis rotas de colisão. Inegavelmente, a Modernidade teve como efeito colateral a produção de muitas rotas de colisão ao imprimir uma dinâmica cultural dialética de pensar a realidade entre «nós» e «eles»: desde as disputas apologéticas entre Reforma Protestante e Contrarreforma Católica, até a divisão colonial entre Hemisfério Norte e Hemisfério Sul, transpostas para uma tensão entre imperialismo e nacionalismo – que se desloca para a tensão dos modelos político-económicos, com inevitáveis repercussões nacionais numa ordem de divisão entre Ocidente e Oriente. Nessa ótica, o desporto não passaria de um modismo que se instala num nicho de mercado, incapaz de conter a dinâmica dialética da cultura, formando apenas mais uma classificação entre tantas, a de um submundo dividido entre aqueles que praticam e os que não praticam desporto, reprodução de uma contradição macroestrutural da Modernidade.

No entanto, se olhado como um valor cultural e social, o desporto possui densidade sapiencial suficiente para ser ressignificado como instância, ao mesmo tempo, doadora de sentido e crítica às contradições da Modernidade. Na contramão da história, vale a pena lembrar aqui o potencial de integração que o desporto possui, apresentado pela pena do poeta heterónimo, Álvaro de Campos: «no desporto, o corpo conquista o que a alma conquista; vão juntos na dinâmica». Esse vestígio poético do desporto indica a sua capacidade moderna de dinamizar integrações, dinâmica tão presente nas teses inovadoras da filosofia de Manuel Sérgio.

Se o desporto na Antiguidade tinha fundamentalmente uma finalidade bélica, sendo o soldado aquele que era «exercitado» para o combate, prevaleceu o sentido de interrupção da guerra dado à criação dos Jogos na cidade de Olímpia em 776 a.C. A cultura olímpica assumiu os Jogos como uma prática de promoção da paz. O resultado das disputas passou a jogar-se entre vitoriosos e perdedores, e já não entre vivos e mortos; o inimigo mortal passa a ser um adversário a ser respeitado, pois pode ser ele o vitorioso na próxima edição dos Jogos. O desporto moderno consolidou-se em torno de uma causa comum, nomeadamente a cultura de paz, no caminho de consolidação de um valor universal não hegemónico, que acolhe e respeita todas as diferenças, mas sempre em tensão com uma cultura tóxica de competição imperialista e supremacista, com rastros diversos no século xx.

Na medida em que a cultura olímpica se instala e ganha popularidade, também se aprofunda, mesmo se timidamente, o aspeto mais sapiencial do desporto: a procura de um sentido para as práticas. Os antigos estoicos apelidavam as práticas desportivas também de «exercício espiritual» – mais precisamente, *gymnázēin* –, práticas espirituais que, ao lado da meditação, da leitura e da escrita poética, também incorporavam o exercício físico, o descanso e a alimentação, tornando-se não somente uma técnica, mas um «estilo de vida» que nos salva de uma vida sem sentido. Não à toa, a sabedoria latina concentra na palavra *salus* tanto a ideia de saúde como a de salvação.

Ao aprofundar-se este sentido sapiencial, o desporto suscita a reflexão sobre a vida e a sociedade, especialmente ao incutir a necessidade de um ideal de «saúde». Nessa dinâmica sapiencial, o desporto – sobretudo aquele que se exprime nas culturas do quotidiano – passa a ser visto como um valor cultural, projetando-se no alargamento e reconfiguração das conceções de saúde. Na dilatação da prática do cuidado de si, a «saúde» passou a ser pensada e vivida como dinâmica de integração de fatores e equilíbrio dinâmico dos mesmos. Por caminhos distintos, porém, convergentes, o mundo contemporâneo foi descobrindo que a causa comum do valor «saúde» nos conduz, também, a perceber o mundo em que habitamos como «Casa Comum», sendo a saúde do planeta fundamental para a saúde de todos e de cada um, pois tem impacto direto na qualidade dos alimentos, na qualidade do ar, nas condições climáticas e marítimas, na manutenção do ambiente vital. Pensado como uma forma de espiritualidade, um exercício doador de sentido ao espírito humano e valor cultural, o desporto torna-se também uma paixão compartilhada

pela vida e, conseqüentemente, do mundo da vida, assumida como «ca[u]sa», «Causa e Casa Comum».

O III Colóquio Internacional «Desporto, Ética e Transcendência», no quadro dos objetivos da Cátedra Manuel Sérgio, reuniu personalidades oriundas de terrenos diversos – a investigação, a prática desportiva, a clínica, o associativismo, o jornalismo, etc. – para construir um mosaico de reflexão plurívoca sobre esta articulação «desporto, causa e casa comum». Felizmente, o resultado não tem uma síntese possível, porque ela seria anuladora da diversidade de hipóteses, perguntas, leituras e testemunhos que se expõem numa multiplicidade de vias, cujas conexões caberá ao leitor descobrir. Elogiamos, pois, a leitura como tarefa e o leitor como protagonista da descoberta de sentidos. Este livro não se oferece como a contemplação de uma natureza morta, mas como um mapa a refazer a partir das próprias interrogações do leitor. Esta rede de conexões possíveis declina-se em quatro capítulos: (I) casa, corpo e meio: da motricidade ao cuidado; (II) o corpo como casa: vivência motriz; (III) desporto e causas sociais: o que nos mobiliza? (IV) desporto, uma prática da alteridade.

Parte-se desta possibilidade de articular corpo, casa e meio numa ecologia de responsabilidades. O «cuidado» é o eixo desta religação – o corpo motriz e a habitabilidade do mundo. Este pensar o humano como modo de habitar transcreve-se aqui na revisitação dos substratos culturais que informam as relações entre corporeidade e espiritualidade (Alex Villas Boas), na exploração de uma cultura de motricidade para uma nova ecologia dos espaços urbanos (Henrique Brito), mas também numa proposta interpretativa que vê nos desportos de natureza – enquanto ecopedagogia e ecomotricidade – a afirmação de uma cultura de resistência aos valores produtivistas hegemónicos (Ricardo Melo).

Num segundo itinerário, propõe-se um olhar multimodo para as vivências do corpo, partindo de uma reflexão seminal de Manuel Sérgio sobre o elogio da matéria, num texto de comentário às teses de Teilhard de Chardin, cujo pensamento permanece como um dos substratos da tese sergiana sobre a Ciência da Motricidade Humana. Visitando outro dos inspiradores de Manuel Sérgio, o filósofo Merleau-Ponty, explora-se a possibilidade de uma homologia estrutural entre a prática do treino desportivo e o desenvolvimento de relações interpessoais – e, portanto, intercorporais – nos ambientes empresariais (Jorge Araújo). Neste mosaico de vivências do corpo, a experiência do limite como lugar de superação tem uma particular relevância. Sobretudo quando esta experiência

de transcendência reúne o improvável – o corpo como lugar de confronto com os limites e *medium* de expressão artística, aqui narrado na primeira pessoa (Nuno Santos). O contexto pandémico tornou-se também um laboratório relevante para as questões que aqui se perseguem. O testemunho de uma atleta acerca das correlações entre casa (lugar, confinamento, família, etc.) e corpo, no trânsito do risco pandémico (Francisca Laia), confronta-nos com a necessidade de desenvolver uma literacia do alto rendimento desportivo, que permita perceber de que modo as competências emocionais, aí desenvolvidas, podem habitar os nossos outros quotidianos (Ana Bispo Ramires).

O terceiro capítulo deste volume reúne quatro pontos de vista sobre as relações entre culturas desportivas e dinâmicas sociais. A primeira pergunta diz respeito à possibilidade de pensar o desporto como linguagem universal. Não o universal totalizante, mas o universal integrador de valores partilhados (Antonio Sánchez Pato). Como a história do jornalismo desportivo mostra, todas as grandes dinâmicas transnacionais e globais tiveram um grande impacto no desporto. É certo que se pode constatar uma recorrente acomodação do desporto aos modelos hegemónicos. Mas é certo também que o desporto pode ter uma dimensão disruptiva, pode ser um desporto de causas (Vitor Serpa). Em concreto, o desporto ligado a dinâmicas de transformação social (autonomia, empoderamento, coesão, integração, etc.), articulando associações e empresas, pode potenciar oportunidades de desenvolvimento sustentável, como a própria ONU o reconhece (Ricardo Carvalho). A interrogação acerca das relações entre desporto e causas sociais confronta-se ainda com um limite muito importante. Os regulamentos desportivos e as condições contratuais impõem aos atletas muitos condicionalismos quanto à sua participação em dinâmicas de mobilização social. Continua a ser muito pertinente a reflexão jurídica e ética acerca dos limites desses constrangimentos que, em tantos casos, parecem não ser proporcionais aos bens em causa, limitando severamente a liberdade individual do atleta (Alexandre Miguel Mestre).

O desporto é um lugar privilegiado para a vivência da ecologia do outro. O pensamento de Manuel Sérgio concedeu uma particular atenção às transações entre competição e cooperação na vivência desportiva. Aliás, no devir do seu conceito de motricidade, ele introduziu, a dado momento, a categoria «solidário», para definir as qualidades humanas do movimento. Por isso mesmo, é inevitável incorporar a interrogante ética no domínio da Ciência da Motricidade Humana (Katia S. M. Mortari). Nesta ecologia desportiva, importa pensar a

prática desportiva como dádiva, como circulação de dons, como contexto vital de possibilidades várias de saída de si (Duarte Araújo). Esta perspetiva sobre o desporto, como ecologia da alteridade, tem uma particular relevância no domínio das dimensões comunitárias do sistema desportivo. Por isso se deixa um desafio para os clubes: que sejam mais do que ambientes de prática desportiva e se tornem agentes coletivos com a capacidade de influenciar socialmente os seus atletas, suas famílias e respetivas comunidades (Bruno Avelar Rosa).

Este é o mapa de mais um volume da coleção «Cátedra Manuel Sérgio – Desporto, Ética e Transcendência», que se abre ao desejo de leitura. Esse desejo é partilhado pelos coordenadores deste volume, seus primeiros leitores, que agora se entusiasmam com o alargamento desta comunidade de leitura.

Capítulo I

Casa, corpo e meio: da motricidade ao cuidado

Casa comum: para uma ecologia das relações entre espiritualidade e desporto*

Alex Villas Boas

Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião (UCP-CITER)

O desporto, com a sua linguagem universal, pode construir pontes de amizade e solidariedade entre pessoas de todas as culturas e religiões
Papa Francisco, Audiência Geral de 02.02.2022

A presente proposta visa explorar o nexo entre «espiritualidade e desporto» como ângulo epistemológico, e, portanto, como lugar de produção de um tipo de racionalidade que ajude a operacionalizar uma «ecologia das relações» em função de uma ca(u)sa comum.

Espiritualidade e desporto

A relação entre espiritualidade e desporto pode ser remetida desde o Período Homérico (1100-800 a.C.) e a evocação do poeta aos ritos funerários que incluíam os *jogos funerários* (*epitáphios agon*), como ficaram conhecidos através do filósofo Aristóteles (*Athenaion politeia* 58,1), e mais tarde confirmada pelo geógrafo Pausânias (115-180 d.C.), que identifica os mesmos costumes em Esparta (*Graeciae descriptio* 3, 14, 1). Homero faz menção a tais práticas na ocasião da morte de Pátroclo, que Aquiles amava, e convida os Mirmidões,

* Ensaio escrito em português de acordo com a norma brasileira.

seus soldados, ao pranto, à corrida de bigas e ao banquete para «honrarem os mortos» (*Ilíada* 23, 5-29).

Tais jogos funerários constituem embrionariamente o que ficou conhecido como *espiritualidade agônica*, de modo a entender o *ágon* como uma forma de transição dos aspectos da morte para os aspectos de vida. Tal espiritualidade agônica está diretamente relacionada a um elemento importante da cultura religiosa grega, a saber, o que é chamado de *enthousiasmós*, uma experiência que altera e expande o estado psíquico. Tal estado sugere a ideia de que «há um deus dentro» (*entheós*) da pessoa tomada pelo entusiasmo, tendo diferentes níveis de intensidade a ecoar (*katechei*) na pessoa, como se faz sentir nas peças de Eurípedes (*As Bacantes* 1124).

A espiritualidade agônica foi fundamental para a consolidação da Religião Olímpica na Grécia Arcaica, um período de profundas transformações sociais, representadas pela Cosmogonia de Hesíodo, em que a luta entre os deuses reflete as lutas sociais de disputa pelo poder com o desaparecimento da monarquia micênica e surgimento da tirania anterior ao período da democracia ateniense.

A criação dos Festivais Olímpicos pode ser considerada evolução dos jogos funerários para a constituição dos jogos pan-helênicos em honra a Zeus, por Íphitos, rei de Elis, Kleósthenes de Pisa e Lykourgos na cidade de Olímpia (conhecida como Altis no Período Arcaico), em 776 a.C., a cada quatro anos, de modo a instituírem a *ekecheiria*, ou trégua sagrada. As Olimpíadas se tornaram a principal atividade para promoção da unidade cultural entre as cidades gregas autônomas (Young 2004, 123).

Entretanto, o Festival de Olímpia entraria em crise no século v a.C., na medida em que a religião olímpica do período democrático ateniense também entra em declínio, sobretudo devido a praga de Atenas, a primeira doença a ser classificada como doença do povo (*epi demos*) por Hipócrates de Cós ao lançar mão de um termo político para sua classificação. Tucídides, porém, historiador contemporâneo ao médico de Cós, enfatiza a doença política anterior que resultou na Guerra do Peloponeso, entre espartanos e atenienses, e que somado a praga resultou no sintoma fatal da *athimia*, ou ausência de *timós*, a força vital pela qual o cidadão era impelido a uma disposição heroica para enfrentar os desafios da *pólis*. A doença epidêmica do corpo físico correspondia à doença do corpo político, atingindo o coração da espiritualidade agônica em busca de excelência, elemento fundamental para a consolidação da Cidade-Estado grega.

Casa comum: para uma ecologia das relações entre espiritualidade e desporto

Se por um lado, a religião olímpica entra em crise com a epidemia ateniense, que julgava ser um castigo divino devido a guerra entre Esparta e Atenas, emerge desse contexto os santuários asclepiades. Assim, apesar do surgimento do ateísmo em relação às divindades cívicas em Atenas, houve também o surgimento de novas formas de pensar as questões religiosas e, portanto, uma nova espiritualidade decorrente do desafio de enfrentar a epidemia. Esta nova fase na cultura religiosa grega foi inaugurada a partir dos santuários asclepiades, especialmente o santuário de Kós, estabelecendo um papel fundamental na relação entre espiritualidade e saúde.

Os Asclepiades formavam uma espécie de comunidade religiosa de «sacerdotes» médicos que passavam sua doutrina nas famílias sacerdotais, de pai para filho e, em algum momento, também era repassada a não familiares (Gramaticos e Diamantis 2008). Esses sacerdotes viviam em santuários conhecidos como *Asclepeion*, dedicados às divindades da cura. O declínio de Atenas, causado não apenas pela epidemia, mas também pela guerra do Peloponeso, aumentou a fome, a falta de higiene e a intensificação da saúde pública precária. Nesse contexto, as práticas religiosas de reclusão cresceram na sociedade, com as pessoas buscando paz e salvação para sua alma imortal, como no surgimento do orfismo, responsável por influenciar pensadores como Pitágoras e Empédocles, ou mesmo o surgimento do epicurismo (Koch 2012, 17). Por outro lado, os santuários de Asclépio alcançaram grande importância e se expandiram, na medida em que seus cultos religiosos incluíam práticas tradicionais de cura, associadas às novas práticas médicas que um de seus mais famosos asclepiades desenvolvera, nomeadamente Hipócrates de Kós.

Assim, apesar do surgimento do ateísmo em relação às divindades cívicas em Atenas, houve também o surgimento de novas formas de pensar as questões religiosas e, portanto, uma nova espiritualidade decorrente do desafio de enfrentar a epidemia. Esta nova fase na cultura religiosa grega foi inaugurada a partir dos santuários asclepiades, especialmente o santuário de Kós, estabelecendo um papel fundamental na relação entre espiritualidade e saúde.

Os santuários asclepiades eram um enorme complexo de edifícios que continham, além do templo das orações, balneários para banhos medicinais, anfiteatro, biblioteca, hospedaria e ginásios para exercícios físicos. O maior deles foi Epidauro, com 1398 hectares, que é um anfiteatro com capacidade para 14 000 espectadores e um monumental complexo esportivo capaz de sediar o que ficou conhecido como *Asklepieia*, os Jogos Asclepianos de Epidauro, a

cada quatro anos, responsáveis por manter viva a tradição olímpica, sobretudo no período de decadência ateniense.

O *pneuma* no naturalismo hipocrático

Implica pensarmos aqui que alterações os asclepiades trouxeram para o conceito de *pneuma*, ou *spiritus*, e a conseqüente alteração na concepção de espiritualidade.

A emergência da medicina hipocrática se dá no interior dos santuários asclepiades e é acompanhada pela expansão do culto de Asclépio, que perdura por oito séculos, desde o século IV a.C. até ao século IV d.C., adentrando assim o Império Romano e chegando até o cristianismo imperial. O próprio Hipócrates é um asclepiade (Plato, *Phaedrus* 270c; *Protagoras* 311b). Aos numerosos santuários deste deus *Soter*, tido como o grande «amigo dos homens» (*Filantropos*), acorriam peregrinos de toda a parte em busca da cura da alma e do corpo (Villas Boas 2020).

Entretanto, apesar da relação de proximidade entre Hipócrates e o culto a Asclépio, um dos deuses pelo qual é feito o juramento médico, sua conceituação médica pode ser entendida dentro do que aqui será chamado de *naturalismo hipocrático*. Em termos gerais, a chamada ciência jônica teria influenciado Hipócrates de Kos a pensar as práticas de cura de Asclépio de uma nova maneira. Especialmente a teoria dos átomos teria influenciado a ideia dos quatro humores: sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra (Gramaticos e Diamantis 2008, 3), e sua relação com a teoria dos quatro elementos (frio, seco, quente, líquido) relacionado com os quatro elementos de Empédocles (494-434 a.C.) (fogo, água, ar, terra), procurando pensar a relação do todo em forma de equilíbrio. A questão principal é que a ciência jônica dos filósofos pré-socráticos abre uma nova forma de observar a natureza (*theoria*) que orienta a análise de Hipócrates na busca das causas naturais da doença (Villas Boas 2020). Além disso, a base para a arte médica baseada na cooperação entre médicos e pacientes diante da doença, sem relação direta com os deuses, é empreendida nessa crença na natureza (*Epidemias*, I, 11).

Nesse contexto naturalista é que o uso do *pneuma* na medicina hipocrática, propriamente dita, pode ser entendido. Tal naturalismo hipocrático pode ser descrito em um sistema que é constituído pelo corpo com três órgãos

Casa comum: para uma ecologia das relações entre espiritualidade e desporto

(o coração, o pulmão e o cérebro) e seus agentes principais, o calor congênito e o *pneuma* presente precisamente no corpo, identificado no ar respirado, e que nos pulmões é passado para o sangue. Tal composição constitui assim uma fisiologia mecânica que mantém a unidade harmoniosa e equilibrada das partes do corpo e seus líquidos como condição fundamental para a saúde do corpo e da *psiqué*. O calor, residente no ventrículo esquerdo do coração, mantém a vida do corpo. O *pneuma* (ar respirado e sangue) alimenta, impulsiona, refresca e vivifica. O ar-*pneuma* entra pela boca, segue para o nariz e sobe à cabeça. Da cabeça, desce para o ventre, passa pelos pulmões e artérias e, destas, espalha-se pelo corpo (*Doença Sagrada*, 4). No coração e nos pulmões, o *pneuma*, misturado com o sangue, alimenta o calor gerado e, ao mesmo tempo, refresca as suas partes. A partir do cérebro e dos pulmões, o *pneuma* dirige-se, através dos vasos sanguíneos, às diferentes partes do corpo, assegurando a sua vitalidade e movimento. O *pneuma* é, assim, a própria vitalidade ou ainda uma força (*dynameis*) vital para o funcionamento do corpo (Jouanna 1999, 12). O estado patológico decorreria da falta, excesso ou isolamento de alguma parte do corpo de algum desses líquidos-humores. O tratamento consistia basicamente em restabelecer a boa *crise*, ou seja, a mistura equilibrada em força e em quantidade destes humores. A concepção de natureza hipocrática, determinante da visão dos santuários asclepiades, pode ser definida fundamentalmente como uma relação entre corpo e o *pneuma* que o move, a fim de gerar um funcionamento harmônico nos quatro elementos constitutivos do organismo (*Das doenças*, 32-33; *Da natureza do Homem*, 4). Na vitalidade pneumática do naturalismo hipocrático, pode-se identificar uma influência ou convergência com o pré-socrático Anaxímenes de Mileto (588-524 a.C.) de ver o *pneuma* como *arché*, princípio da vida (Aristotle, *Metaphysics*, 11, 1066b), sendo o elemento mais indispensável e mais importante para a saúde, pois de suas variações no corpo originam as diferentes doenças (Nutton 2018, 66-67).

O surgimento das escolas médicas em geral não se dá a respeito do naturalismo hipocrático, mas sim em torno do debate sobre vários métodos de tratamento possíveis para manter o equilíbrio da saúde por meio da dinamização do *pneuma*, a saber, dieta (*diatitiké*), medicação (*pharmakeutiké*) e técnica das mãos ou cirurgia (*keirurgía*), como indica mais tarde o enciclopedista romano Cornélio Celso (*De Medicina*, Proemium, 9).

O ideal da *salus*

Deste modo, a espiritualidade grega incorpora na sua complexa formação o ideal da saúde (*salus*), sobretudo assumido pelos estoicos, que assumem para si a orientação da escola médica dos chamados pneumáticos, ampliando o saber médico para um princípio de sabedoria. Tal como o *pneuma* permite as conexões de todo o corpo, os pneumáticos comungavam com os estoicos da hipótese (dogma) de que todo o cosmos (e, portanto, todas as coisas) estava interligado por conexões (*sympathéia*) geradas pelo mesmo princípio, ou seja, o *pneuma*, de modo que o intelecto (*logos*) teria a finalidade de, observando a natureza, fornecer os princípios para uma salutologia, uma compreensão de saúde (*salus*) que envolveria o equilíbrio entre as partes e o todo, entre a *physis* da pessoa e a do cosmos, não sendo suficiente apenas a experiência prática do médico. Nesse sentido, a medicina hipocrática somada à sabedoria dos filósofos engendra uma *ascese* ou uma *espiritualidade* da saúde que visa captar o *logos* que desvela o *pneuma* vital que dinamiza o cosmos, para viver em sintonia com ele, uma vez que o mesmo *pneuma* dinamiza a vida humana. A espiritualidade é entendida como exercícios de cuidado de si, que incluem o cuidado com a saúde em harmonia com a natureza do todo, sendo o ser humano entendido como um microcosmos ou *imago mundi*. Tal espiritualidade implica, assim, um conhecimento de si e um conhecimento do mundo por meio de exercícios espirituais que visam aprender a viver dedicando-se ao amor à sabedoria, por meio da meditação das coisas boas, leitura dos filósofos e dos poetas, pesquisa e diálogo, leitura de poemas, abandono do supérfluo, terapia das paixões, realização dos deveres, domínio de si e indiferença ao que não é essencial para se viver bem. Em suma, os exercícios espirituais dos estoicos visavam uma consciência desperta e lucidez para que na medida em que se aprende a viver também se aprende a morrer. O «exercício da morte» estava exatamente ligado à passagem da contemplação da individualidade à contemplação da universalidade, e assim viver e morrer em harmonia com a natureza (Hadot 2014, 22-35; 44-50).

A recepção cristã do ideal da *salus*

Importa dizer que o cristianismo teve diferentes recepções da cultura grega, que poderíamos do ponto de vista da espiritualidade identificar escolas cristãs mais platonizadas e escolas mais estoicizadas. No que diz respeito à nossa proposta, a platonização do cristianismo incidiu em uma espiritualidade mais intelectualista que fundamentalmente privilegiou o «conhece-te a ti mesmo», como forma de salvar a alma, com diferentes formas de *des*-cuidado do corpo ao longo da história. Nesse aspecto, o desporto é uma atividade inferior, igualmente inferiorizado como instituição social.

Já a influência do estoicismo, somada a uma dessacralização da medicina asclepiáde, pode oferecer elementos de espiritualidade que possibilitem a problematização desse substrato platonizado da cultura ocidental, para recuperar a ideia de espiritualidade como «cuidado de si», em que o *pneuma*, a vitalidade da existência reside nonexo vital entre corpo e alma, sendo a morte não a libertação da alma, mas a dissolução do nexos.

Nesse sentido, a salutologia estoica, ou o ideal de saúde, passa a ser parte inerente da soteriologia cristã, ou seja, a concepção de salvação passa a ser pensada e praticada também como cuidado da saúde, recuperando a ideia do *Christus medicus*. Se a medicina hipocrática se ancora sobretudo na *sympathéia*, ou afinidade do humano com a natureza (*Airs, waters, places*, II, 39-88), a ação do *Christus medicus* caracteriza-se especialmente por essa capacidade de «sofrer com» (*sympátheia*) (Basílio, *Carta*, 31), que reforça a eficácia da sua ação terapêutica, ideia que não era estranha à antiga terapêutica grega, porém dilatada pela perspectiva cristã. Esta proximidade simpática e esta compaixão pedidas ao médico ajudam a explicar os motivos e efeitos da encarnação do Verbo Divino: «[Cristo] fez-se homem por nós, para, tomando parte nos nossos sofrimentos, nos curar» (Justino, *Apologia* II, 13,4). A encarnação é vista como a «visita do Médico» (Agostinho, *Sermo* 360 B, 17). Entretanto, se o *logos* estoico desvela o sentido da vida para dela cuidar, o *logos* cristão desvela o sentido de amar a vida, para dela o cristão cuidar e assim se salvar.

Nesse sentido, a concepção cristã de vida, alvo do amor divino, comporta a ideia de cuidado de si, e do cuidado com a casa (*oikos*) em que se vive e, portanto, das relações ecológicas, pois se vive em conexão com o todo, na medida em que a *polis* grega é uma *sinoikia*, uma unidade entre as casas, uma

Casa Comum, uma *oikoumene*. O ser humano como *imago Dei* é também *imago mundi*, e a cidade é sua imagem e semelhança.

Desporto como exercício espiritual

Nessa direção, o desporto pode ser visto como exercício espiritual, como um cuidado de si constitutivo da medicina preventiva hipocrática, sua dimensão mais importante. É nesse sentido que Pierre de Frédy (Paris, 1863 – Genebra, 1937), mais conhecido por Barão de Coubertin, considerado o fundador do Movimento Olímpico Moderno, resgata a dimensão da espiritualidade olímpica grega dado o potencial de promoção de unidade entre os povos e seu símbolo intercultural de um conjunto de cinco anéis coloridos entrelaçados, de modo a simbolizar a união dos continentes por meio do desporto, enfatizando o seu potencial para uma cultura de paz (Young 2004, 145).



Símbolo oficial desde 1920

Imagem representacional

Figura 1: Representações olímpicas

Do mesmo modo, ao conceber a saúde como um valor cultural e social fundamental, o desporto, promovendo o cuidado de si, tem condições de criar as conexões necessárias para se pensar o cuidado com a Casa Comum, na medida em que a saúde de uma pessoa não existe isolada da saúde do todo que nos constitui como pessoas no mundo em sociedade.

Como exercício de cuidado de si, o desporto se insere também dentro da agenda pública ecológica, na medida em que a ideia de conversão ecológica implica uma reeducação do olhar de perceber como as coisas estão todas conectadas entre si. Uma das importantes críticas que tem sido feita às agendas globais é a manutenção de um imaginário que não permite a visibilidade da interconexão dos problemas para pensar ações coordenadas. Para tal crítica,

Casa comum: para uma ecologia das relações entre espiritualidade e desporto

dois investigadores da Universidade de Estocolmo apontam para os limites do que eles chamam de modelo de *Calendário de Natal* das agendas globais¹.

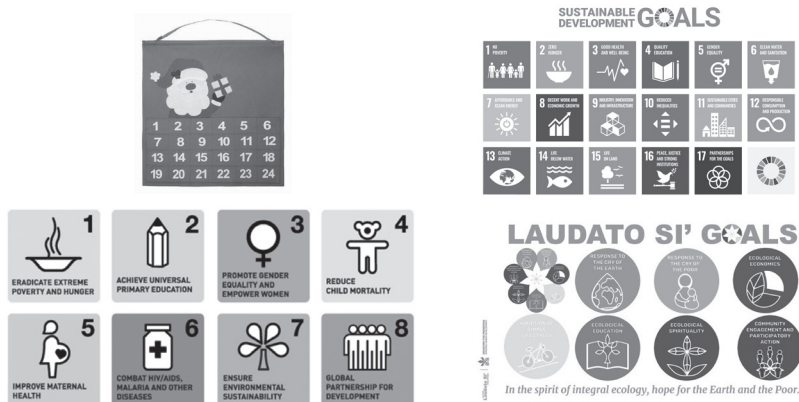


Figura 2: *Calendário de Natal* das Agendas Globais

Rockström e Sukhdev sugerem o modelo do *Bolo de Casamento* (2016), em que os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 podem ser pensados como esferas interconectadas:

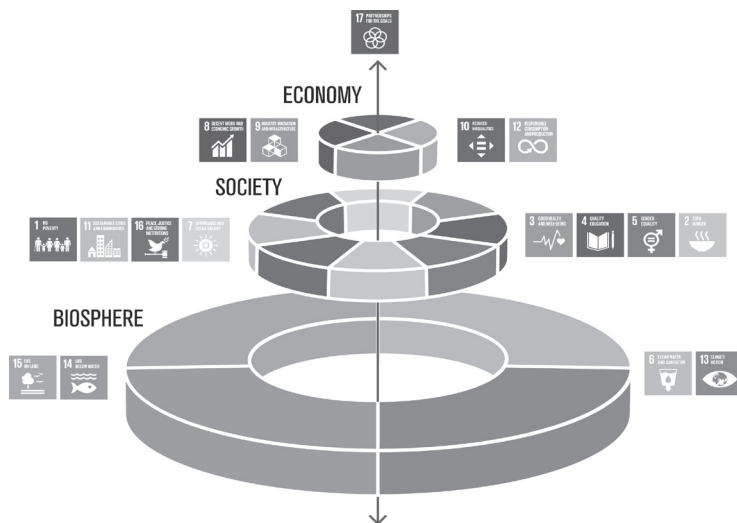


Figura 3: Modelo do *Bolo de Casamento*

¹ Para *Millennium Development Goals* (2000 – 2015), cf. <https://www.un.org/millenniumgoals/>; para *Sustainable Development Goals* (2015 – 2030), cf. <https://sdgintegration.undp.org/>; para *Laudato si Goals*, cf. <https://www.laudatosi.org/laudato-si/laudato-si-goals/>

Ao compartilharmos dessa visão de modelo, também adaptamos² um modelo que interage os chamados *Objetivos da Laudato si'* (OLS), que decorrem da Carta Encíclica *Laudato si'* sobre o Cuidado da Casa Comum, publicada em 2015. Estes, juntamente com os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável* (ODS) da Agenda 2030, podem ser pensados dentro de uma visão possível de planificação de ação coordenada, como procuramos representar abaixo:

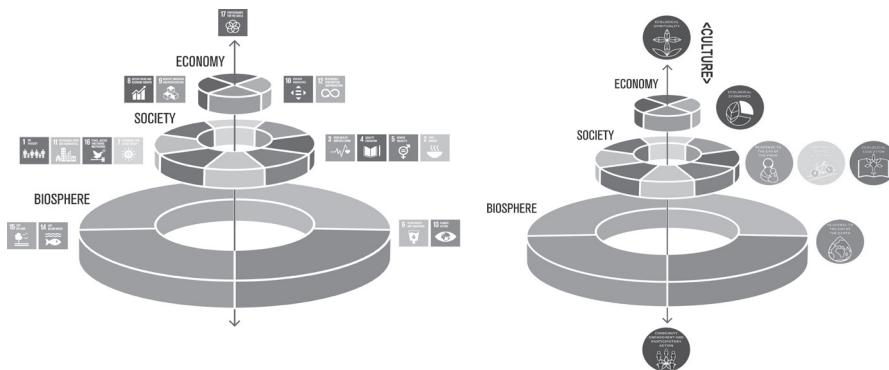


Figura 4: Articulação entre objetivos OLS e objetivos ODS

Não por acaso, a espiritualidade da casa comum engloba o objetivo de uma «vida mais simples» na esfera social e é representada nas *Laudato si' Goals* por um símbolo esportivo:



Figura 5: *Laudato si' Goals* – modelo representacional

² Tal adaptação se dá no âmbito do projeto de investigação do CITER, nomeadamente o projeto «Common home and new ways of living interculturally: Public theology and ecology of culture in pandemic times». Cf. <https://ft.uap.pt/citer>

Casa comum: para uma ecologia das relações entre espiritualidade e desporto

A relação entre espiritualidade, desporto e um modo de vida mais simples comporta uma densidade semântica altamente inspiradora da integração de práticas religiosas, culturais e sociais que unificam a espiritualidade, o cuidado de si e o cuidado com a Casa comum que habitamos, visando um princípio de saúde integral que implode os limites do individualismo e do antropocentrismo, visando a saúde do todo, e a fraternidade entre todos, como se pode verificar nas palavras do próprio Papa Francisco, o reconhecimento da importância do desporto para uma cultura de fraternidade universal:

«O desporto, com a sua linguagem universal, pode construir pontes de amizade e solidariedade entre pessoas de todas as culturas e religiões. Por conseguinte, apreciei que ao histórico lema olímpico *Citius, Altius, Fortius* – mais veloz, mais alto, mais forte – o Comité Olímpico Internacional tenha acrescentado a palavra *Communiter*, ou seja, *Juntos*, para que os Jogos Olímpicos façam crescer um mundo mais fraternal» (Francisco, Audiência Geral de 02.02.2022).

Conclusão

Se a revitalização moderna dos Jogos Olímpicos se inseriu em uma política de paz, o desporto também pode ser visto como uma forma de espiritualidade política fundamental para a promoção da unidade intercultural em torno de uma causa comum, conectando exercício do cuidado de si com o cuidado da nossa Casa Comum, e assim «re-unir» na cultura contemporânea a vida contemplativa à vida ativa.

Talvez a excessiva platonização do cristianismo tenha nos moldado a perceber a categoria «espírito» como algo dissociado da *sympathéia*, da vitalidade constitutiva de corpo e alma que integra a existência e ao mesmo tempo nos conecta como mundo. A percepção do desporto também como um exercício espiritual tem o duplo benefício de ver a espiritualidade como um exercício de cuidado de si e de ver o desporto como um estilo de vida que integra e promove valores que dilatam a qualidade de vida, a sementeira da paz, o respeito mesmo pelos adversários, e, por assim se relacionar de modo proactivo com a vida, está mais apta a cuidar do todo da vida, e é quando este «todo» passa a ser visto como Casa, ao se tornar também uma *causa* comum.

Bibliografia

- Aristotle. 1981. *The Complete Aristotle*. Vol. 2. Princeton: Princeton UP.
- Basil of Caesarea. 1926. *Saint Basil the Letters, in Four Volumes*. Edited by Roy J. Deferrari. London: William Heinemann, New York: G. P. Putnam's Sons.
- Celsus. 1935. *On Medicine*, Volume I: Books 1-4: Loeb Classical Library (LBL 292). Translated and organization by Spencer, W. G. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Eurípedes. 2020. *As Bacantes*. Coleção: Clássicos Gregos e Latinos. Lisboa: Edições 70.
- Francisco. 2022. Audiência Geral de 2 de fevereiro de 2022 – Catequese sobre São José 10. São José e a comunhão dos santos. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2022. <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/audiencias/2022/documents/20220202-udienza-generale.html>
- Gramaticos, Philip C., e Diamantis, Aristidis. 2008. «Useful known and unknown views of the father of modern medicine, Hippocrates and his teacher Democritus». *Hellenic Journal of Nuclear Medicine*, n.º 11: 2–4.
- Hadot, Pierre. 2014. *Exercícios Espirituais e Filosofia Antiga*. Col. Filosofia Atual. São Paulo: Realizações Editora.
- Hippocrates. 1923-1931. *Complete works*. LCL – The Loeb Classical Library. Vol. I-VIII. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1923-1931.
- Homero. 2012. *Ilíada*. Texto bilingue, vols.1 e 2. Haroldo de Campos. São Paulo: Editora Benvirá.
- Jouanna, Jacques. 1999. *Hippocrates*. Baltimore, MD and London: Johns Hopkins University Press.
- Koch, Scheila Rotondaro. 2012. *Os Santuários de Asclépio: Expressões Arquitetônicas, Sociais e Religiosas nos Séculos V, IV e III*. Dissertação de mestrado, São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP).
- Morin, G. (Ed.). 1953. *Corpus Christianorum – Nova Patrum collectio Series Latina*. Tournhout-Paris: Brepols.
- Nutton, Vivian. 2018. *La médecine antique*, Paris: Les belle Lettres.
- Pausanias. 1898. *Description of Greece*. Vol. 6. Translated by James Frazer. London: Macmillan.
- Plato. 1921. *Plato in Twelve Volumes*. Translated by Harold N. Fowler. Cambridge: Harvard UP, London: William Heinemann.
- Rockström, Johan, e Sukhdev, Pavan 2016. How food connects all the SDGs. Keynote speech at EAT Food Forum: <https://www.stockholmresilience.org/research/research-news/2016-06-14-how-food-connects-all-the-sdgs.html>
- Villas Boas, Alex. 2020. «Spirituality and Health in Pandemic Times: Lessons from the Ancient Wisdom». *Religions* n.º 11: 583. <https://doi.org/10.3390/rel11110583>
- Young, David. 2004. *A Brief History of the Olympic Games*. Oxford: Blackwell Publishing.

Habitar uma motri(cidade)

Henrique Brito

Centro Interdisciplinar de Estudo da Performance Humana (FMH-UL)

O ambiente urbano é uma fonte de poluição causada principalmente pelo tráfego automóvel e a indústria intensiva (Li *et al.* 2018) que prejudicam a qualidade do ar, criam ruído, poluem o solo e a água e viabilizam o aparecimento de doenças não transmissíveis como o cancro, diabetes, doenças cardiovasculares e respiratórias (Fuller *et al.* 2018). Para combater este problema, o último relatório da Organização Mundial de Saúde sobre os espaços verdes e azuis (definidos pela predominância de vegetação e/ou água) (WHO 2021) e a sua relação com a saúde mental concluiu que deve ser adotada uma perspetiva holística sobre os ambientes de natureza urbanos tendo em conta as suas contribuições para a saúde e bem-estar das populações e serviços ecossistémicos que deles advêm, incluindo ar e água limpos, redução do ruído, atenuação de cheias, redução da temperatura ambiente, estabilidade climática, e conservação da biodiversidade (WHO 2021). O relatório indica que existem evidências científicas suficientes para informar políticas e outras iniciativas para conceber o ambiente urbano de forma a melhorar a saúde e o bem-estar das populações.

Deste modo, este ensaio pretende: *i)* rever a literatura sobre as características dos ambientes de natureza urbanos que promovem a saúde e o bem-estar entre os seus visitantes; *ii)* propor uma perspetiva sobre os ambientes de natureza urbanos à luz da teoria da Dinâmica Ecológica para compreender estes benefícios; e *iii)* oferecer sugestões sobre como conceber os ambientes de natureza urbanos para a promoção da motricidade.

Ambientes de natureza urbanos – quando são mais (ou menos) saudáveis?

O que diferencia os ambientes de natureza dos ambientes urbanos?

Joachim Wohlwill desenvolveu uma perspicaz distinção entre ambientes de natureza e ambientes construídos (Wohlwill 1983). Na sua visão, os ambientes construídos tendem a ter formas retilíneas, superfícies lisas, cores contrastantes, mudanças abruptas de textura e eventos repentinos (por exemplo, semáforos e trânsito). Por outro lado, na natureza tendem a predominar as formas curvilíneas, superfícies rugosas e irregulares, mudanças graduais na cor e textura e transições suaves entre eventos (por exemplo, as ondas começam muito atrás no mar e gradualmente terminam em rebentação). Posteriormente, Harry Heft sugeriu que haveria outra importante distinção entre estes dois tipos de ambiente. O ambiente construído é arquitetado para um fim, e cada objeto é concebido para ser manuseado ou utilizado de uma certa forma, enquanto num ambiente de natureza não existe uma forma «indicada» de agir sobre um pedregulho, ou uma árvore, nenhuma forma normativa evidente para se comportar ou utilizar as características da natureza (Heft 2021).

O estudo científico dos espaços verdes e dos seus benefícios

A exposição à natureza em contextos urbanos é importante para a saúde e bem-estar das populações (Jimenez *et al.* 2021). Em investigação, os índices de vegetação fornecidos por mapas, bases de dados, ou sistemas de posicionamento global (GPS) contribuíram para encontrar associações entre indicadores de saúde e a distância relativa ou a dimensão/quantidade de características dos ambientes de natureza urbanos (Fong, Hart, e James 2018). Por exemplo, Ribeiro *et al.* (2019) encontraram uma associação positiva entre a distância das escolas a ambientes de natureza urbanos e a carga alostática (uma medida de regulação biológica). Contudo, um grande desafio na investigação atual é o conceito de «exposição à natureza» não ter um único significado (Rugel *et al.* 2017), pois diferentes medidas de espaço verde mostram relações diferentes com a quantidade de motricidade (Pereira *et al.* 2013; Picavet *et al.* 2016). Para ilustrar isto, Klompmaker *et al.* (2018) mostraram que quantificar o espaço verde recorrendo ao *Normalized Difference Vegetation Index*, e a mapas de ordenamento do território, resultou em valores de correlação diferentes entre a quantidade de espaço verde e a quantidade de motricidade

nos mesmos participantes. Além disso, estas operacionalizações normalmente não consideram a diversidade de flora e fauna dentro dos ambientes de natureza urbanos (Lai *et al.* 2019), e, quando consideradas, a biodiversidade é também definida de forma diferente nos estudos (Lüscher *et al.* 2017).

Outros focos de investigação incluem a frequência e duração da exposição aos ambientes de natureza urbanos. Seo *et al.* (2019) realizaram um estudo em grande escala com a duração de oito anos, na Coreia, e mostraram que as pessoas que desfrutaram de maior cobertura de espaço verde ao longo dos oito anos mostraram um risco reduzido no aparecimento de doenças cardiovasculares. Noutro estudo, Fisher *et al.* (2021) encontraram uma associação positiva entre as visitas de mais de 25 minutos a ambientes de natureza urbanos e o bem-estar. E ainda, Hunter, Gillespie e Chen (2019) relataram que interagir com a natureza, incluindo sentar-se e caminhar em ambientes de natureza urbanos durante pelo menos 10 minutos, três vezes por semana, melhorou índices associados ao bem-estar. À primeira vista, estes conhecimentos podem permitir a estimativa de uma dose-resposta benéfica para a saúde derivada da frequência e duração da exposição a ambientes de natureza urbanos (Shanahan *et al.* 2015).

Quais as preferências dos visitantes dos parques urbanos

Alguns estudos recentes examinaram quais as características dos parques urbanos que os visitantes preferem. Liu *et al.* (2022) utilizaram fotografias de parques urbanos em Shenyang, na China, categorizadas de acordo com a quantidade de espaço aberto, abundância de natureza (arbustos e árvores), e quantidade de calçada artificial lisa. Relataram que os visitantes consideraram os espaços parcialmente abertos com abundância de arbustos, árvores e água como características restauradoras superiores, em detrimento de parques pavimentados com edifícios. Noutro estudo, Kothencz *et al.* (2017) relataram que os responsáveis pelo planeamento dos parques urbanos em Szeged, na Hungria, valorizaram a quantidade de natureza (incluindo a biodiversidade) e o potencial para atividades recreativas como alguns dos aspetos mais importantes dos ambientes de natureza urbanos. E ainda, um inquérito em três cidades portuguesas (Madureira *et al.* 2018) concluiu que os inquiridos consideraram a limpeza e manutenção, a diversidade de espécies vegetais e a existência de corpos de água (lagos, cursos de água) como importantes para a saúde e bem-estar.

A qualidade dos ambientes de natureza urbanos sob uma perspetiva de perceção-ação

As características dos ambientes de natureza urbanos são interpretadas pelos investigadores de formas bastante diferentes. Para procurar saber exatamente que características destes ambientes melhoram a saúde e o bem-estar dos visitantes, muita da investigação focou-se na qualidade dos ambientes naturais ao nível individual e populacional, para explicar as contribuições para a saúde e o bem-estar (Shanahan *et al.* 2015; U.S. Department of Agriculture 2018). No entanto, focar-se nas perceções individuais, como o levantamento da opinião dos visitantes sobre a qualidade dos ambientes de natureza urbanos, não capta outros aspetos ambientais importantes para a saúde. Kothencz *et al.* (2017) observaram que os inquiridos pareciam descartar o papel dos serviços ecossistémicos, tais como a supressão do ruído, a regulação do microclima e a purificação do ar. Apesar de serem fatores de mudança lenta não tão óbvios para os visitantes dos ambientes de natureza urbanos como o aspeto visual do ambiente, os serviços ecossistémicos desempenham um papel central na melhoria da saúde e bem-estar a longo prazo.

Embora muita investigação sobre a influência dos ambientes de natureza urbanos sobre a saúde e bem-estar descreva o ser humano como recetor passivo de estímulos ambientais, incluindo a estimulação vinda da paisagem e da biodiversidade (espécies vegetais, presença de outros organismos vivos), a estimação de relações dose-resposta (tempo passado em ambientes naturais), a proximidade a parques públicos, qualidades e características (tipo e quantidade de vegetação) (Zhang *et al.* 2020), um maior ênfase deve ser colocado na agência humana e na relação entre o indivíduo e o ambiente, isto é, o contexto local físico onde se atua. Ou seja, o que as pessoas podem fazer, como podem atuar no espaço, e como a sua ação no contexto de natureza pode contribuir para a saúde e o bem-estar. Esta perspetiva pode ser mais adequada para revelar propriedades psicologicamente pertinentes (Chawla 2021). Seguindo esta ideia, a preferência ambiental dos visitantes pode estar mais relacionada com as possibilidades de ações que o contexto lhes permite. Os ambientes construídos são tipicamente resistentes e imóveis, enquanto os ambientes naturais são mais propensos à mudança. Fachadas, sinais de trânsito, caixotes do lixo e passeios são difíceis de modificar e não devem ser utilizados para outros fins que não aquilo para que foram construídos. Por

outro lado, árvores, rochas, paus e pedregulhos podem ser subidos, empilhados uns sobre os outros, atirados e utilizados para construir estruturas sem que outros visitantes do parque tenham um aspeto crítico, pois não existe uma forma «correta» de agir sobre estes objetos – no fundo, não foram arquetizados na psique humana para um fim (Heft 2021; Araújo *et al.* 2019). Deste modo, a consciência de «agência» sobre o ambiente pode ser um fator importante no que diz respeito à preferência e, em última análise, à saúde e ao bem-estar (Chawla 2021). Em suma, mais importante que as percepções, uma compreensão da qualidade dos ambientes naturais deve também considerar o ciclo percepção-ação (Araújo *et al.* 2019; Gibson 1986).

Ambientes de natureza urbanos e motricidade

O sedentarismo está associado a problemas de saúde. Os ambientes de natureza urbanos promovem a adoção e manutenção da motricidade, e também proporcionam benefícios adicionais para a saúde para além dos benefícios atribuídos à realização de exercício, ou seja, parece existir uma relação sinérgica entre a motricidade e o contexto onde esta acontece (Brito *et al.* 2022; Lahart *et al.* 2019). Se bem que seja necessária mais investigação (Garrett *et al.* 2020; Hunter *et al.* 2021), evidências recentes mostram que tanto a qualidade como a quantidade de ambientes de natureza urbanos dispersos pelo tecido urbano são importantes (Fong, Hart, e James 2018; Schipperijn *et al.* 2017; Sallis *et al.* 2016; Shanahan *et al.* 2016). Quando comparado com o exercício em ambientes sem características naturais (no interior de um edifício, espaço exterior construído), a evidência mostra que praticar exercício nos ambientes de natureza urbanos promove melhorias de maior dimensão em medidas como o humor (Teas *et al.* 2007), intensidade de exercício voluntária (Byrka e Ryczko 2018) e indicadores fisiológicos de saúde (Calogiuri *et al.* 2016), fortalecendo a ideia de uma relação sinérgica dos ambientes de natureza urbanos e o exercício, que potencia os benefícios para a saúde e bem-estar (Shanahan *et al.* 2016). Apesar destes resultados empíricos e da proposta de uma relação sinérgica, a base exata para estes benefícios superiores permanece pouco clara. A despeito de os ambientes de natureza urbanos, de uma forma geral, proporcionarem oportunidades de transporte ativo (atravessar o parque para chegar a outro ponto na cidade), recreação e maiores benefícios

para a saúde e bem-estar do que em ambientes interiores e construídos, compreender exatamente como este processo funciona, e como pode ser aproveitado para aumentar a motricidade, é vital para apoiar a implementação de ambientes de natureza urbanos na malha urbana de uma forma eficaz.

Motricidade, saúde e bem-estar nos ambientes de natureza urbanos: uma abordagem da dinâmica ecológica

Embora os ambientes de natureza urbanos tornem possível a presença de características da natureza no ambiente urbano, estes tendem a ser diferentes dos ambientes naturais não urbanos, ditos «virgens», que não são de todo concebidos pelo ser humano. Por exemplo, na maioria dos ambientes de natureza urbanos, são criados caminhos, bancos e superfícies planas para permitir fácil acesso, lugares para sentar, e é dada grande importância à segurança para diminuir o risco de acidentes. Ainda que os ambientes naturais «virgens» também possam proporcionar acesso e lugares para sentar, é provável que sejam caminhos e terreno irregulares (se é que existem), com presença intermitente de objetos como rochas, árvores e arbustos, entre outros (Costall 2012).

O processo pelo qual as características da natureza melhoram o bem-estar não é claro, para além dos benefícios dos serviços ecossistémicos (ar limpo, adaptação climática, etc.) e oportunidades de ambulacão e recreação (Zhang *et al.* 2020). A perspetiva da Dinâmica Ecológica, com o seu foco na relação indivíduo-ambiente, é adequada para explicar como os ambientes de natureza urbanos podem melhorar a saúde e o bem-estar (Araújo *et al.* 2019; Brymer *et al.* 2020; Brymer, Davids, e Mallabon 2014). Nesta perspetiva, uma explicação-chave para os benefícios para a saúde e bem-estar decorrentes da motricidade nos ambientes de natureza urbanos baseia-se na variabilidade das possibilidades de ação, uma característica inerente do ambiente natural (Araújo *et al.* 2019). Embora possa parecer que as possibilidades de sentar são menos óbvias em ambientes naturais, porque faltam características familiares de sentar (por exemplo, cadeiras), na verdade, os possíveis lugares para sentar são de natureza mais variada porque indivíduos com diferentes capacidades e aptidões estão propensos a encontrar uma superfície que permita sentarem-se confortavelmente. Por outro lado, no ambiente construído, a cadeira-padrão

cuja função é sentar pode não estar em conformidade com os critérios ideais de um indivíduo para sentar confortavelmente (Heft 2021). Tal variabilidade de possibilidades de ação, inerente aos ambientes naturais, indica que diferentes pessoas podem perceber diferentes possibilidades e, conseqüentemente, agir de forma distinta e de acordo com as suas próprias habilidades e competências. É importante notar que a liberdade de ação apresentada pelos ambientes naturais diversifica as ações que um visitante pode realizar, muitas vezes suprimidas pelas noções de como se comportar num ambiente convencional, organizado, seguro e de origem humana, como a maioria dos ambientes de natureza urbanos atuais. O bem-estar deriva, assim, das percepções positivas de se envolver com sucesso em possibilidades de ação ajustadas às capacidades e aptidões dos indivíduos, com um nível adequado de desafio (Chawla 2021), ou seja, a percepção do indivíduo de que pode alterar o contexto e mudar a sua relação de acordo com as suas características (Heft 2021).

O princípio da Dinâmica Ecológica de que as pessoas, independentemente da idade, são sistemas perceptivos guiados pelo que podem realizar no ambiente (Araújo *et al.* 2019) implica que os indivíduos não perdem a capacidade de explorar com o tempo; são as suas capacidades de percepção-ação que mudam com o tempo (por exemplo, devido ao treino) e que influenciam a sua capacidade de navegar no mundo. Assim, propõe-se que os ambientes de natureza urbanos promovam a variabilidade na motricidade adequada a todos, a cada nível de capacidade de percepção-ação, a fim de permitir que diferentes capacidades e perfis de competências possam desfrutar de experiências de motricidade desafiantes, incluindo pessoas mais velhas e/ou obesas, e com outros problemas de saúde que tenham impacto na sua navegação pelo contexto. Uma paisagem rica em possibilidades oferece uma variedade de cursos de ação, que podem ser selecionados pelos indivíduos de acordo com as suas capacidades e aptidões, quando se movem nessa paisagem (Davids, Araújo, e Brymer 2016). Por exemplo, um visitante de 20 anos de idade pode encontrar um caminho mais rápido através do parque ao saltar um obstáculo baixo, mas um visitante idoso pode não identificar essa possibilidade para se deslocar no parque e pode «aventurar-se» através dos caminhos que correspondem às suas capacidades e aptidões. Não é o caso de haver menos possibilidades de ação em ambientes construídos, mas existem constrangimentos associados aos objetos arquitetados que limitam o comportamento inovador (Chawla 2021). No entanto, alguns habitantes de espaços urbanos

conseguem encontrar inovação mesmo nas paisagens mais construídas. Os *traceurs* (praticantes de *parkour*) caracterizam-se por possuir capacidades de percepção-ação e capacidades físicas de alto nível que lhes oferecem muitas soluções de movimento na cidade, e lhes permitem atravessar muros, varandas e outras estruturas (Davids, Araújo, e Brymer 2016; Clough *et al.* 2016). Conseguem encontrar variabilidade na sua motricidade em ambientes urbanos monótonos e estáveis, enquanto o cidadão «normal» utilizará os passeios e caminhos construídos para se deslocar.

De uma perspetiva de Dinâmica Ecológica, a conceção dos ambientes de natureza urbanos deve incluir possibilidades de ação para diferentes populações, diminuindo os constrangimentos associados à ação sobre objetos arquitetados, incorporando aspetos da natureza e atraindo indivíduos para se envolverem em motricidade variável, para melhorar a saúde e o bem-estar (Davids, Araújo, e Brymer 2016; Clough *et al.* 2016).

Considerações para a conceção de ambientes de natureza urbanos para promover a motricidade, saúde e bem-estar

Espaços variáveis geram motricidade variável

A evidência científica sugere que ambientes mais variados resultam em atividades mais variadas. O projeto *End of Sitting* foi uma experiência alternativa de escritório sem cadeiras ou mesas. Em vez disso, foi concebido com formas e superfícies variadas (Rietveld 2016; Withagen e Caljouw 2016). Enquanto trabalhavam neste escritório, visitantes e trabalhadores exibiram comportamentos variados, transitando de ponto para ponto e adotando posturas diferentes que se traduziram em mais motricidade e comportamento variado (Caljouw, Vries, e Withagen 2017; Renaud *et al.* 2017; Caljouw *et al.* 2019). Apesar de os ambientes construídos poderem ser concebidos para promover mais variabilidade na motricidade, a maior liberdade de ação proporcionada pelas características da natureza devido ao menor número de constrangimentos é uma camada extra de possibilidade para a motricidade.

Assim, os ambientes de natureza urbanos poderiam ser uma excelente alternativa para fomentar um comportamento que promova a saúde. Alguns incentivos populares para a motricidade, tais como ginásios ao ar livre, parecem ser subutilizados (Jansson *et al.* 2020), com taxas de utilização inferiores a 6%

dos visitantes dos parques (Jansson *et al.* 2020; Cohen *et al.* 2012; Copeland *et al.* 2017), possivelmente porque oferecem possibilidades restritas de ação e comportamento repetitivo. Os ginásios ao ar livre podem passar despercebidos porque são vistos como «apenas mais uma característica» do parque (Jansson *et al.* 2020). Para promover oportunidades para a motricidade, os ambientes de natureza urbanos devem proporcionar aos indivíduos uma gama diversificada e significativa de modos de motricidade (Clough *et al.* 2016).

Os ambientes de natureza urbanos podem promover mais motricidade

A conceção de parques urbanos tende a enfatizar as propriedades estéticas, que de facto demonstram um aumento na utilização dos parques (Qi *et al.* 2017). No entanto, o foco deveria estar na relação funcional dos indivíduos com as características físicas dos ambientes de natureza urbanos, para permitir que a motricidade ocorra (Davids, Araújo, e Brymer 2016). A ênfase estética apoia a conceção de ambientes de natureza urbanos que promovam atividades de escapismo, tais como a contemplação e a apreciação da natureza. Mesmo se alguma evidência indica que estes espaços demonstram melhorias no bem-estar, é notório que estas atividades não promovem a motricidade, porque o foco é colocado no conforto, abrigo, segurança e refúgio (Mumcu, Duzenli, e Ozbilen 2010).

Para criar possibilidades de motricidade nos ambientes de natureza urbanos, as ideias para a conceção de parques podem ser extrapoladas a partir de parques infantis, que têm sido objeto de extensa análise na literatura ao longo dos anos. Uma análise sobre os parques infantis de Van Eyck mostra que os aparelhos de brincar abstratos, típicos desses parques, foram concebidos para estimular a criatividade das crianças, a fim de as convidar a dedicarem-se à exploração do que poderiam fazer com o equipamento (Lynn Van Der Schaaf, Caljouw, e Withagen 2020). Ao contrário desta visão, os parques infantis modernos têm distâncias padronizadas entre os vários aparelhos, como blocos de saltos e barras de escalada, que podem ser esteticamente atraentes, mas não suscitam variabilidade de movimentos e criatividade para brincar (Withagen e Caljouw 2017). Ao contrário desta ideia de simetria nos aparelhos em parques infantis, alguns estudos demonstraram que as crianças concebem os seus próprios parques infantis irregulares, de acordo com as suas aptidões e capacidades (Jongeneel, Withagen, e Zaal 2015). Assim, seguindo este princípio, a crescente variabilidade nos percursos e aparelhos

dos ambientes de natureza urbanos pode não atrair apenas os que procuram riscos (por exemplo, *traceurs*), mas *todos* os visitantes do parque, desde que haja uma oferta ampla de oportunidades de motricidade para pessoas com diferentes capacidades e aptidões de movimento (Clough *et al.* 2016).

Para o visitante ocasional dos ambientes de natureza urbanos, estes devem ser acessíveis, mas desafiantes, e em harmonia com a variabilidade das possibilidades de ação da natureza (Araújo *et al.* 2019). Assim, os parques urbanos podem incorporar características que permitam aos visitantes explorar diferentes formas de motricidade, que na realidade se assemelham a uma atividade exploratória como o *parkour*, no sentido de ativar todas as capacidades cognitivas e perceptivo-motoras (Uehara *et al.* 2021). Isto poderia ser conseguido, por exemplo, adotando um conceito de «*todas as estradas levam a Roma*», em que vários caminhos que acabariam no mesmo local, ou numa saída do parque, exigiriam habilidades e capacidades diferentes, desde o caminho-padrão até à estrada irregular calcetada, a subida de terra batida, o caminho de pedregulhos dispersos que atravessam um riacho, o pequeno obstáculo (cerca ou sebe), a parede de escalada sobre uma cerca e as barras assimétricas sobre um pequeno abismo. Isto é análogo ao nível de dificuldade em pistas de estâncias de esqui. Estes diferentes percursos englobariam idealmente todos os perfis de visitantes do parque, incluindo crianças, adolescentes, adultos, idosos, sedentários e obesos, e outros. Esta é a força de enquadrar a conceção de ambientes de natureza urbanos pela perspetiva da Dinâmica Ecológica – permite conceber o ambiente urbano tendo em conta como os visitantes do parque percecionam o ambiente e como decidem agir nele, o que é um passo em frente em relação a quadros anteriores que aparentemente não conseguiram melhorar os níveis de motricidade em todo o mundo.

Conclusão

O plano de ação global para 2030 da OMS (WHO 2018) defende que a adoção de estilos de vida ativos em harmonia com a natureza é imperativa para melhorar a saúde pública. Para alcançar este objetivo, é necessário que os ambientes de natureza urbanos sejam concebidos para promover a motricidade e alargados a mais território urbano. Além disso, o acesso a ambientes

naturais está relacionado com fatores socioculturais e socioeconómicos, o que significa que os estratos mais pobres da sociedade vivem geralmente em bairros menos verdes e, portanto, têm menos oportunidades para visitar e usufruir dos seus benefícios (Zhang *et al.* 2020). Estas questões sociais, que têm repercussões na saúde pública, podem ser abordadas com a implementação de um ambiente mais verde e sustentável, espalhado por todo o território urbano, independentemente do estatuto socioeconómico (Jennings, Larson, e Yun 2016), uma vez que a vegetação, localizada geralmente em todo o ambiente urbano, e não apenas nos parques, pode melhorar a saúde (Rugel *et al.* 2017; Zijlema *et al.* 2019) e reduzir a mortalidade nas populações urbanas (Reid *et al.* 2017).

Para promover a motricidade, os planeadores dos ambientes de natureza urbanos podem conceber espaços semiabertos que permitam a recreação, juntamente com caminhos concebidos para alcançar áreas ou saídas no parque, e mais arbustos e árvores, ou seja, uma «natureza urbana selvagem» (Myers 2020), o que convidaria a biodiversidade, variabilidade na motricidade, e promoveria a saúde e o bem-estar.

Bibliografia

- Araújo, Duarte, E. Brymer, Henrique Brito, R. Withagen, and Keith Davids. 2019. «The Empowering Variability of Affordances of Nature: Why Do Exercisers Feel Better after Performing the Same Exercise in Natural Environments than in Indoor Environments?» *Psychology of Sport and Exercise* 42: 138–45. <https://doi.org/10.1016/j.psychsport.2018.12.020>
- Brito, Henrique, Eliana V. Carraça, António L. Palmeira, José P. Ferreira, Veronica Vleck, and Duarte Araújo. 2022. «Benefits to Performance and Well-Being of Nature-Based Exercise: A Critical Systematic Review and Meta-Analysis». *Environmental Science and Technology* 56 (1): 62-77. <https://doi.org/10.1021/acs.est.1c05151>
- Brymer, Eric, Duarte Araújo, Keith Davids, and Gert-Jan Pepping. 2020. «Conceptualizing the Human Health Outcomes of Acting in Natural Environments: An Ecological Perspective». *Frontiers in Psychology* 11. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2020.01362>
- Brymer, Eric, Keith Davids, and Liz Mallabon. 2014. «Understanding the Psychological Health and Well-Being Benefits of Physical Activity in Nature: An Ecological Dynamics Analysis». *Ecopsychology* 6 (3): 189-97.
- Byrka, Katarzyna, and Natalia Ryczko. 2018. «Positive Effects of Dancing in Natural versus Indoor Settings: The Mediating Role of Engagement in Physical Activity». *Journal of Environmental Psychology* 57: 25-33. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2018.06.002>

- Caljouw, S. R., E. H. de Haan, N. Mollee, and R. Withagen. 2019. «The End of Sitting: How Middle-Aged Employees Use and Experience a New Activity-Inducing Office over Time». *Journal of Environmental Psychology* 61: 138–41. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2019.01.001>
- Caljouw, Simone R., Rutger De Vries, and Rob Withagen. 2017. «RAAAF's Office Landscape The End of Sitting: Energy Expenditure and Temporary Comfort When Working in Non-Sitting Postures». *PLOS ONE* 12 (11): e0187529. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0187529>
- Calogiuri, Giovanna, Katinka Evensen, Andi Weydahl, Kim Andersson, Grete Patil, Camilla Ihlebaek, and Ruth K. Raanaas. 2016. «Green Exercise as a Workplace Intervention to Reduce Job Stress. Results from a Pilot Study». *Work* 53: 99–111. <https://doi.org/10.3233/WOR-152219>
- Chawla, Louise. 2021. «Knowing Nature in Childhood: Learning and Well-Being Through Engagement with the Natural World». In *Nature and Psychology: Biological, Cognitive, Developmental, and Social Pathways to Well-Being*, edited by A. Schutte, J. Torquati, and J. Stevens, 153-93. Nebraska Symposium on Motivation, Vol 67: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-69020-5_6
- Clough, Peter, Susan Houge Mackenzie, Liz Mallabon, and Eric Brymer. 2016. «Adventurous Physical Activity Environments: A Mainstream Intervention for Mental Health». *Sports Medicine* 46 (7): 963–68. <https://doi.org/10.1007/s40279-016-0503-3>
- Cohen, Deborah A., Terry Marsh, Stephanie Williamson, Daniela Golinelli, and Thomas L. McKenzie. 2012. «Impact and Cost-Effectiveness of Family Fitness Zones: A Natural Experiment in Urban Public Parks». *Health and Place* 18: 39-45. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2011.09.008>
- Copeland, Jennifer L., Cheryl Currie, Ali Walker, Erin Mason, Taura Willoughby, and Ashley Amson. 2017. «Fitness Equipment in Public Parks: Frequency of Use and Community Perceptions in a Small Urban Centre». *Journal of Physical Activity & Health* 14 (5): 344-52. <https://doi.org/10.1123/jpah.2016-0277>
- Costall, Alan. 2012. «Canonical Affordances in Context». *Avant* 3 (2): 85-93.
- Davids, Keith, Duarte Araújo, and Eric Brymer. 2016. «Designing Affordances for Health-Enhancing Physical Activity and Exercise in Sedentary Individuals». *Sports Medicine* 46 (7): 933-38. <https://doi.org/10.1007/s40279-016-0511-3>
- Fisher, Jessica C., Jake E. Bicknell, Katherine N. Irvine, Damian Fernandes, Jayalaxshmi Mistry, and Zoe G. Davies. 2021. «Exploring How Urban Nature Is Associated with Human Wellbeing in a Neotropical City». *Landscape and Urban Planning* 212: 104119. <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2021.104119>
- Fong, Kelvin C., Jaime E. Hart, and Peter James. 2018. «A Review of Epidemiologic Studies on Greenness and Health: Updated Literature Through 2017». *Current Environmental Health Reports* 5 (1): 77–87. <https://doi.org/10.1007/s40572-018-0179-y>
- Fuller, Richard, Elena Rahona, Samantha Fisher, Jack Caravanos, Douglas Webb, Daniel Kass, Thomas Matte, and Philip J. Landrigan. 2018. «Pollution and Non-Communicable Disease: Time to End the Neglect». *The Lancet Planetary Health* 2 (3): e96–98. [https://doi.org/10.1016/s2542-5196\(18\)30020-2](https://doi.org/10.1016/s2542-5196(18)30020-2)
- Garrett, Joanne K., Mathew P. White, Lewis R. Elliott, Benedict W. Wheeler, and Lora E. Fleming. 2020. «Urban Nature and Physical Activity: Investigating Associations Using Self-Reported

- and Accelerometer Data and the Role of Household Income». *Environmental Research* 190: 109899. <https://doi.org/10.1016/j.envres.2020.109899>
- Gibson, James J. 1986. *The Ecological Approach to Visual Perception*. Classic. Cornell University, Nova Iorque: Psychology Press, Taylor & Francis. <https://doi.org/10.4324/9781315514413-18>
- Heft, Harry. 2021. «Perceiving “Natural” Environments: An Ecological Perspective with Reflections on the Chapters». In *Nature and Psychology: Biological, Cognitive, Developmental, and Social Pathways to Well-Being*, edited by A. Schutte, J. Torquati, and J. Stevens, 235-73. Nebraska Symposium on Motivation, Vol 67: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-69020-5_8
- Hunter, MaryCarol R., Brenda W. Gillespie, and Sophie Yu Pu Chen. 2019. «Urban Nature Experiences Reduce Stress in the Context of Daily Life Based on Salivary Biomarkers». *Frontiers in Psychology* 10 (722). <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.00722>
- Hunter, Ruth F., Deepti Adlakha, Christopher Cardwell, Margaret E. Cupples, Michael Donnelly, Geraint Ellis, Aisling Gough, et al. 2021. «Investigating the Physical Activity, Health, Wellbeing, Social and Environmental Effects of a New Urban Greenway: A Natural Experiment (the PARC Study)». *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity* 18 (1): 1-19. <https://doi.org/10.1186/s12966-021-01213-9>
- Jansson, Anna K., David R. Lubans, Mitch J. Duncan, Jordan J. Smith, Mikisha Plotnikoff, Sara L. Robards, and Ronald C. Plotnikoff. 2020. «Descriptive Epidemiology of Outdoor Gym Use in an Australian Regional Setting». *Journal of Public Health*. <https://doi.org/10.1007/s10389-020-01275-2>
- Jennings, Viniece, Lincoln Larson, and Jessica Yun. 2016. «Advancing Sustainability through Urban Green Space: Cultural Ecosystem Services, Equity, and Social Determinants of Health». *International Journal of Environmental Research and Public Health* 13 (196). <https://doi.org/10.3390/ijerph13020196>
- Jimenez, Marcia P., Nicole V. Deville, Elise G. Elliott, Jessica E. Schiff, Grete E. Wilt, Jaime E. Hart, and Peter James. 2021. «Associations between Nature Exposure and Health: A Review of the Evidence». *International Journal of Environmental Research and Public Health* 18 (9): 4790. <https://doi.org/10.3390/ijerph18094790>
- Jongeneel, Douwe, Rob Withagen, and Frank Zaal. 2015. «Do Children Create Standardized Playgrounds? A Study on the Gap-Crossing Affordances of Jumping Stones». *Journal of Environmental Psychology* 44: 45–52. <https://doi.org/10.1016/j.jenvp.2015.09.003>
- Klompmaker, Jochem O., Gerard Hoek, Lizan D. Bloemsma, Ulrike Gehring, Maciej Strak, Alet H. Wijga, Carolien van den Brink, Bert Brunekreef, Erik Lebret, and Nicole A.H. Janssen. 2018. «Green Space Definition Affects Associations of Green Space with Overweight and Physical Activity». *Environmental Research* 160 (May): 531–40. <https://doi.org/10.1016/j.envres.2017.10.027>
- Kothencz, Gyula, Ronald Kolcsár, Pablo Cabrera-Barona, and Péter Szilassi. 2017. «Urban Green Space Perception and Its Contribution to Well-Being». *International Journal of Environmental Research and Public Health* 14 (7). <https://doi.org/10.3390/ijerph14070766>
- Lahart, Ian, Patricia Darcy, Christopher Gidlow, and Giovanna Calogiuri. 2019. «The Effects of Green Exercise on Physical and Mental Wellbeing: A Systematic Review». *International Journal of Environmental Research and Public Health* 16 (8): 26. <https://doi.org/10.3390/ijerph16081352>

- Lai, Hakkan, Emily J. Flies, Philip Weinstein, and Alistair Woodward. 2019. «The Impact of Green Space and Biodiversity on Health». *Frontiers in Ecology and the Environment* 17 (7): 383-90. <https://doi.org/10.1002/fee.2077>
- Li, Li, Yalin Lei, Sanmang Wu, Chunyan He, Jiabin Chen, and Dan Yan. 2018. «Impacts of City Size Change and Industrial Structure Change on CO2 Emissions in Chinese Cities». *Journal of Cleaner Production* 195: 831–38. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.05.208>
- Liu, Linghan, Haiyan Qu, Yimeng Ma, Kang Wang, and Hongxin Qu. 2022. «Restorative Benefits of Urban Green Space: Physiological, Psychological Restoration and Eye Movement Analysis». *Journal of Environmental Management* 301: 113930. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2021.113930>
- Lüscher, Gisela, Thomas Nemecek, Michaela Arndorfer, Katalin Balázs, Peter Dennis, Wendy Fjellstad, Jürgen K Friedel, et al. 2017. «Biodiversity Assessment in LCA: A Validation at Field and Farm Scale in Eight European Regions». *The International Journal of Life Cycle Assessment* 22 (10): 1483-92. <https://doi.org/10.1007/s11367-017-1278-y>
- Lynn Van Der Schaaf, A., Simone R. Caljouw, and Rob Withagen. 2020. «Are Children Attracted to Play Elements with an Open Function?» *Ecological Psychology* 32 (2-3): 79-94. <https://doi.org/10.1080/10407413.2020.1732825>
- Madureira, Helena, Fernando Nunes, José Oliveira, and Teresa Madureira. 2018. «Preferences for Urban Green Space Characteristics: A Comparative Study in Three Portuguese Cities». *Environments* 5 (2): 23. <https://doi.org/10.3390/environments5020023>
- Mumcu, Sema, Tugba Duzenli, and Ali Ozbilen. 2010. «Prospect and Refuge as the Predictors of Preferences for Seating Areas». *Scientific Research and Essays* 5 (11): 1223-33.
- Myers, Zoë. 2020. *Wildness and Wellbeing: Nature, Neuroscience, and Urban Design*. Singapore: Springer Nature Singapore Pte Ltd. <https://doi.org/10.1007/978-981-32-9923-8>
- Pereira, Gavin, Hayley Christian, Sarah Foster, Bryan J. Boruff, Fiona Bull, Matthew Knuiaman, and Billie Giles-Corti. 2013. «The Association between Neighborhood Greenness and Weight Status: An Observational Study in Perth Western Australia». *Environmental Health* 12 (49). <https://doi.org/10.1186/1476-069x-12-49>
- Picavet, H. Susan J., Ivon Milder, Hanneke Kruize, Sjerp De Vries, Tia Hermans, and Wanda Wendel-Vos. 2016. «Greener Living Environment Healthier People?» *Preventive Medicine* 89: 7-14. <https://doi.org/10.1016/j.ypmed.2016.04.021>
- Qi, Tong, Guoqing Zhang, Yajuan Wang, Chuanan Liu, and Xueying Li. 2017. «Research on Landscape Quality of Country Parks in Beijing as Based on Visual and Audible Senses». *Urban Forestry & Urban Greening* 26: 124–38. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2016.12.007>
- Reid, Colleen, Jane Clougherty, Jessie Shmool, and Laura Kubzansky. 2017. «Is All Urban Green Space the Same? A Comparison of the Health Benefits of Trees and Grass in New York City». *International Journal of Environmental Research and Public Health* 14 (1411). <https://doi.org/10.3390/ijerph14111411>
- Renaud, Lidewij R., Maaïke A. Huysmans, Erwin M. Spekklé, Allard J. van der Beek, and Hidde P. van der Ploeg. 2017. «“The End of Sitting” in a Public Space: Observations of Spontaneous Visitors». *BMC Public Health* 17: 937. <https://doi.org/10.1186/s12889-017-4971-7>

- Ribeiro, Ana Isabel, Carla Tavares, Alexandra Guttentag, and Henrique Barros. 2019. «Association between Neighbourhood Green Space and Biological Markers in School-Aged Children. Findings from the Generation XXI Birth Cohort». *Environment International* 132 (April): 105070. <https://doi.org/10.1016/j.envint.2019.105070>
- Rietveld, Erik. 2016. «Situating the Embodied Mind in a Landscape of Standing Affordances for Living Without Chairs: Materializing a Philosophical Worldview». *Sports Medicine* 46: 927-32. <https://doi.org/10.1007/s40279-016-0520-2>
- Rugel, Emily J., Sarah B. Henderson, Richard M. Carpiano, and Michael Brauer. 2017. «Beyond the Normalized Difference Vegetation Index (NDVI): Developing a Natural Space Index for Population-Level Health Research». *Environmental Research* 159 (August): 474-83. <https://doi.org/10.1016/j.envres.2017.08.033>
- Sallis, James F., Ester Cerin, Terry L. Conway, Marc A. Adams, Lawrence D. Frank, Michael Pratt, Deborah Salvo, et al. 2016. «Physical Activity in Relation to Urban Environments in 14 Cities Worldwide: A Cross-Sectional Study». *The Lancet* 387 (10034): 2207-17. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)01284-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)01284-2)
- Schipperijn, Jasper, Ester Cerin, Marc A. Adams, Rodrigo Reis, Graham Smith, Kelli Cain, Lars B. Christiansen, et al. 2017. «Access to Parks and Physical Activity: An Eight Country Comparison». *Urban Forestry and Urban Greening* 27 (April): 253-63. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2017.08.010>
- Seo, Sumin, Seulggie Choi, Kyuwoong Kim, Sung Min Kim, and Sang Min Park. 2019. «Associations between Urban Green Space and the Risk of Cardiovascular Disease: A Longitudinal Study in Seven Korean Metropolitan Areas». *Environment International* 125: 51-57. <https://doi.org/10.1016/j.envint.2019.01.038>
- Shanahan, Danielle F., Lara Franco, Brenda B. Lin, Kevin J. Gaston, and Richard A. Fuller. 2016. «The Benefits of Natural Environments for Physical Activity». *Sports Medicine* 46 (7): 989-95. <https://doi.org/10.1007/s40279-016-0502-4>
- Shanahan, Danielle F., Richard A Fuller, Robert Bush, Brenda B Lin, and Kevin J Gaston. 2015. «The Health Benefits of Urban Nature: How Much Do We Need?». *BioScience* 65 (5): 476-85. <https://doi.org/10.1093/biosci/biv032>
- Teas, Jane, Thomas Hurley, Santosh Ghumare, and Kisito Ogooussan. 2007. «Walking Outside Improves Mood for Healthy Postmenopausal Women». *Clinical Medicine. Oncology* 1: CMO. S343. <https://doi.org/10.4137/cmo.s343>
- U.S. Department of Agriculture, Forest Service. 2018. «Urban Nature for Human Health and Well-Being: A Research Summary for Communicating the Health Benefits of Urban Trees and Green Space». *FS-1096*. Washington, DC. https://www.fs.usda.gov/sites/default/files/fs_media/fs_document/urbannatureforhumanhealthandwellbeing_508_01_30_18.pdf
- Uehara, Luiz, Mark Falcous, Chris Button, Keith Davids, Duarte Araújo, Adelgício Ribeiro de Paula, and John Saunders. 2021. «The Poor “Wealth” of Brazilian Football: How Poverty May Shape Skill and Expertise of Players». *Frontiers in Sports and Active Living* 3: 635241. <https://doi.org/10.3389/fspor.2021.635241>
- WHO. 2018. «Global Action Plan on Physical Activity 2018–2030: More Active People for a Healthier World». Geneva.

- WHO. 2021. «Green and Blue Spaces and Mental Health: New Evidence and Perspectives for Action». Copenhagen.
- Withagen, Rob, and Simone R. Caljouw. 2016. «“The End of Sitting”: An Empirical Study on Working in an Office of the Future». *Sports Medicine* 46: 1019-27. <https://doi.org/10.1007/s40279-015-0448-y>
- Withagen, Rob, and Simone R. Caljouw. 2017. «Aldo van Eyck’s Playgrounds: Aesthetics, Affordances, and Creativity». *Frontiers in Psychology* 8 (jul): 1-9. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01130>
- Wohlwill, J. F. 1983. «The Concept of Nature: A Psychologist’s View». In *Human Behavior and Environment, Vol. 6*, edited by I. Altman and J. F. Wohlwill, 5-37. New York: Plenum.
- Zhang, Jinguang, Zhaowu Yu, Bing Zhao, Ranhao Sun, and Henrik Vejre. 2020. «Links between Green Space and Public Health : A Bibliometric Review of Global Research Trends and Future Prospects from 1901 to 2019». *Environmental Research Letters* 15 (063001). <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ab7f64>
- Zijlema, Wilma L., Ania Stasinska, David Blake, Mila Dirgawati, Leon Flicker, Bu B. Yeap, Jonathan Golledge, Graeme J. Hankey, Mark Nieuwenhuijsen, and Jane Heyworth. 2019. «The Longitudinal Association between Natural Outdoor Environments and Mortality in 9218 Older Men from Perth, Western Australia». *Environment International* 125: 430-36. <https://doi.org/10.1016/j.envint.2019.01.075>

Desportos de natureza, ecomotricidade, ecopedagogia e transcendência: perspetivas para uma sustentabilidade sistémica

Ricardo Melo

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

Os desportos de natureza surgem como um conceito unificador de uma coleção de termos – atividades de aventura na natureza, desportos alternativos, desportos ao ar livre, desportos californianos, desportos de ação, desportos de aventura, desportos de estilo de vida, desportos de risco, desportos extremos, desportos radicais, novos desportos, entre outros – que englobam um grupo de atividades desportivas que têm o potencial para desafiar os participantes de uma forma inovadora (Melo e Gomes 2017a; Melo, Van Rheenen e Gammon 2020a). Coletivamente, estes termos recordam-nos que o desporto é altamente ambíguo, socialmente construído e contestado, e a eclodir constantemente sob novas formas e configurações (Booth 2020).

Estas atividades desportivas refletem as mudanças sociais e culturais do capitalismo tardio que ocorreram desde o final do século xx, que desencadearam uma transformação significativa dentro do sistema mais amplo do desporto (Melo e Leite 2021a; Melo 2013). Embora cada um dos desportos de natureza tenha a sua especificidade, a sua própria história, (política de) identidades e padrões de desenvolvimento, existem semelhanças no seu *ethos*, ideologias, bem como nas indústrias de consumo que produzem e nos produtos que sustentam as suas culturas (Wheaton 2004). Os desportos de natureza representam um fenómeno de contracultura (Collins e Brymer 2020; Melo 2017), destacando as formas socioculturais em que estas novas práticas desportivas se desenvolveram em contraste com o desporto tradicional e os seus valores dominantes (Melo e Gomes 2017a; Wheaton 2004).

Os desportos de natureza compreendem um conjunto de atividades desportivas desenvolvidas e vivenciadas em espaços naturais ou rurais (Melo,

Van Rheenen e Gammon 2020a), envolvendo a interação dinâmica entre os praticantes e o ambiente biofísico dos espaços – montanhas, florestas, rios, oceanos, gelo, neve, cavernas, falésias rochosas, etc. –, assim como as forças dinâmicas que estes criam – gravidade, ondas, correntes térmicas, águas bravas, vento, chuva, sol, etc. (Booth 2020). Estas atividades são realizadas numa variedade de contextos naturais, incluindo no ar (parapente e asa-delta, etc.), em águas fluviais ou marítimas (canoagem, *surf*, vela, *windsurf*, etc.), em terra (BTT, escalada, pedestrianismo, etc.) ou mesmo abaixo da superfície terrestre (espeleologia) ou do mar (mergulho).

Os desportos de natureza contêm na sua génese um conjunto de características que os distingue de outros tipos de desportos (Melo, Van Rheenen e Gammon 2020a). São atividades desenvolvidas ao ar livre, em ambientes naturais ou em zonas rurais, potencialmente promotoras de sustentabilidade, e que englobam uma sensação de aventura e um nível de risco inerente, real ou percebido. Apresentam uma natureza espontânea e lúdica, com a participação predominantemente em contextos informais, muitas vezes sem órgãos governamentais ou clubes, ou outras formas de regulação externa (Melo e Gomes 2017b; Wheaton 2016). São geralmente atividades autónomas, mesmo que alguns desportos de natureza sejam praticados coletivamente, como a canoagem, ou aqueles que criam subculturas desportivas, como o *surf*. São atividades não agressivas, que apresentam pouco ou nenhum contacto corporal humano (Wheaton 2013), envolvendo a interação com um recurso natural ou material, onde os participantes ganham a oportunidade de se esforçar, empregar e desenvolver as suas habilidades em relação aos elementos da natureza (Krein 2014). Apesar de a competição não ser um elemento fundamental dos desportos de natureza, não significa que estes sejam menos intensos ou dramáticos que os desportos tradicionais, pois produzem os seus próprios desafios e emoções, bem como as suas próprias formas de imprevisibilidade, tensão, *suspense* e excitação (Booth 2020). Todavia, algumas atividades dos desportos de natureza são altamente competitivas, evidenciadas na sua inclusão nos Jogos Olímpicos modernos, como a vela, o *windsurf*, o BTT, o *surf* e a escalada, e nos Jogos Olímpicos de Inverno, como o *ski* e o *snowboard* (Melo, Van Rheenen e Gammon 2020b), embora a sua estrutura difira das práticas desportivas tradicionais (Melo, Van Rheenen e Gammon 2020a). Como tal, este grupo único de atividades físicas oferece uma alternativa às formas tradicionais de ver, fazer e entender o desporto (Melo e Leite 2021; Wheaton 2004).

Desportos de natureza, ecomotricidade, ecopedagogia e transcendência

Neste sentido, os desportos de natureza são, por direito próprio, um veículo ideal para analisar os pressupostos basilares da teoria da motricidade humana (conceito fundamental na obra de Manuel Sérgio que tem por base a fenomenologia da percepção de Maurice Merleau-Ponty), e de desafiar as preposições ontológicas ocidentais e as premissas básicas do desporto e da natureza como construções ou categorias distintas (Booth 2020). O conceito de desportos de natureza apresenta-se como uma (res)significação dessas preposições, fundamentadas nas definições dominantes do desporto tanto em relação à competição quanto à natureza, em que as ligações sociais com o meio ambiente não necessitam de ser antagónicas e baseadas no controlo e conquista da natureza (Van Rheenen e Melo 2021).

Sob esta perspectiva, Manuel Sérgio refere que a análise do desporto (neste caso particular, dos desportos de natureza) deve evoluir de um paradigma cartesiano, que assenta na diferenciação radical entre corpo e mente, mas também entre cultura e natureza, para um paradigma da complexidade (cuja inspiração advém da epistemologia de Edgar Morin), dirigida à totalidade do ser humano como praticante desportivo, introduzindo elementos sociais, culturais e filosóficos na sua análise, abandonando a análise fundada exclusivamente em elementos quantitativos de rendimento físico, de recordes e de competição individualista, pois o ser humano é simultaneamente corpo-mente-desejo-natureza-sociedade e não apenas físico. De acordo com estes pressupostos, Manuel Sérgio (2010, 117) refere que «é impossível isolar a pessoa do seu ecossistema (e afinal todo o ser vivo), o indivíduo da sociedade e da natureza, e o sujeito do objeto», além de considerar o sujeito na sua dimensão física e em relação aos elementos que o compõem.

O conceito de desportos de natureza desafia, assim, os binários epistemológicos de corpo e mente e de cultura e natureza (Anderson 2012; Melo, Van Rheenen e Gammon 2020a), propondo-se instaurar uma mudança de paradigma, tal como Manuel Sérgio refere, em que os desportos de natureza se apresentam como uma nova «arte de viver», uma mudança ontológica em direção à comunhão com, e não contra a natureza e outras pessoas. Essa mudança de paradigma procura transformar a vontade de dominar os outros e de dominar a natureza para ganho pessoal, que é originada por uma competição existencial que coloca as pessoas em conflito e em desarmonia com o próprio Ser e com o nosso ecossistema. As próximas secções desafiam-nos a realizar uma reflexão ontológica sobre os desportos de natureza, fundada

numa ecomotricidade e numa ecopedagogia, na busca da transcendência (ou superação), e como proposta esperançosa de transição para a sustentabilidade sistémica.

A ontologia (incorporada) nos desportos de natureza

A ontologia concentra a atenção nos conceitos e categorias analíticas, incluindo as suas propriedades substantivas e as relações entre elas, estando preocupada com os pressupostos relativos à natureza, essência e características das entidades e, em particular: se essas entidades existem objetivamente, ou seja, independente da mente e da linguagem; subjetivamente, ou seja, dependente da mente; ou intersubjetivamente, ou seja, dependente do idioma (Booth 2020). As questões relativas à ontologia estiveram por muito tempo reservadas à filosofia, através do estudo de conceitos como a existência, o ser, o devir e a realidade. Contudo, as questões ontológicas surgem cada vez mais no campo das humanidades e das ciências sociais, cuja recetividade surge através de duas condições inter-relacionadas, embora paradoxais: por um lado uma ênfase em métodos e abordagens reflexivas que questionam as reivindicações científicas do conhecimento; e, por outro lado, através da crescente insatisfação com as explicações de fenómenos sociais que promovem múltiplas representações e mundos socialmente construídos ao longo do tempo sobre verdades fixas ou absolutas. Nestes contextos, a viragem para a ontologia traz-nos uma procura por situações objetivas (preexistentes) que não são apenas construídas, ou seja, também são subjetivas e intersubjetivas (Booth 2020).

As primeiras discussões ontológicas sobre os desportos de natureza tendiam a enquadrar estas atividades no interior das relações sociais formais e institucionalizadas que colocavam em primeiro plano, por exemplo, a conquista de quem escalava primeiro o Monte Evereste, a montanha mais alta do planeta, ou a competição entre quem surfava a maior onda, como as ondas gigantes da Nazaré. No entanto, essas estruturas não conseguem capturar a «interação dinâmica, rítmica, harmoniosa, fluida e responsiva» (Brymer e Gray 2009, 138) entre os praticantes e a natureza que caracteriza os desportos de natureza (Booth 2020).

Desportos de natureza, ecomotricidade, ecopedagogia e transcendência

Sendo o desporto e a natureza campos ideológicos contestados, exige-se uma reformulação das narrativas dominantes que sustentam ambas as construções. Essas narrativas focalizam a competição, a oposição e a conquista do outro, seja pela conquista da natureza ou de outros seres humanos e/ou grupos, existindo nestas narrativas uma violência inerente e um risco correspondente, associado a essas representações reinantes, sejam elas reais e/ou percebidas, sendo por isso necessárias outras abordagens. Desta forma, o conceito de desportos de natureza oferece a possibilidade de resistir aos modos como ambos os constructos foram concebidos e, portanto, vivenciados (Van Rheenen e Melo 2021).

Como nos faz notar Booth (2020), os conceitos abstratos e categorias de ontologia, que são tipicamente apresentados como opostos binários, não correspondem claramente às experiências e práticas vividas, que são invariavelmente complexas, contextualizadas, matizadas e situacionais, nem são necessariamente comprovados por evidências empíricas, apesar da utilização de dados para apoiar os argumentos ontológicos. Este esforço para transcender a bifurcação ontológica entre natureza e cultura oferece a possibilidade de uma convergência entre seres humanos e natureza (Kahn e Kahn 2010), fazendo emergir uma sensibilidade relacional entre o mundo humano e o não humano (Booth 2020).

Os desportos de natureza inscrevem significados nos corpos em movimento, um eliminar de limites à medida que os praticantes se unem com a natureza (Anderson 2012; Brymer, Downey, e Gray 2009), excluindo consequentemente a distinção ontológica entre corpo-mente. Os indivíduos descrevem esses momentos de interconexão da mente e do corpo, do equilíbrio da natureza humana e física, evocando uma sensação de espiritualidade e de transcendência (Watson 2007). O conceito de transcendência, central na teoria da motricidade humana de Manuel Sérgio, remete-nos para a ideia de superação, de ir além dos limites – do corpo, do psíquico e da ação –, mas também para a ideia de elevação, de realização e de busca. Nos desportos de natureza, essas experiências transcendentais têm sido chamadas de «tempo lento», «fluxo», «sublime», «euforia», «hedónicas» e «eudemónicas», integrando uma sensação de autonomia espacial, temporal e institucional (Melo, Van Rheenen e Gammon 2020a).

Neste contexto, os desportos de natureza apresentam-se como possibilidade de desenvolvimento de uma ecomotricidade, fundada nos processos

educativos de reconhecimento das relações ser humano-meio ambiente e que prima pela sinergia entre a motricidade humana e a ecopedagogia.

Desportos de natureza, ecomotricidade e ecopedagogia: em busca da transcendência

A ecomotricidade revela-se na relação entre a motricidade humana (na epistemologia de Manuel Sérgio, o corpo em movimento intencional, procurando a superação, a transcendência) e o meio ambiente, o que significa reconhecer e incorporar os problemas ambientais contemporâneos, não apenas através da compreensão de quais são os problemas, mas também através do reconhecimento de como esses problemas também são seus. Trata-se da busca da transcendência, da corporeidade em movimento em relação ao meio ambiente, do reconhecimento do sentimento de que não vivemos numa natureza que é distante, mas que a natureza é a própria corporeidade (Rodrigues e Júnior 2009). Nas palavras de Rodrigues e Júnior (2009, 993): «Pensar na ecomotricidade é muito mais do que uma maneira de ver o mundo, é um estar no mundo, um existir no mundo, enquanto natureza.» Pensar na ecomotricidade é também pensar numa ecopedagogia (também designada como pedagogia da terra ou pedagogia da natureza), que está enraizada nas tradições teóricas da pedagogia crítica (Gadotti 2008; Kahn 2008), prática ou projeto moral e político fundamentado na possibilidade e na esperança de um futuro mais justo e num mundo democrático (van Rheeheh e Melo 2021). A este respeito, Kahn (2008) define a ecopedagogia como uma forma de epifania ética que serve para individualizar o estado da ecologia planetária como um todo dentro de um determinado período histórico.

O projeto ecopedagógico funda-se no despertar da consciência, aquilo que Paulo Freire (1987) refere como consciencialização – um processo de desenvolvimento de literacias e de habilidades de pensamento crítico, uma autorreflexão e interrogação para entendermos melhor como as instituições de poder negam aos indivíduos acesso, equidade e justiça social. Como Freire (1987) observou, a consciência da incompletude do ser humano leva-nos a envolver-nos num processo permanente de busca. Em *Pedagogia da Esperança*, Paulo Freire (1992) afirma que a esperança é uma necessidade ontológica, e que a desesperança é apenas uma esperança que perdeu o rumo e se tornou numa

Desportos de natureza, ecomotricidade, ecopedagogia e transcendência

distorção dessa necessidade ontológica – o ser humano está esperançoso, não por mera teimosia, mas por um imperativo existencial, concreto. Como havia escrito anteriormente (Freire 1987), a esperança está enraizada na incompletude dos homens, de onde saem numa busca constante – uma busca que só pode ser realizada em comunhão com os outros... a desesperança é uma forma de silêncio e de fuga. Mas ter esperança não significa esperar, ter esperança é ser ativo, enquanto esperar significa ser passivo. O ser humano é um ser pedagógico, e é um ser esperançoso, mas enquanto necessidade ontológica, a esperança necessita da prática para se tornar realização histórica (Freire 1992).

Adotar uma abordagem ecopedagógica é, então, ter esperança, mesmo diante das adversidades e das crises ambientais. Sob esta perspectiva, os desportos de natureza inscrevem-se ontologicamente numa ecomotricidade e numa ecopedagogia, envolvendo um processo de consciencialização e de transcendência, que possibilita e nos dá esperança de uma sustentabilidade sistémica.

Desportos de natureza e sustentabilidade sistémica

O desenvolvimento histórico e social dos desportos de natureza está relacionado com a evolução de duas importantes áreas que se têm inter cruzado – a educação e o ambiente. A ligação educativa com a natureza (e com as atividades desportivas na natureza) tem uma longa tradição, enraizada no processo formativo que se iniciou durante os séculos *xvi* e *xvii* (Melo e Gomes 2017a). Desde esse período, mas principalmente desde o início do século *xx*, muitas pessoas e organizações têm-se envolvido em atividades (desportivas) de natureza, atribuindo-lhes um carácter educativo (Melo e Gomes 2017a). Alguns desses exemplos são: o movimento naturalista em França, fundado por Georges Hébert no início do século *xx*; o movimento escutista, que surgiu em Inglaterra em 1907 por iniciativa de Robert Baden-Powell; e o *Outward Bound*, originalmente criado em Inglaterra por Kurt Hahn, durante a Segunda Guerra Mundial (Melo e Gomes 2017a). Este último foi importado mais tarde para os Estados Unidos da América por Joshua Miner e é considerado um precursor do conceito de educação na natureza, incluindo atividades como montanhismo, escalada, orientação, canoagem, entre muitas outras atividades

dos desportos de natureza (Berry e Hodgson 2011). Este tipo de educação realizada em ambientes naturais envolve relacionamentos ecológicos, habilidades físicas para enfrentar desafios situacionais e crescimento interpessoal (Gilbertson *et al.* 2006). Estas experiências de aprendizagem incentivam o envolvimento social direto, ativo e significativo com consequências reais e de longo prazo (Prouty 2007).

Por outro lado, os desportos de natureza estão associados às políticas ambientais, a partir do surgimento das políticas nacionais de preservação e de conservação da natureza na segunda metade do século xix, e da criação do sistema de parques nacionais no início do século xx (Jensen e Guthrie 2006), permitindo a combinação da proteção da vida selvagem com a prática de desportos de natureza e outras atividades recreativas na natureza (Bell 2008).

Estes esforços para a preservação e conservação do meio ambiente contrariam, muitas vezes, a expansão frenética da exploração da natureza e a proliferação dos desportos de natureza a partir do final do século xx. Os impactos negativos na natureza incluem, entre outros, a destruição da paisagem natural, a erosão do solo, a poluição da água e do ar, mudanças comportamentais prejudiciais de espécies animais e a deterioração de monumentos e locais históricos (Melo e Gomes 2016a). Lugares outrora intocados foram invadidos por entusiastas de desportos de natureza – surfistas, alpinistas e ciclistas de montanha, para referir alguns exemplos, que muitas das vezes deixam para trás um rasto de resíduos, dos mais variados tipos, desde garrafas de plástico, latas de metal, a excrementos humanos (Van Rheenen e Melo 2021). Um dos mais referenciados exemplos de paraísos que se encontra afetado, se não perdido, devido ao excesso de resíduos é o Monte Evereste, considerado «o depósito de lixo mais alto do mundo» (Katz 2019). Também alguns locais de *surf*, outrora secretos, têm sido «invadidos», resultando num impacto ambiental negativo, devido a ações e atitudes incorretas dos praticantes e dos seus seguidores (Ahmed, Moodley, e Sookrajh 2008; Borne e Ponting 2017).

Nesta perspetiva, os desportos de natureza têm o potencial de prejudicar os recursos ambientais, um resultado que gera considerável inquietação entre ambientalistas e participantes bem-intencionados. Tais preocupações resultaram nos apelos tanto por abordagens de gestão mais sensíveis para proteger locais particularmente vulneráveis, através de iniciativas de condicionamento dos espaços, como por uma ética genuína de cuidado com a natureza e uma

comunhão interespécies (Booth 2020; Brymer e Gray 2010; Melo e Gomes 2016b).

No entanto, apesar dos potenciais impactos ambientais negativos causados pelos desportos de natureza, estas atividades apresentam a possibilidade de conservação e proteção ambiental quando desenvolvidas e geridas de forma sustentável (Melo e Gomes 2016b; Melo e Leite 2021). Os diversos locais e instalações desenvolvidos para estas atividades (percursos, trilhos, áreas de embarque e desembarque, boias de amarração, caminhos submersos, abrigos, lojas, estacionamento, etc.) têm contribuído para boas práticas de gestão e de conservação, reduzindo assim a exploração do meio ambiente. Esse processo intencional permite que os participantes desfrutem da natureza sem a prejudicar ou destruir para seu prazer individual (Melo, Van Rheenen e Gammon 2020a).

Os desportos de natureza promovem a descoberta e valorização do ambiente e dos seus diversos e espetaculares ecossistemas. Estas atividades apresentam o potencial para despertar o respeito e a defesa da natureza. Os participantes que se entranham na natureza vivenciam a beleza e grandiosidade desses lugares, criando a possibilidade de construção de uma ecocidadania (Melo 2013). Como Brymer, Downey e Gray (2009) argumentaram, sentir-se conectado à natureza leva ao desejo de cuidar do mundo natural e de contribuir para práticas ambientalmente mais sustentáveis. Nesse sentido, os praticantes de desportos de natureza desenvolvem uma relação íntima e recíproca com o mundo natural (Brymer e Gray 2010).

A gestão dos espaços e dos territórios continua a ser uma importante área para a conservação do ambiente, na qual os desportos de natureza e a conservação se combinam para criar uma relação simbiótica com base na sustentabilidade (Boley e Green; 2016). Os guias de desportos de natureza e prestadores de serviços têm um papel importante na promoção da sustentabilidade, atuando como motivadores, intérpretes e ativistas ambientais (Melo e Leite 2021; Pereira e Mykletun 2012). Idealmente, um impacto económico positivo pode ajudar a manter a proteção do ecossistema, enquanto um ecossistema saudável disponibiliza o local para a sustentabilidade do sector (Bailey e Hungenberg 2020; Mach *et al.* 2020).

No entanto, acreditamos que a ética genuína do cuidado só pode ser realizada através de esforços de sustentabilidade sistémica e de um compromisso intencional com a equidade relacional por via de uma ecopedagogia (Van Rheenen e Melo 2021). A escritora e historiadora Rebecca Solnit (2006) refere

que a história é mais uma encruzilhada, ramificações e emaranhados do que linhas retas. A sua compreensão da história desafia o mito do progresso ou desenvolvimento linear. A ecopedagogia torna-se, assim, uma ferramenta para refletir sobre as estruturas históricas e vislumbrar um futuro mais saudável, um futuro baseado na sustentabilidade sistémica.

A sustentabilidade sistémica é uma espécie de consciencialização planetária, uma consciência ecológica ou ambiental que promove a sustentabilidade significativa (Van Rheenen e Melo 2021). Ao focar-se no sistema como um todo, as abordagens estruturais ou sistémicas identificam características específicas desses sistemas como alvos de mudança, modulados pela tomada de decisões e desenvolvimento de políticas (Van Rheenen e Melo 2021). Como Scoones *et al.* (2020) referem, as abordagens estruturais ou sistémicas podem sustentar análises e oferecer respostas estratégicas, seja informando movimentos sociais ou orientando intervenções políticas que visem elevar experiências de pequena escala para além do local. Isso requer uma estrutura integrada ou multidisciplinar que combine visões do mundo, instituições e tecnologias divergentes para vislumbrar a sustentabilidade global. Reconhecendo a complexidade inerente, as abordagens focadas no sistema enfatizam a necessidade de conhecimento sobre a dinâmica do sistema: a interdependência de elementos sociais, ecológicos, institucionais e tecnológicos que juntos marcam limites nos estados do sistema (Scoones *et al.* 2020).

Para além disso, aqueles que adotam uma ética genuína de cuidado do meio ambiente têm procurado afastar-nos da atual economia linear (um sistema em crise) adotando, em substituição, o desenvolvimento de uma economia circular. Uma economia circular desloca a lógica económica da produção para a preservação da natureza e a redução de resíduos, focando-se na reutilização, reciclagem, reparo e remanufactura de produtos e recursos. A este respeito, a Ellen MacArthur Foundation (2013) definiu a economia circular como uma economia industrial que é restauradora ou regenerativa por intenção e *design*. Na melhor das hipóteses, todos os ecossistemas saudáveis são circulares, um ciclo dinâmico de nascimento, morte e renascimento, de decadência e regeneração (Van Rheenen e Melo 2021).

Embora os contornos conceptuais da economia circular e da sustentabilidade tenham sido muitas vezes confusos na literatura, e talvez restringindo a eficácia do seu uso, Geissdoerfer *et al.* (2017) sugerem que a economia circular representa uma condição benéfica para a sustentabilidade, pois enquanto

Desportos de natureza, ecomotricidade, ecopedagogia e transcendência

a sustentabilidade fornece um enquadramento mais amplo, que pode ser adaptado a diferentes contextos e aspirações, a economia circular enfatiza os benefícios económicos e ambientais em comparação com um sistema linear. Neste modelo, a propriedade é vista como administração, enquanto o consumo é reformulado como um ciclo intencional de uso e (re)criação (Ellen MacArthur Foundation 2013). Assim, as pessoas e o seu compromisso com a equidade relacional no mundo social e material são fundamentais para o sucesso de uma economia circular.

Segundo este ponto de vista, o projeto utópico da ecopedagogia promove e fomenta intencionalmente a equidade relacional em vez da procura incessante do crescimento económico. A equidade relacional é uma estrutura viva ou sistémica para promover a justiça social e ambiental. Com base nos princípios da teoria da equidade na gestão organizacional, procura garantir que a distribuição de recursos seja justa para os parceiros relacionais, tornando fundamentais as relações de confiança para a promoção da equidade e justiça social (Van Rheenen e Melo 2021). O termo equidade relacional transcende o mundo dos negócios, fornecendo uma abordagem para educadores e académicos interessados em promover uma ecopedagogia crítica no apoio a uma sociedade mais justa (Gadoti 2008; Kahn 2008).

O objetivo da equidade relacional nas epistemologias ocidentais requer uma consciência do passado e das relações socioculturais de poder e de política que nos levaram às nossas crises atuais. Este processo reconhece que o nosso conhecimento atual é contingente a contextos históricos particulares e forças políticas. No seu lugar, propõe uma política de possibilidade que coloca em primeiro plano a justiça ambiental e social, e abraça o progresso como transcendência existencial e libertação total (Van Rheenen e Melo 2021). A equidade relacional é, então, um meio para alcançar a sustentabilidade sistémica, um componente essencial da ecopedagogia.

Como educadores, precisamos reivindicar estas palavras como autênticas e significativas. À medida que interrogamos práticas, atividades e indústrias culturais, é fundamental analisar como a equidade relacional pode ser alcançada nos nossos contextos sociais e históricos.

Conclusão

Partindo do pensamento de Manuel Sérgio e da ideia de motricidade humana, propôs-se neste texto a adoção de uma ecomotricidade associada aos desportos de natureza, definida com o corpo em movimento intencional, procurando a transcendência, e que está relacionada com os processos educativos de reconhecimento das relações ser humano-meio ambiente, que primam pela sinergia entre motricidade humana e ecopedagogia. Procurou-se, assim, construir uma nova perspetiva sobre as interseções entre desporto, natureza e sustentabilidade, começando por (re)definir a forma como concebemos o mundo através de leituras dominantes das nossas práticas quotidianas em relação ao mundo natural e social.

Os desportos de natureza compreendem um conjunto de atividades desportivas vivenciadas em diversos contextos naturais, como a terra, a água e o ar, e como atualmente estão concebidas e são promovidas, estas práticas fornecem alternativas à ontologia dominante, tanto da natureza como do desporto. Adotando um referencial ecopedagógico, defende-se o desenvolvimento intencional e coletivo da equidade relacional no desenvolvimento e participação nestas práticas desportivas. Desta forma, os desportos de natureza oferecem uma oportunidade de (re)imaginar o desenvolvimento sustentável através da promoção de uma economia circular, em vez de linear, uma economia baseada na recriação e não na exploração e no desperdício.

Neste sentido, na intersecção entre natureza e desporto existe uma oportunidade de fundamentar a política da possibilidade, de (re)idealizar ontologias ocidentais que separam a mente do corpo e a cultura da natureza. Ao lançar luz sobre este nexo, em particular, procura-se traçar um possível caminho de resistência às estruturas reinantes de dominação e exploração dos povos e da natureza dentro de um contexto socioeconómico específico. Tal como acontece com muitos outros sectores, os desportos de natureza têm o potencial de danificar, e até mesmo de destruir, a própria essência do seu apelo – estar em harmonia com a natureza.

Amarrada a uma consciência, particularmente a uma consciência ambiental, a sustentabilidade sistémica torna-se o resultado da aprendizagem da ecopedagogia. Este projeto utópico procura promover uma ecocidadania, do local para global, que apoie uma ética genuína de cuidado com a natureza. Essa

ética procura simultaneamente a liberdade das gerações futuras para viver e experimentar a vida na sua plenitude.

Fundamentados em contextos específicos, como interações corporificadas com a natureza, vislumbra-se os desportos de natureza como novas formas de experimentar, refletir e tornar o ser humano como um todo, como um espírito indivisível e em harmonia com a natureza e com o próprio Ser.

Bibliografia

- Ahmed, F., V. Moodley, e R. Sookrajh. 2008. «The environmental impacts of beach sport tourism events: a case study of the mr price pro surfing event, Durban, South Africa». *Africa Insight*, 38, n.º 3: 73-85.
- Anderson, J. 2012. «Relational places: The surfed wave as assemblage and convergence». *Environment and Planning D: Society and Space*, 30, n.º 4: 570-587.
- Bailey, A., e E. Hungenberg. 2020. «Managing the rock-climbing economy: A case from Chattanooga». *Annals of Leisure Research*, 23, n.º 2: 165-183.
- Bell, S. 2008. *Design for Outdoor Recreation*. Nova Iorque: Taylor & Francis.
- Berry, M., e C. Hodgson, eds. 2011. *Adventure Education: An Introduction*. London: Routledge.
- Boley, B., e G. Green. 2016. «Ecotourism and Natural Resource Conservation: The “Potential” for a Sustainable Symbiotic Relationship». *Journal of Ecotourism*, 15, n.º 1: 36-50.
- Booth, D. 2020. «Nature sports: ontology, embodied being, politics». *Annals of Leisure Research*, 23, n.º 1: 19-33.
- Borne, G., e J. Ponting. 2017. *Sustainable Surfing*. London: Routledge.
- Brymer, E., G. Downey, e T. Gray. 2009. «Extreme sports as a precursor to environmental sustainability». *Journal of Sport & Tourism*, 14, n.º 2-3: 193-204.
- Brymer, E., e T. Gray. 2010. «Developing an Intimate “Relationship” with Nature through Extreme Sports Participation». *Leisure/Loisire*, 34, n.º 4: 361-374.
- Collins, L., e E. Brymer. 2020. «Understanding Nature Sports: A Participant Centred Perspective and Its Implications for the Design and Facilitating of Learning and Performance». *Annals of Leisure Research*, 23, n.º 1: 110-125.
- Ellen MacArthur Foundation. 2013. *Towards the Circular Economy. Economic and business rationale for an accelerated transition*, Vol. 1. The Ellen MacArthur Foundation, <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/Ellen-MacArthur-Foundation-Towards-the-Circular-Economy-vol.1.pdf> (consultado a 30 de junho de 2022).
- Freire, P. 1987. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. 1992. *Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Gadotti, M. 2008. «Education for sustainability: A critical contribution to the Decade of Education for Sustainable Development». *Green Theory & Praxis: The Journal of Ecopedagogy*, 4, n.º 1: 15-64.
- Geissdoerfer, M., P. Savaget, N. Bocken, e E. Hultink. 2017. «The Circular Economy—A new sustainability paradigm?». *Journal of Cleaner Production*, 143: 757–768.
- Gilbertson, K., T. Bates, T. McLaughlin, e A. Ewert. 2006. *Outdoor Education: Methods and Strategies*. Champaign: Human Kinetics.
- Jensen, C., e S. Guthrie. 2006. *Outdoor Recreation in America*. Champaign: Human Kinetics.
- Kahn, R. 2008. «From education for sustainable development to ecopedagogy: Sustaining capitalism or sustaining life». *Green Theory & Praxis: The Journal of Ecopedagogy*, 4, n.º 1: 1-14.
- Kahn, R., e R. Kahn. 2010. *Critical Pedagogy, Ecoliteracy, & Planetary Crisis: The Ecopedagogy Movement*. New York: Peter Lang.
- Katz, B. 2019. «To Clean Up Everest, Nepal Is Banning Single-Use Plastics on the Mountain». *Smithsonian Magazine*, <https://www.smithsonianmag.com/smart-news/bid-clean-everest-nepal-banning-single-use-plastics-mountain-180973005/> (consultado a 30 de junho de 2022).
- Krein, K. 2014. «Nature Sports». *Journal of the Philosophy of Sports*, 41, n.º 2: 193-208.
- Mach, L., J. Ponting, J. Brown, e J. Savage. 2020. «Riding Waves of Intra-seasonal Demand in Surf Tourism: Analysing the Nexus of Seasonality and 21st Century Surf Forecasting Technology». *Annals of Leisure Research*, 23, n.º 2: 184-202.
- Melo, R. 2013. «Desportos de Natureza e Desenvolvimento Local Sustentável: Análise dos praticantes e das Organizações Promotoras dos Desportos de Natureza». Tese de doutoramento, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Melo, R. 2017. «Understanding Nature Sports Participation: A Literature Review». In *Sport Tourism: New Challenges in a Globalized World*, coord. R. Melo, e C. Sobry. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 241–275.
- Melo, R., e R. Gomes. 2016a. «Nature Sports and Sustainable Local Development: Practitioners and Organizations Managers' Perspectives in Portugal». In *Sport Tourism and Local Sustainable Development*, ed. C. Sobry. Lille: L'Harmattan, 75-100.
- Melo, R., e R. Gomes. 2016b. «Understanding Nature Sports Organizations in Portugal». *The Open Sports Sciences Journal*, 9: 13–25.
- Melo, R., e R. Gomes. 2017a. «A Sociocultural Approach to Understanding the Development of Nature Sports». In *Sport Tourism: New Challenges in a Globalized World*, coord. R. Melo, e C. Sobry. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 60–90.
- Melo, R., e R. Gomes. 2017b. «Nature Sports Participation: Understanding Demand, Practice Profile, Motivations and Constraints». *European Journal of Tourism Research*, 16: 108-135.
- Melo, R., e D. Leite. 2021. «The role of nature sports guides to sustainable local development: A case study in the Coimbra region, Portugal». In *Handbook of Research on Human Capital and People Management in the Tourism Industry*, ed. V. Costa, A. Moura, e M. R. Mira. Hershey: IGI Global, 371-388.
- Melo, R., D. Van Rheenen, e S. Gammon. 2020a. «Part I: Nature sports: a unifying concept». *Annals of Leisure Research*, 23, n.º 1: 1-18.

Desportos de natureza, ecomotricidade, ecopedagogia e transcendência

- Melo, R., D. Van Rheenen, e S. Gammon. 2020b. «Part II: Nature sports: current trends and the path ahead». *Annals of Leisure Research*, 23, n.º 2: 133-142.
- Pereira, E., e R. Mykletun. 2012. «Guides as Contributors to Sustainable Tourism? A Case Study from the Amazon». *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 12, n.º 1: 74-94.
- Prouty, D. 2007. «Introduction to Adventure Education». In *Adventure Education: Theory and Applications*, ed. D. Prouty, J. Panicucci, e R. Collinson. Champaign: Human Kinetics, 3-17.
- Rodrigues, C., e L. Júnior. 2009. «Ecomotricidade: sinergia entre educação ambiental, motricidade humana e pedagogia dialógica». *Motriz, Rio Claro*, 15, n.º 4: 987-995.
- Scoones, I., A. Stirling, D. Abrol, et al. 2020. «Transformations to sustainability: Combining structural, systemic and enabling approaches». *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 42: 65-75.
- Sérgio, M. 2010. «O Desporto e a Motricidade Humana». *Caderno de Educação Física*, 9, n.º 16: 111-122.
- Solnit, R. 2006. *A Field Guide to Getting Lost*. London: Canongate Books.
- Van Rheenen, D., e R. Melo. 2021. «Nature Sports: Prospects for Sustainability». *Sustainability*, 13, n.º 16: 8732.
- Watson, N. 2007. «Nature and Transcendence: The Mystical and Sublime in Extreme Sports». In *Sport and Spirituality: An Introduction*, org. J. Parry, S. Robinson, N. Watson, e M. Nesti. Abingdon: Routledge, 95-105.
- Wheaton, B. 2004. «Introduction: Mapping the Lifestyle Sport-scape». In *Understanding Lifestyle Sports: Consumption, Identity and Difference*, org. B. Wheaton. London: Routledge, 1-28.
- Wheaton, B. 2013. *The Cultural Politics of Lifestyle Sports*. London & New York: Routledge.
- Wheaton, B. 2016. «Lifestyle Sport». In *Sport and Society: A Student Introduction*, org. B. Houlihan, e D. Malcolm. London: Sage Publishing, 109-133.

Capítulo II

O corpo como casa: vivência motriz

Apologia da matéria

Manuel Sérgio

Provedor da Ética no Desporto, Plano Nacional de Ética no Desporto (IPDJ)

I

Compõem páginas das mais emocionantes da História do Cristianismo, as pugnas dialéticas e doutrinárias da ortodoxia contra a heresia gnóstica. Que a Igreja acentuasse, nos séculos II e III, com tenacidade e convicção, a onnipotência do espírito e a impotência da matéria; que, na ânsia de propugnar as realidades espirituais, esquecesse a unidade psicossomática e espiritual, seriam posições que perdoaríamos, fartos de saber que, em tempos já tão distantes, a ciência, como disciplina metódica do método experimental, não era conhecida ou, quando muito, canhestramente esboçada¹.

O que, porém, causará espanto (mormente a um fideísmo ingénuo) é a firmeza e o entusiasmo com que Tertuliano, Clemente, Orígenes e seus pares se comprometem na defesa da matéria contra o arrogante desdenho dos

¹ Integram-se aqui duas crónicas, escritas por Manuel Sérgio em 1968 e 1969, sobre as conexões entre a teologia cristã do corpo, o desporto e as teses de Teilhard de Chardin sobre o fenómeno humano. O trabalho de pesquisa, transcrição e fixação do texto foi realizado por Cátia Tuna, Investigadora Integrada do Centro de Estudos de História Religiosa (UCP). Cf. Manuel Sérgio, «Apologia da Matéria», *O Século Desportivo*, Suplemento do n.º 31 057, de 30 de setembro de 1968, pp. 10-11 (*O Século*, 17 de março de 1969, segunda-feira, Ano 89, n.º 30 520, Editor: António Maria Lopes, Director: Guilherme Pereira da Rosa); Manuel Sérgio, «Apologia da Matéria (2)», *O Século Desportivo*, Suplemento do n.º 31 220, de 17 de março de 1969, pp. 10-11 (*O Século*, 17 de março de 1969, segunda-feira, Ano 89, n.º 30 520, Editor: António Maria Lopes, Director: Guilherme Pereira da Rosa).

gnósticos, que aceitavam a concepção grega da matéria como princípio do mal e, como sublinhou M. Federico Sciacca, reduziam a criação e a redenção cristã a fenómenos naturais e necessários, a episódios da luta do elemento divino contra a matéria.

Aliás, ainda antes dos laboriosos truismos dos gnósticos, já João iniciava o seu Evangelho com a afirmação clara, insofismável da união hipostática: «E o Verbo se fez carne e habitou entre nós.» Paulo explicita ainda: «Não sabeis que o vosso corpo é templo do Espírito Santo? [...] Glorificai a Deus nos vossos corpos» (1 Cor 6, 19-20). O corpo adquire, assim, um carácter sagrado e é contra a sua «dessacralização» que se levanta, como onda intrépida, a audácia combativa de alguns dos vultos mais notáveis da Igreja.

Marción, gnóstico barulhento e erudito, esfalfava-se em demonstrar que o mundo material, inclusive o corpo, formava «uma mancha no manto de Deus». Tertuliano, ante o desprezo pelas coisas visíveis, defendido pela heresia gnóstica, protestou com indignação:

«E tu que escarneces esses minúsculos animalitos, que o Supremo Artista enriqueceu de maravilhosos instintos e energias, ensinando-nos a descobrir reflexos da magnificência divina mesmo em coisas tão insignificantes, conforme o apóstolo – *virtus in infirmitate perficitur*² (2 Cor 12, 9) – imita, se és capaz, os favos da abelha, os ninhos da formiga, uma teia de aranha ou os fios do bicho de seda. Suporta, se é que podes, aqueles insetozinhos, que te incomodam na cama e na esteira, o veneno das Cantáridas, a picadura das moscas ou a trombeta e lança dos mosquitos. Nem sei qual destes bichinhos mais admirar, pois, mesmo assim tão pequeninos, podem ser-te úteis na vida ou até bastar para irritar-te. É para aprenderes a não desprezar o Criador, nem sequer nas suas mínimas criaturas» (*Adversus Marcionem*).

As coisas materiais são despiciendas? Interroga o mesmo Tertuliano, com mal rebuçada ironia. E a resposta brota-lhe contundente:

«Deixemos cair os olhos em qualquer das mais modestas: uma simples florita, não digo já dos prados senão silvestre, ou até uma conchinha do mar (ainda que não seja do Mar Vermelho) e as penas de qualquer vulgar galináceo, para não falar

² «A força manifesta-se na fraqueza.»

da plumagem dos pavões – porventura algumas destas coisas poderá persuadir-te que é de sórdido artífice o gesto divino que a criou?» (*Adversus Marcionem*).

Mais tarde, no Concílio de Niceia, o prestígio das coisas materiais, inclusive o do nosso próprio corpo, seria solenemente proclamado, através da fórmula do símbolo: «Acreditamos em um só Deus, Pai todo-poderoso, criador de todas as coisas visíveis e invisíveis», o qual não queria, unicamente, defender a integridade da fé no poder criador de Deus, mas também «vacinar» os primeiros cristãos contra os miasmas gnósticos, naqueles tempos com ambiente favorável à sua propagação.

Por força das limitações naturais da época, mais é de admirar a posição inflexível da ortodoxia dos «tempos heroicos» do cristianismo, no atinente ao corpo que, afinal, o Verbo de Deus não renegou, nem condenou – por isso o assumiu, tornando-se, com toda a propriedade, o Homem-Deus. Tertuliano compraz-se em manifestar a eminente dignidade do nosso corpo, a mais perfeita de todas as coisas sensíveis:

«Nenhuma alma logrará a salvação, se não a iluminar o clarão da fé, enquanto viver unida à carne. De tal modo a nossa carne é fulcro da salvação. Baptiza-se em água a carne, para que a alma se purifique; unge-se a carne, para que a alma seja consagrada; nela se imprime o sinal da confirmação, para que a alma se robusteça» (*De resurrectione carnis*).

E, logo depois, extasiado ante o panorama transfigurante da ressurreição final dos corpos, o apologista africano exclama: «Como haveria de separar-se, na recompensa, aquilo que, na realidade da natureza humana, vemos tão estreitamente unido!»

Passaram-se anos, transcorreram séculos, e os gérmenes do gnosticismo encontram-se vivos, numa literatura vitriolada que se diria representar a nata do pensamento católico, a própria essência da mensagem cristã. O corpo continua, para muitos, a ser aquele pedaço desprezível de nós mesmos: fonte do pecado; causa da imperfeição; motivo primeiro de indignância espiritual. O desporto, porque visa imediatamente ao fortalecimento corpóreo, é assim uma atividade secundária sem qualquer interferência na educação integral da pessoa humana. Esquece-se que o físico e o fisiológico formam a condição material do espírito, e que o animal racional, que é o Homem, mesmo a uma

visão anaturalista, não esconde a conexão iniludível entre o preparo físico e a boa disposição geral, física e psíquica: «Depois de cada uma das sessões de preparação, o desportista sente o bem-estar que lhe dá a harmonia de todo o ser. A circulação do sangue, aumentada no seu ritmo permite uma oxigenação mais perfeita da generalidade dos tecidos, e dela resulta a valorização total da pessoa» (Esteves 1964).

Não é o lugar, aqui e agora, para desnudar os erros decorrentes deste desprezo espiritualista pelo corpo. Contudo, eles descortinam-se, à vista desarmada, na religião e na pedagogia. Enfim, um atraso de mil e seiscentos anos, já que os primeiros cristãos, não beneficiando do progresso técnico hodierno, tinham uma visão muito mais certa do mesmo problema.

II

Lembrámos a luta que se travou, no seio da cristandade, entre os defensores do gnosticismo e aqueles outros que viam no cristianismo uma doutrina de salvação para o homem integral, isto é, corpo e alma, conjunto psicossomático e espiritual indissolúvel.

A visão original do insigne jesuíta francês, padre Teilhard de Chardin, e a sua repercussão no mundo cristão-católico, dá-nos conta de que o joio do gnosticismo ainda lavra, patente ou latente, em grupos numerosíssimos de cristãos atuais. Contra eles, mas com aquela generosidade e compreensão tão habituais em Teilhard de Chardin, se ergueu a voz inconfundível do autor de *Le phénomène humain*, assinalando, com valor e saber irrecusáveis, que para propugnar a existência de Deus não há necessidade de proclamar a esterilidade da matéria, mas que importa ser fiel a ambas as realidades onde Deus, afinal, se encontra suficientemente concretizado. O próprio Teilhard, num momento significativo de *Comment je crois*, dimensiona-nos os extremos da sua fé:

«A originalidade da minha crença consiste nisto – que se firma em duas dimensões da vida tidas habitualmente como antagónicas. Pela minha educação e formação intelectual, pertenço aos filhos do céu, pelo carácter e pelos meus estudos profissionais, sou um filho da terra. Situado assim pela própria vida no centro de dois mundos, dos quais conheço por experiência familiar, a teoria, a linguagem e os sentimentos, não levantei nenhum muro interior, senão que

deixei atuar em mim livremente, uma sobre a outra, duas influências aparentemente contrárias. Pois bem, no termo desta experiência, depois de trinta anos consagrados à busca da unidade interior, tenho a impressão de que se realizou, de maneira natural, uma síntese entre as duas correntes que me solicitam. Uma não abafou a outra. Hoje creio, provavelmente mais do que nunca, em Deus, e, ao mesmo tempo, mais do que nunca, na matéria e no mundo. Não está aqui esboçada, a uma escala individual, pelo menos, a solução privada do grande problema espiritual, com que tropeça atualmente o movimento de avanço da Humanidade?»

Convém, neste passo, traçar uma panorâmica, tão concisa quanto o espaço nos permite, de parte essencial do pensamento do padre Teilhard. Arranca ele da hipótese, que se lhe afigura certeza certa, da evolução do Universo. O mundo em que nos encontramos não «está feito», mas «está fazendo-se», num processo ininterrupto de cosmogénese. Contudo, o movimento do mundo não se dirige, segundo leis arbitrarias, para um ponto imprevisível, o mundo desenvolve-se no sentido de uma crescente complexidade. Acompanhemos a sua argumentação em *Le groupe zoologique humain*: «O mundo será edificado não simplesmente sobre dois, mas sobre três infinitos. O ínfimo e o imenso, com certeza, mas também – arreigado como o imenso no ínfimo, ainda que divergente no sentido da própria marcha – o imensamente complexo.» Na verdade, a um estudo mais atento da realidade material, lobrigaremos que, do átomo à molécula, da molécula à célula, da célula ao tecido vital, dos organismos mais simples aos mais complexos, há um aumento, na linha da evolução, de crescente complexidade – complexidade essa que, na cerebralização humana, alcança o grau supremo e, por isso, desponta a máxima interiorização e a reflexão e a consciência.

No entanto, concluída a antropogénese ao nível da anatomia, isto é, tendo atingido o homem a forma anatómica que hoje apresenta, terminou, neste estádio, a evolução? Teilhard de Chardin vai mais além – segundo o jesuíta francês, a antropogénese prossegue nos domínios da cultura e da economia e da sociologia e da civilização. Depois da evolução, surge a autoevolução. A evolução foi uma subida ininterrupta para a consciência. Com a implantação do espírito, é este a evoluir com as características que lhe são próprias: a autonomia e a liberdade. Na sua obra *L'avenir de l'homme*, o jesuíta francês dá-nos conta do trajeto total do itinerário evolutivo do universo:

«Para o humanismo cristão, fiel nisto à mais segura teologia da Encarnação, não existe atual independência nem discordância, senão subordinação coerente, entre a gênese de Cristo, pela sua Igreja, na humanidade. Inevitavelmente, por estrutura, os dois processos estão ligados, um (o segundo) requer o outro como uma matéria sobre que se assente para a animar. Desde esta perspectiva, a concentração progressiva experimental do pensamento humano numa consciência cada vez mais desperta dos seus destinos unitários é inteiramente respeitada. Mas no lugar do vago centro de convergência requerido como termo desta evolução, aparece e instala-se a realidade pessoal e definida do Verbo incarnado, no qual tudo tem a sua consistência. A vida para o homem. O homem para Cristo, Cristo para Deus.»

Assim, se a vida, por um tropismo irrecusável, tende para o homem e o homem, através de Cristo, caminha para Deus – a história do mundo prossegue na história cristã, a fé é a culminância da ciência. O cristão não tem que menosprezar a matéria ou o seu corpo, julgando que, deste modo, mais se aproxima de Deus. Teilhard é claro, meridianamente claro, em *Écrits du temps de la guerre (1916-1919)*:

«Ora pois, afinal de contas, para sermos cristãos, devemos renunciar a ser humanos no sentido mais amplo e profundo da palavra, áspera e apaixonadamente humanos? Para seguir a Jesus e ter acesso ao seu corpo celestial, devemos rejeitar a esperança de apalpar e preparar algo de absoluto, sempre que à custa do nosso trabalho domesticuemos um pouco mais de determinismo, conquistemos um pouco mais de verdade e realizemos um pouco mais de progresso? Para permanecermos unidos a Cristo, devemos desinteressar-nos da marcha própria deste cosmos embriagado e cruel, que nos arrasta e se ilumina em cada uma das nossas consciências? E esta renúncia não correria o risco de converter a quem o intentasse num bando de mutilados, de tíbios e de débeis? Eis aqui um problema vital, no qual se chocam entre si em todo o coração cristão a fé divina que sustenta e a paixão terrena, seiva de todo o esforço humano.»

Num dos seus mais célebres livros, *Le milieu divin*, Teilhard afirma: «Em virtude da Criação e, mais ainda, da Encarnação, nada é profano neste mundo para quem sabe ver. Pelo contrário, tudo é sagrado para o que sabe distinguir em cada criatura a parcela de ser escolhido, submetida à atração de Cristo

em vias de consumação.» Atentemos bem nesta ideia: nem o corpo nem o espírito, nem a matéria, nem os seres, quaisquer que eles sejam – porque tudo tende para uma síntese última: Deus.

Se trouxemos para este «Suplemento Desportivo» a figura e a obra de Teilhard de Chardin, tal se deve à necessidade de uma fundamentação filosófica do desporto. O desporto não pode andar à deriva, como corpo sem cabeça, no *mare magnum* do pensamento atual. Como atividade humana, como meio indispensável da educação, o desporto não tem de pedir licença para entrar no convívio dos grandes meios de que o homem há de servir-se nesta luta dramática de conquistar a natureza e de se conquistar a si próprio. O padre Teilhard de Chardin tentou, numa base científica, unir o universo a Deus, sacralizar o corpo, restituir ao profano o seu aspeto sagrado. Sem talvez pensar nisso, ensinou, mormente a alguns cristãos mais renitentes, que a ação moral e social dos exercícios desportivos se insere na linha mais pura da antropogénese, da realização mesma do homem. Ter a clara consciência dos limites corpóreos é, antes do mais, ter também a clara consciência dos limites do espírito humano. Não há alma sem corpo. Mas se o corpo condiciona a manifestação da alma, aprimorá-lo e fortalecê-lo conduz à glorificação do espírito, ajuda ao progresso.

Bibliografia

- Esteves, José. 1964. «A alienação do corpo e algumas implicações pedagógicas». *O Tempo e o Modo*, n.º 18: 35-45.
- Sciacca, Michele Federico. 1962. *História da Filosofia* I-III. São Paulo: Editora Mestre Jou.
- Teilhard de Chardin, Pierre. 1955. *Le phénomène humain*. Paris: Seuil.
- Teilhard de Chardin, Pierre. 1956. *Le groupe zoologique humain*. Paris: Albin Michel.
- Teilhard de Chardin, Pierre. 1957. *Le milieu divin*. Paris: Seuil.
- Teilhard de Chardin, Pierre. 1959. *L'avenir de l'homme*. Paris: Seuil.
- Teilhard de Chardin, Pierre. 1965. *Écrits du temps de la guerre (1916-1919)*. Grasset: Paris.
- Teilhard de Chardin, Pierre. 1969. *Comment je crois*. Paris: Seuil.
- Tertuliano, *Adversus Marcionem*, https://www.tertullian.org/works/adversus_marcionem.htm
- Tertuliano, *De resurrectione carnis*, https://www.tertullian.org/works/de_resurrectione_carnis.htm

Alto rendimento desportivo e empresarial: o corpo vivido e fenomenal

Jorge Araújo

Team Work Consultores

Enquanto seres humanos, somos corpos anónimos e pré-pessoais. Dimensão da nossa corporeidade comum a todos os outros seres humanos. Consoante os ambientes e as dinâmicas relacionais existentes, umas vezes essa dimensão é positiva, outras é negativa.

Razão por que, em certas circunstâncias e contextos, nos identificamos positiva ou negativamente de forma instantânea com aqueles com quem nos relacionamos. Refiro-me ao nosso conhecido fenómeno relacional habitualmente designado como «primeiras impressões», que assenta afinal na nossa capacidade intercorporal e intersubjetiva de nos influenciarmos mutuamente de modo absolutamente inconsciente.

Este tipo de fenómeno relacional reveste-se de uma enorme importância para o treino desportivo em geral e o treino comportamental no contexto empresarial.

I

Ao pretendermos treinar o comportamento de pessoas cujo corpo vivido e fenomenal se completa, melhor dizendo, convive e é conivente com os ambientes em que se encontram, temos de determinar previamente de forma muito clara o que pretendemos alterar a nível comportamental.

No desporto ou na empresa, pretende-se que as relações entre os membros das equipas sejam o mais positivas possível. Mas nessa relação, acontece como que uma troca de corpos (vulgarmente designada por empatia positiva ou negativa), com influência imediata no ambiente relacional pretendido.

Quando corpos anónimos se encontram, sentem-se primeiro mutuamente de forma pré-reflexiva (inconsciente) e só depois se identificam, ou não, pela imagem, pelas ideias, pela cultura, pelos objetivos, etc. O que significa que ainda praticamente nada foi dito e nos diferentes ambientes em que trabalhamos já aconteceu a criação de um determinado contexto relacional positivo ou negativo. Acresce que, sempre que nos comportamos de um modo determinado, encontramos-nos em busca de um certo sentido e significado das situações, das coisas ou das pessoas com que nos relacionamos. Estando hoje perfeitamente determinado que nesses momentos, e antes do mais, o nosso corpo nos ensina a diferença fundamental existente entre estarmos perante objetos ou pessoas. Situamo-nos assim face a uma evidente intercorporalidade e intersubjetividade que, imediatamente após sentirmos que existem outras pessoas, não só as identificamos, como estabelecemos relações pré-reflexivas.

Segundo Luís Umbelino, para responder a estas questões é necessário atentar no papel que «desempenha o corpo na própria origem da relação intersubjetiva – ou, se quisermos, como pode contribuir para resolver o problema da existência de outras mentes» (Umbelino 2017b, 291). Isto significa que é ainda o corpo a via de acesso mais primitiva ao outro e o que permite confirmar a respetiva realidade enquanto outro. A questão da intersubjetividade é, em Merleau-Ponty, tema de uma relação intercorporal, o que é muito interessante.

Ao colocar a questão do outro a partir do corpo, tal indagação é descentrada do sujeito egocêntrico e fechado sobre si mesmo, e passa a ser colocada do lado da própria relação anónima que todos os corpos mantêm entre si enquanto estruturas universais ou «formas gerais» (Umbelino 2017b, 308). E ao assentarem assim na relação entre corpos, poderia argumentar-se que os conceitos de intersubjetividade e intercorporalidade são uma faceta originária do próprio fenómeno do comportamento.

Enquanto pessoas (seres humanos), temos todos um aspeto comum; precisamente essa dimensão pré-reflexiva, cujo sentido e significado transforma de imediato o contexto em que nos encontramos. Uma base pré-reflexiva sobre a qual assenta depois a variação cultural, as épocas diferentes, a literatura, a filosofia, etc.

Ao depararmos assim com os outros membros de uma equipa desportiva ou de uma empresa, comportamo-nos imediatamente de forma pré-reflexiva e inconsciente, estabelecendo uma relação através do nosso corpo vivido e

fenomenal. Mais em detalhe, fazemo-lo através da motricidade e sua intencionalidade; o que naturalmente se revela como de extrema influência para o treino desportivo e comportamental. Treino esse em que não se trata de mudar a anatomia, mas sim a motricidade, treinando por essa via o comportamento.

Porque temos um corpo, cuja motricidade e respetiva intencionalidade e significado é o comportamento, move-nos enquanto treinadores o objetivo de mudar o comportamento, e não propriamente a anatomia. Estando naturalmente na base desse comportamento, uma maneira de ser corpo que não controlamos, pois decorre num primeiro momento de forma pré-reflexiva. Para além de que, os outros e os objetos com quem nos relacionamos estão dentro do nosso comportamento, porque já nos relacionámos com eles prévia e significativamente.

Assim, quando pretendemos treinar o comportamento, não devemos preocupar-nos em atuar sobre a anatomia, mas sobre a motricidade, que nos permite uma maneira de sermos o corpo que somos, mesmo sem querer.

II

Um corpo vivido e fenomenal que não só se completa na relação com tudo o que o envolve, mas também nos ensina a distinguir a diferença entre o que são os objetos e as pessoas que nos rodeiam. Como também reclama um determinado tipo de exigência de espaço e de relação.

Referindo-nos ao treino desportivo e comportamental, importa acima de tudo identificar que a estrutura do comportamento daqueles que compõem as equipas com que trabalhamos assenta numa base relacional cujas atrações, energias, encontros e desencontros, etc. nos exigem intervir com o objetivo da alteração pretendida. Mas não só.

Também se impõe alargar esta nossa abordagem às questões filosóficas de decisiva importância referentes à incorporação e ao hábito. Ao abordar estas duas questões, Merleau-Ponty pretendeu, principalmente, referir-se à experiência do corpo vivido e fenomenal. Mais em particular, ao modo peculiar que temos de ser corpo enquanto seres humanos. Embora possuindo um corpo concreto e material, quando o vivemos, não damos conta dele. O que significa que a experiência humana de ser corpo é uma experiência que tem uma dimensão de ausência, significando isto um modo de ser corpo da qual por vezes

Alto rendimento desportivo e empresarial: o corpo vivido e fenomenal

não damos conta dele próprio. Uma dimensão pela qual a nossa corporeidade, sendo material e concreta, não é por vezes experimentada como tal.

Veja-se o exemplo de quando estamos a competir ou a trabalhar ao mais alto nível, sentimos uma dor ou um outro qualquer incómodo físico. Imediatamente, perdemos a possibilidade de nos relacionarmos com tudo o que nos envolve, concentrando-nos totalmente na nossa corporeidade.

No fundo, quando temos mundo não temos corpo, e vice-versa. Melhor dizendo, quanto mais me expando no mundo, menos preciso de dar conta do corpo, sendo o contrário igualmente verdade.

Regressando ao treino comportamental em particular e ao treino desportivo em geral, estamos assim perante uma necessidade comportamental decisiva em tudo o que se refere ao mais alto nível do rendimento desportivo e empresarial. Refiro-me a que se impõe nesses momentos treinar atletas e quadros de empresa para que, quando lhes são exigidos alto rendimento e elevados índices de eficácia, o seu comportamento esteja acima de tudo focado no corpo vivido e fenomenal, esquecendo o corpo objetivo. Concentrando-se por essa via no centro dinâmico que natural e muitas vezes pré-reflexivamente lhes permite fazer com elevados índices de eficácia aquilo que habitualmente treinaram para fazer. Recuperando, afinal, a familiaridade fundamental que lhes permite jogar dentro do corpo vivido e fenomenal. Familiaridade fundamental que não é mais do que o hábito, neste caso os hábitos entretanto adquiridos através do treino.

Hábitos que, obviamente, tanto podem ser de âmbito técnico ou tático, como comportamentais. Hábitos que, na sua base, têm o designado esquema corporal que, para Merleau-Ponty, não é tanto uma estrutura neurológica quanto uma estrutura motora vivida, uma espécie de dinamismo do corpo que se reorganiza de forma continuada consoante as tarefas que tem de realizar.

III

Qualquer comportamento começa assim com este dinamismo de habitação – que é uma forma de habitação – pré-reflexiva, assente na motricidade corporal e resumida no esquema corporal. Para Merleau-Ponty, o hábito não reside «nem no pensamento, nem no corpo objetivo, mas no corpo como mediador do mundo» (Merleau-Ponty 1976, 180). Essa correspondência

mediadora é entendida por Merleau-Ponty como o aspeto mais interessante do hábito e é a que nos interessa particularmente como treinadores.

Quando olhamos ou tocamos, parece que interrogamos as coisas que nos rodeiam, e estas parecem responder. «Sem cálculos prévios, uma senhora mantém um intervalo de segurança entre a pena do seu chapéu e eventuais objetos ao seu redor que a possam partir, sentindo a cada momento onde está a pena, como sente onde está uma das suas mãos. Também quando conduzimos um automóvel num caminho estreito, sentimos que podemos passar sem comparar previamente a largura do caminho com a largura do automóvel» (Merleau-Ponty 1976, 178).

Trata-se de considerar «um plano pré-pessoal da corporeidade na qual se abriga um “saber” do corpo que nem sempre coincide com o que “eu” sei de “mim”» (Umbelino 2017b, 296). Tal desacerto anuncia, de acordo com Merleau-Ponty, o modo essencialmente mundano do ser habitual do corpo, que devemos entender como a nossa primitiva possibilidade de, justamente no silêncio do corpo, ser imediata e significativamente mundo.

Tudo o que diz respeito aos nossos hábitos assenta assim na síntese realizada pelo nosso corpo vivido e fenomenal face às situações com que se confronta, incorporando gradual e perceptivamente um mundo dotado de sentido e significado. Onde o hábito tem como base a experiência passada, mas torna o presente possível através de decisões ao nível perceptivo mais básico. Tal como aprendemos novos hábitos experimentando através do nosso corpo e incorporando nele tudo aquilo que nos permita realizar o que pretendemos de um ponto de vista motriz.

Regressando de novo ao tema do treino, desportivo ou comportamental, aqueles que jogam ao mais alto nível de rendimento desportivo, ou trabalham em equipas de empresas com elevadas exigências comportamentais, têm assim de jogar (trabalhar) com o corpo que incorpora, não dando conta das pressões e exigências existentes, das condições de trabalho que lhes são disponibilizadas, etc., melhor dizendo, não dando conta dos respetivos corpos objetivos

O que só o corpo do hábito o irá permitir através de hábitos corporais que o corpo vivido vai ajustando e melhorando conforme as necessidades; o corpo do hábito vai utilizando os movimentos (os hábitos corporais), considerados necessários como solução para as diferentes situações que se nos deparam.

Alto rendimento desportivo e empresarial: o corpo vivido e fenomenal

Enquanto treinador, desportivo e comportamental, no cumprimento do que defende Merleau-Ponty, cumpre-me assim conseguir treinar atletas e trabalhadores de empresas para que sejam capazes de encontrar os respetivos corpos do hábito da forma mais eficaz possível. Que é o mesmo que dizer que o essencial do treino de alto rendimento, quer desportivo, como empresarial, é o de preparar os jogadores e os quadros de empresas para serem capazes de retirar da sua frente o corpo objetivo através de um cada vez melhor poder de incorporação, estendendo a tudo o que os envolve o silêncio do seu corpo vivido e fenomenal.

Perceba-se assim que, quando atletas ou quadros de empresas sob todo o tipo de pressões se destacam como excelentes executantes, demonstram que já executam com toda a naturalidade (até parece fácil!) o que necessitam a jogar ou a trabalhar. No fundo, já têm dentro do seu corpo vivido e fenomenal tudo o que precisam para esse nível de execução; o que significa afinal que, quer no desporto como na empresa, já possuem os hábitos de que carecem ao mais alto nível de rendimento.

Quando um atleta de alto rendimento joga num estádio desportivo perante cerca de cem mil espetadores, como se estivesse na sua rua a recrear-se, tal significa que, naquele momento, o seu corpo do hábito retira da sua frente o ambiente que o envolve e esquece o corpo objetivo, concentrando-se exclusivamente em fazer o que tem de ser feito para atingir os objetivos a que se propõe. Este atleta joga assim dentro do espaço aberto pelo seu comportamento, que sendo corporal é, como já ficou anteriormente bem expresso, parcialmente irrefletido. Com uma exigência clara quanto à necessidade de os treinadores desportivos ou empresariais assumirem a responsabilidade de atuarem sobre a motricidade daqueles com quem trabalham e não sobre a respetiva anatomia.

IV

Treinar a motricidade é afinal treinar o comportamento dentro do corpo do hábito, para que sejam possíveis respostas inovadoras. Sob os comportamentos codificados das pessoas envolvidas no treino desportivo e comportamental, existem sempre relações e influências anónimas, intersubjetivas e intercorporais. O que significa que por mais que o treinador se esforce na

tentativa de encontrar as soluções necessárias, existem dimensões desses comportamentos muito difíceis de antecipar.

Ilustra-o o exemplo da experiência de duas pessoas de uma empresa numa viagem de elevador em que nem sequer falam uma com a outra. Apesar disso, já se estão a influenciar mutuamente. A simples presença de ambas no elevador naquele dia pode transformar por completo a respetiva experiência ao longo do dia. A razão disto acontecer é a de que na base dessas relações intersubjetivas estão relações intercorporais e anónimas. Tudo isto porque partilhamos a mesma estrutura corporal anónima e assim se estabelece entre todos nós uma determinada empatia, positiva ou negativa.

O comportamento, enquanto realidade fenoménica, é assim a correlação entre corpo e o mundo ou realidade em que esse corpo se insere. E é sobre tal correlação que tudo o mais de comportamental se constrói e configura. Como elementos principais desta correlação, o nosso corpo fenomenal e o mundo ou realidade que nos envolve. Corpo e Mundo que se envolvem numa dimensão vivida e experiencial que ultrapassa as tentativas de biologização, naturalização ou cerebrização e orienta uma nova fundamentação da noção de comportamento.

O comportamento humano assenta num verdadeiro jogo de atrações, de encontros e desencontros, sobre o qual se constrói tudo o resto da cultura humana, da política, etc. Comportamento esse que está muito para lá do nosso controlo consciente e racional, pois existem dimensões dele que não controlamos. Assim o comprovam afirmações de Merleau-Ponty, como sejam toda a reflexão nasce do irrefletido ou tudo o que eu penso é o pensamento de qualquer coisa, que já existe, mas ainda não foi pensada por mim. Afirmações que ilustram afinal como é difícil a tarefa dos treinadores desportivos e comportamentais. Conforme aliás os exemplos seguintes são suficientemente ilustrativos dessa dificuldade.

Não há um campo de basquetebol em abstrato. A realidade de um campo de basquetebol só existe na maneira como aparece. E só aparece quando nele estão os jogadores, a bola e o jogo se disputa. Também o designado banco dos suplentes constitui um exemplo interessante. Quando num campo de basquetebol os suplentes não se sentam nesse banco lateral, a realidade desse banco, enquanto fenómeno, deixa de existir. Só existe quando os suplentes se sentam nele e delimitam a respetiva realidade. O mesmo quando um jogador de basquetebol corre no campo a caminho do cesto. Para Merleau-Ponty,

Alto rendimento desportivo e empresarial: o corpo vivido e fenomenal

naquele momento, o que lhe interessa é a realidade da experiência vivida contida naquele movimento. A experiência de um dinamismo que se completa com o espaço do campo, em que o jogador se molda a tudo o que o envolve e, por sua vez, aquilo que o envolve se molda ao jogador.

Segundo Merleau-Ponty, essa experiência vivida do corpo fenomenal do jogador é o centro do comportamento. Uma realidade onde se encontra colocado o corpo objetivo, mas que é habitada, desvendada e desdobrada pelo corpo fenomenal do jogador, através de um dinamismo que se molda às tarefas a desenvolver, completando-se nelas. Tudo isto, numa interação com os outros jogadores, o campo, a bola e o cesto, em que o jogador faz por vezes coisas em jogo que não só não sabe como as fez, como também muitas vezes não as consegue repetir.

Atletas ou quadros de empresas precisam assim de aprender e treinar a reencontrar o corpo vivido, eliminando todo o tipo de pressões externas que tenham reflexo no corpo objetivo; regressando a um centro dinâmico em que se tornam capazes de fazer aquilo que pré-reflexivamente fazem.

Sempre que permitem que o corpo objetivo lhes apareça na frente, dispersando a sua concentração nas tarefas a desenvolver, deixam de ser eficazes, perdem rendimento. Como já o dissemos anteriormente, precisam, por isso mesmo, de treinar a estarem concentrados no corpo vivido, jogando e treinando dentro desse corpo.

Tal como quando andam não se dispersam pensando nos movimentos das pernas e dos pés, sempre que treinam e jogam têm de jogar com o corpo que incorpora. Só este lhes permitirá fazer coisas inesperadas, sem pensar.

Quando o jogador executa algo excelente de modo pré-reflexivo, tal significa que já tem consigo, incorporado, esse tipo de execução e que nada o vai desfocar, pois está treinado a retirar o corpo objetivo da sua frente, sem pensar.

No fundo, uma execução centrada no corpo do hábito. Hábito esse que segundo Merleau-Ponty é o que nos permite instalar nas coisas e nos outros, incorporando-os no volume do nosso corpo vivido e fenomenal.

São os hábitos que dilatam a nossa possibilidade de estar no mundo acontecendo-nos de forma pré-reflexiva; tal como é a incorporação um aspeto das características do hábito e da experiência do corpo vivido, ou seja, do corpo do comportamento; e a motricidade é o conceito fenomenológico da intencionalidade que os fenomenólogos entendem como a nossa forma de nos ligarmos às coisas e às pessoas e de as fazermos aparecer.

A realidade humana não existe separada da maneira como aparece. Mas para aparecer precisa do envolvimento do corpo no espaço que o envolve, o comportamento. O desafio de viver é assim o de fazer a experiência do que nos está a acontecer. Tal como o desafio dos treinadores, quer no desporto como na empresa, é o de potenciarmos o facto de a partir da familiaridade pré-consciente sempre verificável entre seres humanos podermos fazê-la evoluir no sentido de uma continuada familiaridade intercorporal e intersubjetiva ao serviço de objetivos comuns.

V

Em cada uma das nossas experiências vividas desvenda-se um ambiente humanizado, que, para Merleau-Ponty, significa estarmos perante um poder (saber) anónimo do corpo, também verificado quando perante uma sala vazia sentimos na disposição de alguns dos objetos ali colocados a presença de alguém que previamente ali esteve. Este é um verdadeiro plano pré-pessoal vivido na nossa relação com os outros que, segundo palavras de Luís Umbelino, permite estabelecer entre os seres humanos «um horizonte de humanidade que atravessa desde sempre o “nosso” mundo» (Umbelino 2017b, 298). Um conjunto organizado onde se situa o nosso corpo e onde o meu modo de estar no mundo nunca é, portanto, solitário.

Gallagher entra neste debate argumentando que a posição de Merleau-Ponty é confirmada pela circunstância da ativação dos neurónios espelho nos acontecer automaticamente através daquilo que nos provocam aqueles que conosco se relacionam. A ativação do nosso sistema de ressonância (neurónios-espelho) constitui uma das partes fundamentais do nosso sistema percetivo, pois permite-nos identificar automaticamente as intenções daqueles com quem comunicamos. Ou seja, a nossa perceção dos outros assenta na direta e automática perceção das respetivas intenções. Entretanto, a designada teoria da interação de Gallagher permite-nos aprofundar a compreensão da noção de incorporação (*embodiment*) defendida por Merleau-Ponty.

Segundo Gallagher, praticamente desde que nascemos temos a capacidade de compreender e de nos colocarmos no lugar daqueles com quem nos relacionamos. O que representa desde logo uma forma de incorporação primitiva, presente no comportamento de um recém-nascido. As crianças

respondem de modo distinto a caras ou corpos humanos. Tal acontece através de um esquema corporal que integra os sistemas sensoriais e motores numa intencionalidade corporal comum (Gallagher 2005, 225).

Gallagher considera que agimos corporalmente (como um todo) antes de termos consciência disso mesmo, antecipando de um ponto de vista sensório-motor todo o tipo das próprias experiências conscientes (o já designado anteriormente fenómeno das primeiras impressões). Consoante vão decorrendo as nossas experiências de vida, vamos recebendo continuados *feedback* a nível propriocetivo, visual e táctil.

Tal como para Merleau-Ponty, também para Gallagher a experiência do corpo é a base em que assenta a criação e o desenvolvimento dos sentidos. Contrária deste modo, igualmente, a «cientificação» que durante algum tempo aconteceu ao redor do conceito de esquema corporal: «O esquema corporal não pode ser reduzido a uma pura explicação neurofisiológica do controlo motor porque o modo como se movimenta o meu corpo é em suporte das minhas intenções pragmáticas e em resposta a características ambientais que permitem ou impedem minhas ações ou as dificultam» (Gallagher 2005, 246).

Ressalta assim a importância do nosso Pensar e Intervir como um Treinador, onde a palavra COACH ganha um significado muito para além do mundo desportivo em que começou a ser utilizada. Em COACH, o C é de *Care* (Cuidar), o O de *Observe* (Observar), o A de *Act* (Agir), o C de *Communicate* (Comunicar) e o H de *Help* (Ajudar), ganham um peso significativo. Deixando bem clara qual a responsabilidade de pais, professores, treinadores, quadros de empresas e dirigentes políticos em tudo o que respeita a alimentarem (FEED) o potencial para serem excelentes daqueles que lideram, nomeadamente os mais jovens. F de *Focus*, Foco na tarefa e nos objetivos a alcançar; E de *Energy*, Energia e paixão em tudo aquilo que fazemos; E de *Effort*, Esforço e trabalho árduo constantes; finalmente, D de *Dexterity*, destreza e competência técnica e comportamental.

Por debaixo deste contexto do treino desportivo em geral e do treino comportamental em particular, Merleau-Ponty «obriga-nos» a não esquecer qual a realidade sobre a qual efetivamente trabalhamos. Aprendemos com este filósofo que o comportamento é uma relação e uma experiência, um fenómeno relacional; e que as suas «peças» fundamentais são, no seu fundo, o dinamismo da nossa corporeidade e as exigências práticas do mundo.

Tais componentes – porque é disso que aqui se trata – desvendam-nos a estrutura fenomenológica do comportamento, «por debaixo» de todas as técnicas e intervenções do treino desportivo e comportamental. Estrutura fundamental que é relacional: o dinamismo do corpo vivido completa-se no dinamismo do espaço vivido; o «estar-no-mundo» humano, portanto, é o nome de uma vocação de convivência ao que rodeia e situa, interpela e perturba.

Quando, como treinador, se tenta «intervir» sobre os «comportamentos», o que se faz é, antes do mais, trabalhar e transformar comportamentos através de situações (treinos) que não se desliguem da realidade ou contexto concreto de referência; em seguida, tenta-se reforçar a importância da dimensão intersubjetiva; por fim, procura-se estabelecer objetivos comuns mobilizadores da motivação individual e coletiva, tal como da partilha de valores positivos. Mas, no fundo, o que se visa, o que se «toca» é aquela estrutura em parte pré-reflexiva, corporal, vivida, que não se pode conceber como um objeto, mas apenas descrever como fenómeno. Estrutura pré-reflexiva essa que, por exemplo, entre os membros de uma determinada equipa, existe sempre como uma dimensão comum. Afinal, quando em equipa, o comportamento de uns complementa-se no comportamento dos outros, e assim vão habitando o respetivo meio ambiente: comportando-se, instalando-se e incorporando.

Bibliografia

Gallagher, Shaun. 2005. *How the Body Shapes the Mind*. Oxford: Oxford University Press.

Merleau-Ponty, Maurice. 1976. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Gallimard.

Umbelino, Luís António. 2017a. «Filosofia do corpo e inventário da dor: (I) elementos para uma fenomenologia da experiência do membro-fantasma». *Revista Filosófica de Coimbra*, 26, n.º 51: 137-162.

Umbelino, Luís António. 2017b. «Filosofia do corpo e Inventário da dor: (II) anonimato, alteridade e relação intercorporal segundo M. Merleau-Ponty». *Revista Filosófica de Coimbra*, 26, n.º 52: 291-310.

Motricidade, música e transcendência

Nuno Santos

Surfista de ondas grandes e músico

Quem não se transcende, verdadeiramente não vive.

Manuel Sérgio

O colóquio internacional Desporto, Ética e Transcendência assume particular pertinência e sentido de oportunidade num momento de crescente instabilidade social e ambiental acentuada por conflitos militares, pandemia, incerteza económica e financeira, e ainda globalização e digitalização do trabalho.

Os valores éticos que definem a credibilidade de indivíduos e instituições estão cada vez menos representados numa sociedade onde as preocupações económicas e financeiras, associadas à despreocupação com a essência individual e coletiva, se manifestam com crescente violência e intolerância.

Na educação, os conteúdos passados às novas gerações ignoram a distinção fundamental entre o bem e o mal, entre o que é certo ou errado. O contexto profissional prevalece em relação ao pessoal, com a convivência coletiva de uma sociedade mais preocupada com a formação de profissionais que de cidadãos.

Na motricidade, a notória falta de cultura desportiva e de atividade física perpetua o analfabetismo motor. A consequência é o desconhecimento do corpo, de todo o seu potencial e limitações, e a proliferação de extremos; por um lado, o sedentarismo, pelo outro, a vigorexia e obsessão estética do corpo.

Nas práticas artísticas, a ausência de educação e formação das novas gerações desenvolve indivíduos apáticos perante manifestações culturais e artísticas, com pouca ou nenhuma sensibilidade para a apreciação e contemplação do que é belo. O embrutecimento da população é então uma inevitabilidade, com a consequente falta de empatia e sensibilidade para compreender e aceitar outras culturas.

Todos estes fatores conjugados resultam numa sociedade desequilibrada, com uma fraca cultura motora e artística.

Portugal é o país capaz de caminhar até Fátima, mas incapaz de ir buscar a pé os filhos à saída da escola; é o país que paga para ir a concertos e festivais mediáticos, mas que não aceita valores simbólicos de concertos e espetáculos locais de qualidade; é o país que exige a máxima *performance* dos seus atletas e artistas, sentado no sofá.

A comunicação apresentada no primeiro painel, *O Desporto como modo de habitar o mundo – motricidade e sustentabilidade*, pretende conjugar as perspetivas pessoais sobre Motricidade e Música com os três pontos que definem o colóquio – Desporto, Ética e Transcendência. Procura-se aqui apresentar uma reflexão crítica, fundamentada nas vivências práticas do projeto profissional *Um violino nos locais mais improváveis* e complementada com a experiência e o conhecimento académico na área de Ciências do Desporto.

Motricidade e sustentabilidade

O contexto natural proporciona um espaço único para os termos classificados pelo sociólogo francês Roger Caillois – *ágon* (termo grego que significa luta, competição, disputa, discussão, combate, jogo), *alea* (atuação sem qualquer habilidade previamente adquirida, em que o acaso, o destino e a sorte predominam), *mimicry* (atuação fictícia na qual o participante interpreta um papel como forma de se apropriar de outra realidade que não a sua), e *ilinx* (atuação que assenta na busca de vertigem, com o intuito de atingir o afastamento da realidade)¹.

Mais, é a proximidade com o meio ambiente que permite o seu conhecimento, compreensão e conseqüente respeito sobre as diferentes formas de vida. Desta maneira, é razoável considerar que a motricidade em contexto natural promove o desenvolvimento de uma cultura sob a forma de conhecimento, moral, arte, lei e costumes relativos ao ambiente natural.

¹ Tem-se aqui, como referência, a obra clássica de Roger Caillois, *Les Jeux et les Hommes*, (Paris: Gallimard, 1958).

Motricidade e sustentabilidade, tal como motricidade e música, são faces da mesma moeda. A superação ética e desportiva a partir do confronto pessoal perante os elementos naturais permite o desenvolvimento de uma cultura de respeito pela natureza e pela sustentabilidade ambiental.

Motricidade e música

Os conceitos de motricidade e música são ambos *performances* motoras (de motricidade mais fina ou grossa) que seguem metodologias de treino semelhantes, e partilham os princípios de paixão, disciplina e compromisso.

As competições artísticas fizeram inclusive parte dos Jogos Olímpicos da Era Moderna, entre os anos de 1912 a 1948. As provas, divididas nas categorias de Arquitetura, Literatura, Pintura, Escultura e Música de acordo com a intenção original do fundador do movimento olímpico, – Pierre de Coubertin, foram abandonadas em 1954 por se considerarem os artistas como profissionais, enquanto os atletas olímpicos eram obrigados a ser amadores.

Motricidade e música são ferramentas fundamentais e complementares na construção de uma sociedade mais humana, saudável e esclarecida.

Contudo, as práticas desportiva e artística estão atualmente segmentadas. Do ensino público à prática associativa, a opção entre as duas ações oferece pouca ou nenhuma possibilidade de complementaridade.

A combinação entre motricidade e música é a forma particular de habitar o mundo no projeto *Um violino nos locais mais improváveis*, sob o pretexto de tocar violino nos locais mais improváveis. Aos MM de Motricidade e de Música, acrescentam os de Mar e de Montanha, surgindo assim um projeto que tem como objetivo tocar violino à volta das maiores ondas e montanhas do mundo.

A visão deste projeto está na constante procura pela virtude pessoal. Um percurso sem fim, onde a finalidade está no caminho mais do que no destino.

É um caminho de equilíbrio entre opostos: paixão e razão, humildade e confiança, desassossego e tranquilidade, desistência e persistência, que revelam a verdadeira natureza pessoal.

Motricidade e transcendência

Ao longo dos 15 anos do projeto *Um violino nos locais mais improváveis*, a busca pela aventura e exploração cultural e natural proporcionaram a oportunidade de conhecer variados contextos de música, de mar e de montanha em diferentes partes do mundo².

São estes contextos grandiosos que conferem à noção de espaço e tempo um significado transcendental. Porque o momento de tocar violino num local improvável resume a combinação entre paixão, disciplina e compromisso, que culmina num momento efêmero e etéreo.

Tocar no cume duma montanha ou a descer uma onda grande é, no fundo, uma forma pessoal de aproximar e tocar para Deus. Uma experiência improvável onde, por breves momentos, tudo faz sentido.

A prática desportiva e musical são, no fundo, capacidades motoras para alcançar o equilíbrio, a transcendência pessoal. Por outras palavras, a *performance* musical ou desportiva não são mais do que ferramentas para ultrapassar a experiência mundana e alcançar o transcendente.

Conclusão

A proximidade entre motricidade e sustentabilidade na forma de habitar o mundo traduz os princípios fundamentais do projeto *Um violino nos locais mais improváveis*.

O desporto e a música, enquanto práticas motoras de linguagem universal, permitem a comunicação e socialização em qualquer parte.

A combinação da motricidade grossa na prática desportiva com a motricidade fina na prática musical em cenários de natureza extrema são condição de aplicação prática do conhecimento académico e empírico na busca pelo autoconhecimento (cons-ciência) e transcendência. Esta experiência permite uma aproximação às coisas naturais, bem como o conhecimento das causas ambientais e sociais inerentes.

Contudo, o distanciamento da sociedade em relação ao desporto, música e natureza tem atualmente consequências extensas.

² <https://nunosantosviolino.com/Home>

A opção social contemporânea por uma forma de estar que procura mais o ter do que o fazer, o parecer mais do que o ser, o vencer mais que compreender, é algo que nos deve preocupar.

No domínio desportivo, a exagerada preocupação académica e científica com a *performance* em competição ignora o maior e mais importante fator diferenciador do desporto – a cooperação.

Porque o desporto é a única atividade humana onde é possível competir e cooperar simultaneamente, é este conceito de competição e cooperação simultânea o maior contributo que o desporto pode dar à sociedade. Este tema pode e deve então tornar-se num foco de estudo, de promoção e valorização das características únicas do desporto.

No domínio musical, a crescente dimensão de entretenimento sem perspectiva crítica, criativa e educativa, desvaloriza a música enquanto prática artística que contribui para a resolução de problemas ambientais e sociais.

A música tem a capacidade de despertar emoções e sentimentos, e de nos tornar mais humanos. É este fator diferenciador que desenvolve a empatia, a compreensão e afinidade entre pessoas. Sem isto, a propagação de conflitos sociais torna-se inevitável enquanto consequência da falta de sensibilidade e comunicação entre pessoas.

No domínio da natureza, o afastamento sobre o que é natural e selvagem deixa ao abandono a sustentabilidade dos recursos naturais. A prova deste afastamento é a causa da falta de conhecimento e consideração pelo impacto ambiental dos nossos hábitos de vida. Porque quando não vemos o problema à frente, não nos apercebemos da sua verdadeira dimensão.

Finalmente, a responsabilidade destas questões vai muito para além de qualquer instituição ou governo. É dever ético e moral de cada um de nós aprender, compreender e questionar, para de forma esclarecida educarmos as novas gerações sobre os deveres cívicos em relação ao que nos rodeia.

Desporto e risco pandémico: o olhar de uma atleta

Francisca Laia

Atleta olímpica de canoagem e médica

I

A pandemia que vivemos trouxe-nos novos desafios, tenham sido eles pessoais, profissionais, desportivos, familiares ou até na esfera emocional. Sem sabermos ou estarmos sequer preparados para tal, a nossa saúde mental foi posta à prova. Entre alterações de rotinas, de conceitos, do certo e do errado, enfim... de tudo o que para nós fazia sentido enquanto pessoas que vivem numa sociedade em que os afetos e a empatia são o fio condutor. São as relações com as pessoas que dão cor à vida, sejam elas no trabalho, em casa, no café, no treino ou em qualquer outro sítio. Por natureza somos seres sociais e fomos privados de tudo isso durante muito tempo. Tudo o que considerávamos como normal foi posto em causa e a certa altura até proibido. Nas várias dimensões que nos compõem lidámos com o «problema» como melhor sabíamos, um pouco à descoberta, sem saber se estávamos ou não no caminho correto.

Para mim, enquanto atleta, foi muito provavelmente a altura mais desafiante da minha vida. O que era para mim uma rotina normal de sair de casa, pegar no *kayak* e ir até ao rio acompanhada do meu treinador e colegas de treino passou a ser impossível! Lembro-me como se fosse hoje do dia em que iniciámos o confinamento. Vamos lá recordar... Meados de março de 2020, último estágio antes da hipotética seletiva interna da seleção nacional de apuramento para os Jogos Olímpicos de Tóquio 2020. Já se falava em adiamento, em cancelamento, e toda a minha cabeça era uma incerteza gigante do que pensar, de como treinar, de em que patamar colocar as expectativas. Era uma quarta-feira, estava a almoçar com o meu treinador quando recebemos uma chamada do diretor técnico da federação a informar que teríamos de sair de

estágio naquele dia porque à meia-noite começava o tão pouco desejado confinamento. Frases como «vai tudo fechar», «não vamos poder sair de casa», «quanto tempo vai ser», entre tantas outras, assombravam a mente de todos nós e a minha não era exceção... não havia forma de prever o que aí vinha e a minha maior preocupação era a minha família porque teria de voltar para casa e, principalmente (como atleta com objetivos que sou), «como vou treinar?», «onde vou treinar?», «como vou circular?»... nada fazia sentido e havia claramente mais perguntas do que respostas. E assim foi, a meio do último estágio de preparação para a prova que definiria a minha época estava a fazer as malas, para ainda nesse mesmo dia rumar a Abrantes, a casa da minha avó onde iria ficar as duas semanas seguintes para a ajudar em tudo o que pudesse e não a colocar em risco. Nesta altura ainda não havia cancelamentos de provas e os objetivos mantinham-se — eu queria apurar-me para os Jogos, e isso não me saía da cabeça. Tinha de arranjar uma solução, desistir e baixar os braços não fazia parte do plano! E assim foi, passei a treinar em casa, num ergómetro de canoagem que tinha adquirido uns anos antes, sem imaginar que um dia ia ser tão importante e me iria permitir continuar mesmo fechada em casa. Nunca deixava o treino por fazer, inventei, fiz treinos em casa, sugeridos por amigos, combinados com o treinador, saía para correr, porque sendo atleta podia praticar atividade física ao ar livre, e era esta a minha rotina desportiva. Mais tarde veio a autorização de circulação para atletas de alto rendimento e — foi uma lufada de ar fresco — pude voltar a pegar no meu *kayak* e ir até à barragem sentir a liberdade do vento e da água a tocar-me na pele. Desta vez, sozinha, sem treinador, sem colegas de treino, sem a envolvência normal do que é um treino de alto nível! Mas por outro lado, pude regressar um pouco à minha infância, aos dias passados na barragem, àquelas margens que tinham visto crescer a Francisca Laia, criança na altura, ao longo do seu percurso até se tornar atleta da equipa nacional. Durante muitas semanas, essas idas à barragem foram o meu escape da «prisão» em que sentia que vivia. Nunca fui uma pessoa de estar muito tempo num sítio e estaria a mentir se dissesse que não me fez falta poder pegar no carro e ir, onde naquele momento me apetecesse, ver pessoas, pôr a conversa em dia cara a cara, ver a família, estar e existir onde eu quisesse. Remar na barragem, sozinha, proporcionava-me isso mesmo, liberdade... porque dentro daquele *kayak* eu podia ir onde quisesse naquela barragem, podia escolher o rumo, se ia para a direita, se para a esquerda, se parava numa margem a contemplar, a sentir o sol e o vento, podia

descobrir e ser livre, mesmo que fosse só por umas horas até voltar à realidade covid-19, às notícias alarmantes e telejornais desconstruídos em números de novas infeções e mortes!

II

No meio de tudo isto, entre rotinas alteradas e treinos improvisados, chegou a notícia que todos temíamos, mas que já há muito tinha aceitado, no meu interior, como sendo a mais acertada para segurança de todos... o adiamento dos Jogos Olímpicos para 2021. Nesse momento a incerteza que dominou o meu subconsciente durante tanto tempo desfez-se e apoderou-se de mim a certeza de que a minha vida, e a de todos, estaria adiada um ano! Apesar de, para mim, o mais difícil enquanto atleta sempre ter sido lidar com a incerteza dos acontecimentos, não poder desenhar objetivos concretos por estar dependente de fatores que não consigo controlar, o adiamento da prova para a qual trabalhei não os quatro anos anteriores, mas sim uma vida inteira, trouxe ansiedade perante o futuro e mais perguntas e ainda menos respostas, mas pelo menos tinha uma certeza, a de que poderia aproveitar o tempo de outra forma, parar, «sentar-me» (via Zoom, a novidade que a pandemia trouxe) e conversar sobre quais iriam ser os novos objetivos e como organizar o plano de treino. Com tudo definido, senti que podia quase começar do zero nesta nova rotina e ter um caminho delineado para o ano seguinte.

A certeza de que muito provavelmente não haveria mais provas internacionais na época de 2020 deu-me uma oportunidade que, atualmente, olhando para trás, me enriqueceu como pessoa de uma forma maravilhosa. Tive a oportunidade de me aproximar da minha avó, de viver com ela e de fazer tudo o que até então a minha vida entre canoagem e medicina não me tinha permitido! E assim foi, vivi com a minha avó durante quase um mês, cozinhámos, fizemos bolos, conversámos, convivemos e, essencialmente, fizemos companhia uma à outra... O «regresso a casa», que, no fundo, era o que nos restava no meio deste isolamento social por que estávamos a passar. Se não tivesse sido esta pandemia, provavelmente nunca teria partilhado o dia a dia de uma forma tão próxima com a minha avó. E, apesar de o choque de gerações ser bem patente nas nossas rotinas diárias, a compreensão, a entajuda e o laço, de avó-neta, que nos unia tornou cada um daqueles dias mais especial.

III

Durantes estes meses de confinamento deparei-me com debates interiores que pensei nunca vir a saber o que seriam, estava numa guerra constante contra a minha mente que queria abraçar, beijar, dar carinho, conviver sem pensar num vírus que me «roubou» a liberdade. Durante toda a pandemia posso afirmar que o que mais me custou, enquanto ser humano, pessoa, foi não poder abraçar. Estava longe de saber a importância deste gesto que temos para quem gostamos com tanta naturalidade. Não deixei de o fazer a 100%, mas o pensamento incontrolável de que poderia estar a colocar-me a mim ou à outra pessoa em risco não me deixou desfrutar desse abraço durante muito tempo. Se como atleta estamos já grande parte do nosso tempo isolados, longe do que conhecemos como casa e temos de nos habituar sistematicamente a ambiente novos, a pessoas diferentes e a contextos diferentes, nada me preparou para o que seria estar sem afetos, sem toque, sem um abraço, sem poder de decisão sobre cumprimentar uma pessoa ou abraçar um familiar. Nisto fica patente o quanto o corpo, o nosso corpo, a nossa alma se tornou ainda mais a nossa casa!

Infelizmente para algumas pessoas este tempo de confinamento seria o derradeiro tempo, e houve um incontável número de pessoas que não pôde voltar a abraçar, voltar a dar afeto a quem mais gostava. Relembro com tristeza uma história de uma pessoa para quem estes meses foram demasiado tempo e nunca os conseguirá recuperar. A história de uma filha que tinha a mãe internada no hospital numa fase de fim de vida. Não havia visitas nos hospitais, a não ser em situações muito concretas em que se sabia que o doente não iria sobreviver. E assim foi, esta filha foi informada da condição da mãe pelo médico e foi-lhe autorizada uma visita para o dia seguinte para se despedir (como se este termo existisse quando se ama uma mãe) ou pelo menos ter o conforto de que esteve na presença da mãe uma última vez... Acontece que essa visita não chegou a tempo, e esta mãe partiu, sozinha num hospital rodeada de estranhos, que o seu débil estado de consciência não lhe permitia sequer reconhecer como médicos, enfermeiros ou profissionais de saúde. E esta filha foi informada ao chegar ao hospital que a sua mãe tinha falecido durante a noite, sem o seu toque, sem a sua voz. Como esta filha, há tantos pais, irmãos, netos, tios que foram privados de se «despedir» de alguém que lhes era querido. Esta história levá-la-ei para o resto da minha vida como

exemplo da importância de cada dia em que temos oportunidade de conviver com família e amigos.

IV

Não trabalhei como médica durante a pandemia por ter feito a escolha de me dedicar exclusivamente ao desporto durante algum tempo, porém, sempre que via as notícias, a falta de médicos, a exaustão daqueles que, mesmo tendo o mundo parado e cessado funções na maioria das áreas, tinham de continuar a trabalhar, ainda mais do que trabalhavam antes, dentro de fatos impermeáveis vestidos por horas a fio, com medo de serem contagiados pelo desconhecido vírus. Em 2022, depois de na teoria a pandemia ter terminado, iniciei o meu ano de internato de formação geral e estive quatro meses a trabalhar numa enfermaria dedicada a doentes infetados pelo SARS-Cov-2, e todos os dias tive de vestir esses fatos impermeáveis e eu própria ter esse papel de médica que, mesmo por trás de camadas de tecido impermeável, óculos e luvas, tinha de manter a empatia com os doentes e continuar a proporcionar-lhes momentos de humanidade quando as únicas pessoas que viam durante o dia éramos nós, profissionais de saúde, e muitas vezes passavam mais de trinta dias no hospital privados do carinho de quem lhes era mais querido. Fora daquelas quatro paredes a vida tinha voltado ao «normal», mas ali havia a bofetada de realidade do que tinha sido e do que continua (sim, ainda não acabou) a ser a doença covid-19.

Durante este período de regresso à medicina, acabei eu, também, por contrair a doença e ficar em isolamento os sete dias impostos pelas normas. E, quase dois anos depois do que tinha sido o primeiro isolamento e a estadia em casa da minha avó, voltei àquela casa, sozinha desta vez, sem a presença dela para conversar sobre qualquer assunto que ocupasse um bocadinho do dia e me tirasse daquela monotonia de estar fechada dentro de quatro paredes. Durante esta semana, e por me ter mantido assintomática durante a maioria dos dias, voltei a reinventar-me, a arranjar alternativas de treino, a treinar num ergómetro de canoagem, sem liberdade de poder escolher o rumo, sem poder sentir o vento, o frio da chuva a cair na pele ou o calor do sol a bater-me na cara. Foi a semana mais solitária da minha vida, apesar de

todas as redes sociais e meios que existem para nos mantermos conectados com o mundo, nada, rigorosamente nada, substitui a possibilidade de poder estar e passar tempo com quem queremos quando queremos.

V

Ter passado por tudo isto leva-me a pensar um pouco, e acho que a todos nós, como teria sido sem pandemia, onde estaríamos, o que seria diferente, que tipo de pessoa seria hoje se não tivesse passado por isto, teria ido aos Jogos Olímpicos? Na verdade, sei que nunca vou ter a resposta a estas perguntas, mas gosto de pensar nelas como um *reminder* de que nem sempre saberemos o que nos vai acontecer a seguir e cabe-nos dar o melhor de nós cada dia! Dois anos depois, não fui aos Jogos Olímpicos, estou a trabalhar no hospital como médica e o que eu sei é que a pandemia me moldou, me tornou uma atleta mais completa, com novas ferramentas, com novas soluções, e mais preparada para os desafios, mas também uma pessoa mais ciente da importância que um abraço tem e do conforto que nos pode dar só ter a presença das pessoas de que mais gosto ao meu lado, a beber café numa esplanada ou a jantar à minha frente. As definições de carinho, de proximidade e convivência mudaram, e nós mudámos com elas, tivemos de aprender a viver com máscaras, com menos abraços e com cumprimentos diferentes do que até então era um ato impensado de cumprimentar alguém através do toque. Sinto que nos tornámos pessoas com mais medo, mais conscientes para o que significa o termo infeção e os riscos que podem advir daí, para nós e para os que nos rodeiam. Durante muito tempo fui às compras e desinfetei as compras ao chegar a casa com medo de ser contaminada ou de contaminar a minha avó. Desinfetar as mãos sempre que tocávamos em algo ou em alguém, usar máscara até ao ar livre... tudo isto exemplos de comportamentos que, invariavelmente, me moldaram e continuarão presentes no meu subconsciente por muito tempo.

Olhando em retrospectiva para o que foram estes, sensivelmente, dois anos de pandemia, de vida repleta de normas de saúde pública, na expectativa de saber como seria o próximo comunicado do governo e de quando poderíamos voltar ao que tínhamos como vida normal... hoje posso dizer que nunca, penso que nunca iremos voltar ao «normal», ou pelo menos ao «normal» que

tínhamos como conceito na nossa mente. Vivemos um «novo normal», uma nova realidade, quase como um corpo operado que guarda as cicatrizes das cirurgias pelas quais passou, dos traumas pelos quais passou. Hoje, continuo a ser eu, a Francisca Laia atleta, médica, filha, amiga, mais capaz e mais ciente, mas num «novo normal» em todas estas dimensões, recordada, essencialmente na esfera da Medicina, que a vida mudou e que o SARS-CoV-2 nos vai continuar a recordar estas vivências. Mas como incríveis seres de hábitos que somos, habituamo-nos a viver com o vírus, a aceitar a presença dele, e penso que hoje o sentimento de «prisão» desvaneceu. No final do dia, deitando a cabeça na almofada, o importante, o lema que se impunha e se continua a impor é «façam o favor se serem felizes» e de sonhar. Antes da pandemia o sonho era voltar ao palco olímpico, e hoje, pós-pandemia, o foco é o mesmo, e sinto-me mais capaz, mais resiliente, mais equipada de ferramentas para enfrentar os obstáculos que poderão surgir ao longo do caminho.

Covid-19, desporto e sociedade: que competências ativar quando a única certeza é a incerteza?

Ana Bispo Ramires

Comité Olímpico de Portugal

Comecemos por elencar alguns factos:

- A ansiedade é uma resposta natural (e, «por defeito», no ser humano) à percepção de incerteza;
- Esta resposta por «defeito» encontra-se inibida enquanto a percepção de segurança for mantida;
- A experiência de ansiedade ou *stress* crónicos resultam mais de uma percepção generalizada de ameaça do que de uma ameaça concreta;
- A intolerância à incerteza é uma característica natural, aliviada quando a percepção de segurança aumenta;
- Somos naturalmente ávidos por segurança, por «certezas» e controlo, pelo que, quando imaginamos nada poder fazer para aumentar a percepção de segurança, a possibilidade de amplificação de fenómenos de natureza ansiogénica eleva-se, favorecendo, entre outras, a perturbação e labilidade do humor, a dispersão cognitiva (ou a incapacidade em manter sustentadamente a atenção), o isolamento e a perda de vitalidade (física e psicológica).

O arrastamento temporal da «experiência COVID» (que se encontra a ser globalmente documentada, nas mais diferentes disciplinas científicas e nos diferentes sectores das sociedades) ajuda-nos a compreender facilmente a perda de vitalidade, a sensação de «desesperança» e a tão falada «fadiga pandémica», que se foi instalando em muitos indivíduos e na sociedade em geral.

Se fizermos um corte transversal nas diferentes organizações que integram a nossa Sociedade, podemos talvez entender que a ausência de Literacia

Emocional (com forte expressão na nossa capacidade de regulação emocional e de nos mantermos «focados e firmes» em contextos de adversidade) na realidade preexistente à condição de pandemia, mas agora amplificada e notoriamente visível, transformou-se atualmente, também ela, numa espécie de «vírus» que não nos permite mobilizar as ações e a vontade (determinação) no sentido de uma resolução eficiente deste episódio que tem tanto de «crítico» como de oportuno para de uma vez por todas darmos relevância ao que, de facto, podemos controlar com um nível de eficiência maior: o nosso comportamento.

A caminho de Tóquio (que aprendizagens para a sociedade em geral?)

A pouco menos de 150 dias deste grande evento desportivo, o quotidiano de qualquer atleta permaneceu inalterável, na imprevisibilidade que o passou a caracterizar: treinar ao mais alto nível, gerir lesões, cansaço, energia – estar pronto, ou seja «fazer figas» para que, de entre tantas provas de qualificação que foram sendo canceladas, uma não o fosse para que pudesse, enfim, colocar em prática um trabalho desenvolvido em condições inimagináveis para muitos de nós – desenvolver esforço, sacrifício, tolerar a dor, a incerteza e a ansiedade que também se instalam (são humanos, é verdade) enquanto aguardam «a oportunidade» que muitas vezes teima em não surgir.

Importa entender que, tal como a restante sociedade, a carreira dos atletas acabou por ser naturalmente impactada nas mais diversas esferas: na alteração abrupta da sua rotina diária de trabalho (não, não o podem fazer em teletrabalho...), na perceção de risco de doença/vida (sua ou de familiares), na alteração disruptiva das suas dinâmicas familiares (sim, é verdade... muitos têm filhos e famílias às quais repentinamente tiveram que dar muito mais suporte), na perceção de poderem assegurar a sua sobrevivência económica (uma vez que muitos complementam o seu retorno financeiro com os prémios que alcançam nas competições que agora não existem) e no luto efetivo de familiares que não tenham sobrevivido à doença durante a pandemia ou em virtude da mesma (por padecerem de outras patologias que viram o seu apoio diminuído).

O que nos diferencia dos *top performers*?

A exposição precoce a um contexto de aprendizagem planeada, onde o esforço desenvolvido num longo processo de treino de resistência à frustração (porque os resultados não surgem de um dia para o outro...) culmina na aquisição de uma dada competência desejada («temperada» pela adrenalina libertada no momento em que percebemos que alcançamos o que desejamos), vai modulando algumas características pessoais, mas também vai possibilitando o treino de um conjunto de competências que, invariavelmente, dotam estas pessoas com as ferramentas necessárias para o sucesso (no Desporto, na Vida e/ou Empresas), como sejam, a título de exemplo:

- Maior controlo sobre as fontes de *stress* e ansiedade;
- Maior capacidade de foco e de bloqueio de distrações;
- Maior capacidade em desenvolver esforço sem perceção de retorno a curto prazo;
- Maior capacidade em definir objetivos e concretizá-los;
- E, por isto tudo, maior propensão em relacionar-se com a adversidade em «modo de desafio», que é o que muitos atletas estão a fazer neste momento.

Em resumo, vivendo o mesmo contexto que os cidadãos «comuns», tendo passado pela mesma onda de respostas emocionais que toda a sociedade passou (e passa), na realidade souberam adaptar-se com mais eficácia e eficiência, refocando-se no desejo e vontade de representar Portugal e, por isso, retornando mais rapidamente a indicadores elevados de *performance*. Como? Em boa verdade, e depois do «choque» inicial:

- Avaliaram a situação (os recursos, as possibilidades, aquilo que de facto poderiam controlar), definiram um plano e agiram (estabeleceram rotinas claras de otimização);
- Identificaram as fontes de adversidade, reforçaram competências pessoais e alicerces de grupo/tribo, pilares fundamentais de uma capacidade aumentada de adaptação e resiliência;
- Aumentaram a perceção de «competitividade» em treino, permitindo ao seu cérebro experienciar múltiplas situações onde foi/é possível ensaiar o

controlo voluntário do hemisfério direito (sob o qual se executam *performances* de excelência);

- Reforçaram as experiências de intensidade e entusiasmo resultante das pequenas conquistas no treino (=trabalho) do quotidiano, potenciando também a sua ativação em contextos de competição e elevada pressão;
- Aproveitaram a falta de estímulo competitivo (a «cereja» que muitas vezes nos dispersa) para intensificar as aprendizagens do quotidiano, reforçar o conhecimento sobre as suas emoções, a sua regulação e uma ainda maior capacidade de mobilizar a sua vontade;
- E, ainda mais exemplarmente, envolveram-se com a Comunidade, partilhando com os seus seguidores nas redes sociais as formas que encontraram para se superar!

E se, nos diferentes segmentos da Sociedade, tivéssemos sido capazes de fazer o mesmo? Como podemos, ainda, reagir? Transformar, tal como os atletas, a adversidade numa oportunidade? É mesmo «isto» que, na realidade, os diferencia de todos os outros: estabelecem objetivos, saem da sua zona de conforto e desdobram as suas ações em comportamentos com significado e direção... vivem com paixão e entusiasmo as suas escolhas. E esta é, sem dúvida, a maior inspiração e exemplo que nos oferecem e que, até à data, a Sociedade não soube ainda devidamente validar e integrar na sua própria existência.

Capítulo III

Desporto e causas sociais: o que nos mobiliza?

El deporte, ¿un lenguaje universal?

Antonio Sánchez Pato

Facultad de Deporte de la Universidad Católica de Murcia

En octubre de 2016, el presidente del Comité Olímpico Internacional (COI), Thomas Bach, en calidad de máximo responsable del movimiento olímpico, dijo en el Vaticano, delante de Su Santidad el Papa Francisco, líder religioso de la confesión más universal, el catolicismo, que el deporte es un *lenguaje universal*, capaz de unir a la gente y de eliminar distinciones. Afirmó también que el deporte es una fuente de inspiración, un lenguaje que supera las religiones o las razas y que tiene el poder de unir a la gente y que refuerza la importancia del diálogo.

Con estas palabras, Bach identificaba en el deporte un sustrato que religa – en sentido zubiriano – al deportista (tanto al practicante como al espectador) y lo vincula con lo real. Ello aproxima al deporte a la religión –la cual sería la plasmación de la religación para Zubiri 1985-, en el sentido de que deporte y fe comparten unos valores que, de forma conjunta, pueden dar vida, en palabras de Bach, dando lugar a una “gran fuerza”. Ese sustrato firme y universal es perceptible en la religión y en las culturas judeo-cristiana y greco-romana. Para Bach (2016), deporte y fe nos igualan por su comunión en los valores del respeto, la solidaridad y el reconocimiento de la dignidad de las personas: “en el deporte, como en la fe, todos somos iguales”.

La lectura que hace el movimiento olímpico del fenómeno deportivo, como pseudo religión universal, no constituye una filosofía en sí misma, desde el punto de vista del materialismo filosófico (Bueno 2014), pero radica en el “principio de la igualdad”, lo que elimina toda distinción, promueve la solidaridad y la paz, y difumina el origen racial y nacional (geográfico) de cada deportista.

Desde este punto de vista, podríamos abordar la analogía del deporte como lenguaje universal, en su sintonía con otro fenómeno universal que da sentido a la vida de muchas personas y que es considerado igualmente universal: la religión.

Nuestro objetivo de este ensayo es analizar la expresión el “deporte, lenguaje universal”, tanto desde un punto de vista lingüístico como lógico, sociológico y antropológico. En primer lugar, haremos algunas consideraciones previas de tipo terminológico, sobre el lenguaje; abordaremos después la universalidad como propiedad propia del lenguaje y del deporte; nos adentraremos entonces en el concepto de paz olímpica y su universalidad; discutiremos sobre la proposición del deporte como lenguaje universal; y, por último, analizaremos las resistencias que el propio deporte puede presentar a dicha proposición.

Deporte, lenguaje, lengua e idioma

Proponernos determinar de forma categórica la identidad o función del deporte como un lenguaje universal, requiere *prima facie* acotar los términos empleados en esta asociación o identidad, así como sus referentes.

El primer problema con que nos encontramos es definir “deporte”. Pero en este ensayo, optamos por hacer la consideración inversa, aún a riesgo de incurrir en una falacia. Veamos qué implicaciones tiene que un fenómeno pueda considerarse un “lenguaje universal” y, a posteriori, veamos qué (concepto de) deporte encaja en tal atribución. Por ello, la definición primera del doctor Rui Garcia nos puede resultar muy útil, ya que considera el deporte como un “fenómeno temporal y topográfico, es decir, se constituye en una actividad enraizada en determinado tiempo y en determinado lugar” (2005, 94).

En este sentido, ¿de qué deporte hablamos? Si partimos de que el deporte está ligado al hombre (para diferenciarlo de la mera actividad física del resto de vivientes), muy importante será el deslinde entre el *presapiens* y el *sapiens*, así como sus diferentes tipos de conducta, que habrían evolucionado hasta el control muscular y su comparación con sus semejantes. En este sentido el filósofo español Gustavo Bueno (2014) interpreta la máxima *nosce te ipsum* del oráculo de Delfos, dándole un significado más prosaico del habitual: el de una carga dialéctica, resultante de la medición de las fuerzas, de la *hybris* (orgullo o arrogancia) que hay que dominar en función de las fuerzas propias del

individuo y asociadas a otros hombres o animales: “Conoce o mide los límites de tus fuerzas, en relación con las fuerzas de los demás, y sólo entonces redefine tus planes y programas de acción” (2014, 110).

En ese escenario del “ponerse a prueba”, del buscar los límites, surgen las diferentes disciplinas deportivas. Pero cuya esencia sigue siendo una ascesis, una propedéutica que nos guía en el proceso de autoconocimiento, y donde la reglas, su respeto, y al mismo tiempo su trasgresión, señalan el camino hacia la excelencia (*areté*); siempre dentro de un programa educativo donde lo bueno y lo bello convergen en un ideal de nobleza (*kalokagathia*), esto es, una *paideia*, que permita superar las visiones dualistas del deporte (Sánchez-Pato y Martínez 2016).

Avancemos pues a comprender qué es un lenguaje, o si más bien nos referimos a una lengua o un idioma, y en qué sentido puede ser universal. Podemos partir de estas tres premisas:

- La “lengua” es un “idioma”; el “lenguaje”, la utilización de dicho “idioma”.
- La “lengua” es un sistema para expresar ideas y poder comunicarse; el “lenguaje”, es la capacidad humana para expresarlas.
- La “lengua” es el idioma con que nos comunicamos; el “lenguaje”, que es universal, es la forma que tenemos para comunicarnos sin la necesidad de conocer un idioma en particular.

Desde este punto de vista, parece apropiado hablar de “lenguaje”, cuyas características son: habilidad innata; universal, inherente a todos los seres humanos; racional y arbitrario; se materializa en la lengua y en el habla. Entonces, si el lenguaje es universal, debemos valorar si el deporte es también universal y si es un lenguaje.

Universalidad de un fenómeno

Afirmar la universalidad del deporte, desde un punto de vista sociológico, no parece complicado, y es fruto del proceso de globalización en el que el deporte mismo ha caído. Pero considerarlo universal desde una perspectiva antropológica, es más complejo, pues requiere acercarse a su ontología, a su esencia, su humanidad. El Papa Ratzinger lo hizo cuando consideró al deporte

como un “anhelo del paraíso” (Paolucci 2014), en el sentido de que nos hace revivir aquellos tiempos primeros en que el hombre (con Adán y Eva) vivía en el paraíso y aceptaba las reglas sin necesidad de que le fueran impuestas. Porque el hombre también se alimenta de reglas, y en el deporte encontramos esa necesidad de alcanzar la moral autónoma kantiana, basada en la ética del deber por el deber.

La universalidad que alcanza el deporte es primeramente cultural, en cuanto fenómeno de raíces estructurales permeable a todas las culturas y manifestado en sus distintas formas en cada una de ellas. Es, además, universal por su difusión y por el fenómeno de globalización al que contribuyó. No sólo fue esencial en el proceso de civilización (Elias y Dunning 1991), sino que lo está siendo también en el de globalización (Dunning 2009), convertido en un fenómeno transcultural de gran poder simbólico, tal y como se manifiesta en los Juegos Olímpicos (JJOO) o en los campeonatos del mundo de fútbol.

Pero esa dimensión universal del deporte, no lo convierte *per se* en un lenguaje universal. Desde el punto de vista de la filosofía del lenguaje, existen serias dudas sobre la posibilidad misma de que exista un “lenguaje universal” (Martín 2005, 16): “del mero hecho de que todo puede decirse en el lenguaje natural no se sigue que este sea necesariamente semánticamente cerrado (es decir, universal)”, en todo caso, estarían dispuestos a aceptar un lenguaje “débilmente universal”. Una posición similar es la mantenida por Hintikka (citado por Esquisabel y Legris 2010, 169), “al distinguir dos visiones del lenguaje en la filosofía del siglo xx; una concepción universalista del lenguaje y una concepción del lenguaje como cálculo”. En ambos casos, desde el punto de vista de la filosofía de la lógica, la condición de “inefabilidad” que debemos atribuir a un lenguaje universal es bastante compleja. Hintikka, se conforma con decir que el lenguaje es inagotable, lo que difiere conceptualmente de ser inefable. Pero cuando hablamos del deporte, o de otros fenómenos como lenguajes universales, no nos estamos refiriendo a sus propiedades semánticas, sino a otra cosa.

En algunas tradiciones religiosas subsiste la creencia de un lenguaje universal existente en tiempos prehistóricos. Desde la creencia de que la Torre de Babel y la confusión de lenguas provienen del idioma original que hablaban Adán y Eva en el Jardín del Edén, a la tradición brahmánica india, o la judeo-cristiana, que consideran que la dispersión o diferenciación de lenguas fue un castigo divino. Para los griegos, sin embargo, el dios Hermes creó las diferentes lenguas como un regalo para los mortales.

Fueron los filósofos y matemáticos Leibniz y Descartes quienes primero intentaron un lenguaje universal en la ciencia. Pero este ha ido evolucionando de tal manera que es todo menos universal, al menos desde el punto de vista de que el lenguaje matemático del cálculo moderno o de la geometría analítica, constituyen un auténtico arcano para la mayoría de nosotros (nos parecen ininteligibles).

Como buena parte de las teorías o ideas contractualistas y iusnaturalistas, los defensores de la idea de la existencia de un “estado de naturaleza” (Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau), consideran que hubo un tiempo anterior ideal, antes de la instauración del estado civil, y que fue degenerando y se fue corrompiendo hasta llegar a nuestro tiempo. En este punto, podríamos preguntarnos si acaso el deporte ha venido a sobrevivir como único lenguaje universal que conserva en su esencia esa comunión perdida, y que todos, de alguna forma, lo anhelamos o deseamos.

Si bien es cierto que la condición natural del hombre ha sido establecida en términos antitéticos o contrarios, tales como que el “hombre es un lobo para el hombre” (Hobbes) o que el “hombre es bueno por naturaleza” (Rousseau). Lo que ha dado lugar a distintos programas educativos y políticos que están en la raíz de las principales teorías pedagógicas desde la Grecia Clásica hasta la actualidad.

En nuestra opinión, la consideración del deporte como lenguaje universal tiene una raíz mucho más práctica. Se trata de considerar el lenguaje del deporte como universalmente comprendido, compartido y aceptado. Es lo “esencial” del hombre, lo que subyace en el deporte. Son las ideas de superación, de ganar y o perder, de unidad y alteridad, del nosotros y el vosotros, que se manifiestan de forma clara y diáfana en el espectáculo deportivo. No es universal por haber alcanzado una dimensión planetaria, deudora de la globalización que posibilita que lo compartamos y entendamos todos, sino que, precisamente porque es accesible y comprensible a todos, por ello, ha alcanzado la universalidad, siendo el único lenguaje que lo ha conseguido en tal medida.

La pregunta que debemos hacernos es cómo y por qué ha conseguido alcanzar el deporte esta posición. Y la respuesta es simple: por su sencillez. Porque a veces, el deporte no se puede expresar con palabras, porque cuando preguntas a un niño por qué juega, la respuesta es siempre la misma: porque sí. Es un fin en sí mismo, no un medio para alcanzar otra cosa, lo cual nos pone en sobre aviso de los riesgos del deporte mismo, tal y como está hoy en

día configurado (dopaje, amaño de partidos, violencia, abusos, idolatría, etc.), con las contradicciones y desafíos que en sí mismo tiene y que se configuran como auténticos temas de estudio de la filosofía del deporte: cuerpo-mente; tiempo-espacio; el ser-la nada; valores-contravalores; mito-realidad. (Sánchez-Pato 2006, 120).

No obstante, no aceptamos las consideraciones alarmistas sobre lo nocivo del deporte de competición y su falta de valores; al revés, es la escuela más real de valores, de los valores imperantes de la sociedad, donde la competitividad, siempre sujeta a las reglas socialmente admitidas, es reflejo de la sociedad misma; y en el deporte podemos aprender a competir, a ganar y a perder, para poder aplicar sus enseñanzas (nuestros aprendizajes) al resto de actividades de la vida (Ortega y Gasset 1966). Porque el deporte es también escuela, es herramienta didáctica para aprender a resolver conflictos en y desde el deporte mismo (Sánchez-Pato y Bada 2011).

Incluso, hoy en día, nuevos deportes como los e-sport o deportes electrónicos, representan una oportunidad abierta a la universalidad del deporte mismo a través de la humanización que representan, al hacer accesible a muchas personas experiencias que, sin estas nuevas tecnologías, tales como la realidad virtual o la realidad aumentada, solo estarían al alcance de los deportistas de alto rendimiento (Sánchez-Pato y Remillard 2017).

Paz olímpica y valores olímpicos

La idea de considerar los JJOO como un paradigma de la paz es tan antigua como los mismos juegos. La *ekecheiria* (ἐκεχειρία), o paz olímpica, ya suponía una tregua sagrada. Pero debemos tener cuidado cuando hacemos consideraciones religiosas sobre los JJOO. No olvidemos que precisamente el cristianismo vino a suponer el principio del fin de los Juegos Olímpicos clásicos, tras el edicto de Teodosio I, en el año 352 de nuestra era (Arrechea, Sánchez-Pato y Molina 2019), por motivos religiosos que chocaban directamente con ubos ritos paganos que, por otra parte, están en la génesis del olimpismo (los Juegos en honor a Zeus).

Sin embargo, la tregua sagrada que posibilitaba los desplazamientos de los deportistas a Elis (para el entrenamiento) y a Olimpia (para la competición), se ha mantenido como elemento esencial del olimpismo, de tal forma que el

propio Bach considera, siguiendo los dogmas del olimpismo moderno, que los JJOO son la culminación de la paz, por congregarse a los mejores deportistas de más de doscientos países, los cuales conviven ejemplarmente en paz en la villa olímpica. Incluso, los refugiados por distintas guerras pueden competir bajo la bandera olímpica, dando al Comité Olímpico Internacional (COI) y a los JJOO la consideración de país y lugar de acogida de apátridas. Se trata pues de valores, de los valores que hoy defiende el Movimiento Olímpico: la *excelencia*, la *amistad* y el *respeto*; y que son trasunto de los valores que ya atesoraban los Juegos Olímpicos de la Grecia Clásica, y que Pierre de Coubertin ayudó a recuperar (Jorquera, Molina y Sánchez-Pato 2015).

Ya hemos tenido ocasión recientemente de hablar del “deporte como herramienta de paz” (Sánchez-Pato y Leiva 2021), muy en la línea de hablar del deporte como lenguaje universal, y donde propusimos la idea del deporte a lo largo de la historia como una historia de deportividad. Donde el deporte ha venido a “salvar” al hombre de caer en la barbarie, sublimando, reglamentando, descubriendo, pacificando, entreteniendo, siempre en una línea pacificadora que se ha servido de su lenguaje, universalmente accesible y comprensible, para seguir siendo, como la filosofía, una actividad lujosa, excedentaria, pero al mismo tiempo vital. Y que, como la religión, da sentido a la vida de muchas personas, auténtico sentido, y eso es lo que los hace universales.

El deporte como lenguaje universal

Pero no fue Thomas Bach el primero en referirse al deporte como “lenguaje universal”; ni tampoco fue la primera vez que se consideraba una actividad humana como un lenguaje universal.

Unos años antes, Jaume Miralles (2005) escribió un breve ensayo que llevaba por título “El deporte, lenguaje universal”, y el movimiento deportivo, su idioma. Idea que desarrolló posteriormente justificando que “el deporte, como lenguaje psicomotor, es universal, porque resulta fácil de aprender” (Miralles, 2007, 84). La base de esta visión del deporte como lenguaje la fundamenta en que “si hablar es comunicarse con alguien intencionadamente de manera articulada (Miguel Báez), el movimiento deportivo hace lo mismo” (2007, 85). Miralles parte de que, si el deporte es utilizado como lenguaje psicomotor universal, lo que conlleva la existencia de normas, reglamentos, federaciones,

comités olímpicos etc., “el movimiento deportivo, un tipo de lengua no verbal, se convierte en el idioma del deportista” (2007, 83).

También encontramos en el mundo del arte, en la pintura, la fotografía, la literatura, etc., la consideración de que todos ellos son lenguajes universales, precisamente porque son inteligibles, comprensibles y sus mensajes descifrables por todos. Por ejemplo, en 1931, August Sander pronunció en Colonia una conferencia radiofónica sobre la fotografía, con la que quiso “inmortalizar la historia universal e influenciar a toda la humanidad”, aprovechando sus posibilidades expresivas como lenguaje universal (Sander, 2021, 53). Decía que “una foto del universo, ya se trate del sol, de la luna o de una constelación, podría comprenderla hasta el bosquimano más lejano” (2021, 53-54). O Montes (2006), que nos propone un análisis del lenguaje universal de los perfumes dentro del contexto general de la globalización y la publicidad, y cuyos riesgos plasma en estas líneas:

“La publicidad en general se dirige a un receptor que está sumergido en la cultura global, con todos sus enriquecimientos como son el avance tecnológico y el bienestar económico, así como sus carencias en cuanto a la extrema individualización y la confusión de valores, que supone vivir en un mundo globalizado a los albores del siglo XXI. Consciente de los anhelos más profundos, la publicidad utiliza y refuerza mitos existentes, incluso crea nuevos mitos para sus fines comerciales” (Montes 2006, 226).

Las consideraciones y definiciones del deporte a lo largo de los tiempos han sido tan variadas como compleja es la realidad cambiante a que hace referencia. No es fácil definir este concepto, ni acotar el fenómeno al que se refiere. Más complejo aún parece definirlo en la expresión “el deporte es un lenguaje universal”.

Porque son muchas las definiciones de deporte que se han ensayado a lo largo del tiempo. Desde distintas ciencias se han acercado a este complejo fenómeno para intentar comprenderlo. Entre ellas, algunas se han centrado en su dimensión social, entendiéndolo como un hecho social total, dada su trascendencia en el plano sociológico y que afecta a la convivencia de las personas.

Lo que parece claro es que se trata de un fenómeno de alcance universal, un fenómeno universal. Pero considerarlo un lenguaje universal le brinda otra

dimensión de mayor alcance. El deporte tiene su propio lenguaje, constituye un (sub)sistema de comunicación, con sus signos, símbolos, mensaje y código.

En este sentido, para Miralles, de forma pueril, la universalidad del lenguaje –psicomotor– del deporte, radica en su simplicidad, lo que lo hace así mismo fácil de aprender, lo que lo lleva a considerar una semiótica universal del movimiento deportivo: “es la fuerza mediática más potente, que une y separa a las personas de una forma increíblemente rápida” (Miralles 2007, 84). Busca así mismo una equivalencia de los conceptos de Coseriu (1973) entre lengua y deporte, norma y reglamento, habla y movimiento, considerando que el movimiento deportivo comunica “a través de un gesto un sentimiento común por medio del deportista que lo ejecuta” (Miralles 2007, 85).

Sin embargo, no es la estructura misma del lenguaje, trasunto de la esencia estructural del deporte lo que aquí nos interesa, sino la realidad a que remite, aquello que designa. Miralles lo expresa así:

“En él se ven representados quienes contemplan la evolución del movimiento con un objetivo trascendental: ser mejor que otro, ganar, vencer, tener supremacía sobre alguien que a su vez lucha también para conseguir ese mismo objetivo. La estructura del movimiento deportivo y su filosofía permanecen deliberadamente encerradas en el juego deportivo” (Miralles 2007, 85).

Y la función elemental de cualquier lenguaje es la comunicación. En el caso del deporte, es algo más que la mera transmisión de ideas o conceptos; es, en esencia, un *modus vivendi*, pero también un *modus essendi et cognoscendi*. Una forma de ser, vivir y conocer. Vivir de acuerdo con unos valores a veces inmutables, a veces cambiantes al socaire de los tiempos, pero siempre a través de una experiencia (deportiva) que nos ayuda a conocer nuestros límites y, por tanto, a conocernos. Para Miralles, no muy lejos de lo que venimos diciendo, son la comunicativa, la de elaboración del pensamiento “deportístico”, la educativa y la estética (2007, 88).

Vulgarmente, considerar el deporte como un lenguaje universal, refiere al hecho de que su mensaje llega a todos y a todas partes. Que cualquiera puede entender el deporte por tratarse de un fenómeno globalizador. Las reglas mismas del deporte, y su espíritu moderno, implican su internacionalización. Tanto como condición necesaria para progresar y extenderse, como por el hecho mismo del éxito de su expansión a todas las culturas. Es, sin duda, un

fenómeno universal, cuyo lenguaje es comprendido por todos, porque toca algunos de los elementos más sustanciales del ser humano. Ahí es donde radica su valor antropológico, el dar sentido a la vida de muchas personas, ahondando en algunos de los valores universales del deporte, que no son otros que los valores humanos.

Resistencias a la utopía

Dicho lo dicho hasta aquí, sólo nos cabe advertir de los riesgos que el propio deporte tiene: no sólo dejar de ser un lenguaje universal, sino convertirse en un elemento desestabilizador de nuestra sociedad. El riesgo viene desde distintos frentes y atañe tanto al deporte espectáculo como al de alto rendimiento, al amateur, al de recreación o la simple práctica por motivos de salud. Ya hablamos en su momento de los riesgos que supone una construcción ahistórica del deporte (Sánchez-Pato y Leiva 2021, 56-58), que olvide de dónde surgen, cómo evolucionan y hacia dónde van las más variadas prácticas deportivas, cayendo en visiones consumistas o excesivamente competitivas, y que pondrían en riesgo su vocación universal.

El deporte es un lenguaje universal porque permite conocernos y comprendernos unos a otros. Globalmente, hablamos el lenguaje del deporte. El deporte es una utopía, la que expresa un lugar de reunión y comunión de todos, actores y espectadores, bajo un mismo sentimiento de pertenencia propiciado por el espectáculo deportivo. Pero toda utopía tiene dos riesgos fundamentales: no llegar a concretizarse o realizarse nunca (acepción segunda de la voz utopía, según diccionario de la Real Academia de la Lengua Española -RAE 2022), o hacerlo de forma inapropiada (convertirse en una distopía). Analicemos sendos riesgos:

- a) Utopía irrealizable: como decía el profesor García (2005), el deporte es un fenómeno topográfico, incardinado en determinado tiempo y lugar. Pues el tiempo es hoy, y el lugar es aquí. A nosotros nos cabe la responsabilidad de construir el deporte del hoy para el mañana, un deporte ubicado en la realidad social de la responsabilidad, la igualdad y la justicia. Si el deporte no aterriza -se concretiza- en ese lugar ideal, y sólo sirve a los

intereses políticos y económicos, perderá su lugar, no sólo en el mundo, sino en el corazón y la pasión de las personas.

- b) Distopía: modelo deportivo bajo el poder totalitario del dinero, los intereses económicos y políticos espurios, opuestos a la verdadera utopía, la que representa los auténticos valores humanos que debemos aspirar a alcanzar y que se deben concretizar en actividades humanas tan universales como el deporte.

Esa es la aspiración expresada en la torre de babel, en la existencia de un lenguaje único, común, una suerte de “esperanto”, que acabase con las suspiraciones y desconfianzas que generan el no entender al otro. Pero la comunión, la unidad de sentido, la concordia, sólo es posible cuando la vivencia es plena, no espuria.

El deporte es una ocupación felicitaría, como nos recordaba Ortega y Gasset (1966), un “lujo vital”, una actividad excedentaria, acaso la más original, como la filosofía, pero la más necesaria por sus enseñanzas. Porque la filosofía y el deporte son formas de conocimiento (Sánchez-Pato 2012; 2014):

“A través de la práctica de los deportes, el hombre se reconoce como tal, se conoce a sí mismo, se pone en juego mediante el juego. Un peculiar juego de existencia, de tentativas, de ensayos y errores que conforman un método, con sus propias reglas (las de los deportes), sus hipótesis (cómo ganar, cómo superar metas, etc.) y sus conclusiones (el resultado: la victoria o la derrota)” (Sánchez-Pato 2012, 361).

Porque donde acaba el lenguaje, surge otra forma de comunicación, que escapa a la aprehensión racional humana: es la del atleta que se expresa con gestos, con la maestría y simplicidad de sus movimientos; algo mágico, utópico, mítico, que remite a una realidad superior, como principio y final, como la corona que no se marchita de la que hablaba San Pablo.

Por ello, el deporte debe “mantenerse como un faro que ilumine los anhelos humanos de superación y trascendencia, eliminando el relativismo cultural-deportivo que hace invisible a los deportes minoritarios y propicia reduccionismos en torno a él” (Sánchez-Pato y Teruel 2020, 144).

Para evitar estos reduccionismos, defendemos un concepto de belleza en el deporte ligado a la dignidad humana. Una educación estética donde la

belleza ligada al deporte no está exenta del sufrimiento, limitaciones físicas o psíquicas: capaces de ver más allá de las formas, en orden a respetar y salvaguardar la dignidad de la persona humana. Por ello, animamos a profesores y entrenadores a transmitir un concepto de belleza a través del deporte, donde tienen cabida el dolor, el sufrimiento, las limitaciones e imperfecciones, sin dejar por ello de ser bello (Sánchez-Pato y Torre 2016).

Conclusiones

El deporte es un lenguaje universal; es “el lenguaje universal”, como el arte, la cultura y otras manifestaciones humanas donde el hombre se muestra más descarnado, más original y con menos artificio. Se ha convertido en el canal de expresión de aquellos sentimientos originales, los más primitivos, como expresión del espíritu lúdico.

El mismo título de este coloquio ya responde a la pregunta: “*Deporte, Ética y Transcendencia*”. El deporte habla el lenguaje de las reglas, como una expresión de la ética que remite a la trascendencia. Porque el hombre necesita completarse humana y espiritualmente (Diem 1966).

Recientemente, el COI (2022-03-11) hizo público un manifiesto (*Letter from IOC President to Olympic Movement*) en contra de la invasión de Ucrania con el siguiente lema: *Give peace a chance*, donde dice explícitamente que el principio que guía al COI es la paz, ya que así les confió esa misión Pierre de Coubertin cuando restauró los Juegos Olímpicos y fundó el COI en 1894, afirmando que: “Si la institución de los Juegos Olímpicos prospera, podrá convertirse en un importante factor para garantizar la paz universal”. Por ello, ante este desafío, su Presidente, Thomas Bach nos dice esto:

El deporte, y en particular los Juegos Olímpicos, pueden ser un gran símbolo de paz y entendimiento. Pueden mostrarnos lo pacífico que podría ser el mundo si todos siguiésemos las mismas normas y nos respetásemos mutuamente. [...] las decisiones de guerra o paz son competencia exclusiva de la política. Para poder ser, al menos, un gran símbolo, un ejemplo inspirador —acaso utópico— de un mundo pacífico, para ser un polo que se oponga a la guerra de manera creíble, los deportes olímpicos necesitan la participación de todos los atletas que aceptan las reglas y, sobre todo, de aquellos cuyos países están

enfrentados o en guerra en el «mundo real». [...] Esta es nuestra labor: ofrecer un ejemplo opuesto a la guerra y la división. No podemos aceptar, perpetuar y ahondar las divisiones entre pueblos. En el Movimiento Olímpico, debemos mantenernos unidos y mostrar una solidaridad compartida a fin de lograr nuestra misión cohesionadora sean cuales sean las circunstancias.

Bibliografía

- Arrechea, Fernando, Antonio Sánchez-Pato y Juan M. Molina. 2016. «El Olimpismo entre los JJOO de la Antigüedad y la Restauración coubertinia», *Materiales para la historia del deporte* 18: 105-114.
- Bueno, Gustavo. 2014. *Ensayo de una definición filosófica de la Idea de Deporte*. Oviedo: Pentalfa.
- Coseriu, Eugenio. 1973. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Madrid: Gredos.
- Diem, Carl. 1965. *Historia de los deportes*. Barcelona: Luis de Caralt.
- Dunning, Eric. 2009. «Reflexiones sociológicas figurativas y de proceso sobre el deporte y la globalización: algunas observaciones conceptuales y teóricas, con especial referencia al fútbol», *Apunts. Educación física y deportes* 97: 8-17.
- Elnadi, Bahgat y Adel Rifaat. 1993. *Editorial*, El correo de la UNESCO, Enciclopedia Catalana, S.A., Barcelona, n.º 174: 8.
- Esquisabel. Oscar M. y Javier Legris. 2010. «Lenguaje universal e inefabilidad de la semántica». *Revista Brasileira de Filosofia*, 59, n.º 234: 167-182.
- García, R. 2005. Para una fundamentación antropológica del deporte y de la educación física. *Cultura, ciencia y deporte* 2, n.º 1: 94-101.
- Jorquera, José L., Juan Manuel Molina y Antonio Sánchez-Pato. 2015. «Antecedentes de los valores olímpicos en la Grecia Clásica y su proyección en el olimpismo moderno». *Materiales para la historia del deporte* Supl. n.º 2: 297-309.
- Bach, Thomas. 2016. «Bach en Vaticano: deportes en un "lenguaje universal" que elimina distinciones». La Vanguardia.com, 5 de octubre de 2016, acceso el 30 de mayo de 2022, <https://www.lavanguardia.com/vida/20161005/41801543387/bach-en-vaticano-deporte-es-un-lenguaje-universal-que-elimina-distinciones.html>
- Martín, José. 2005. «El concepto del lenguaje universal». *Quaderns de filosofia i ciència* 35: 7-18.
- Miralles, Jaume A. 2007. *El movimiento deportivo. Teoría general*. Madrid: Ergon.
- Montes, Antonia. 2006. «Globalización y Publicidad: El lenguaje universal de los perfumes». *HISPANOGALIA: Revista hispanofrancesa de Pensamiento, Literatura y Arte* 2: 217-226.
- Ortega y Gasset, José. 1966. «El origen deportivo del Estado». En *Obras Completas* vol. II, 607-624. Madrid: Revista de occidente.
- Paolucci, Corrado. 2014. «El fútbol es un regreso al Paraíso. Palabra de Joseph Ratzinger». *Aletaia*. Acceso el 20 de mayo de 2022. <https://es.aletaia.org/2014/06/20/el-futbol-es-un-regreso-al-paraiso-palabra-de-joseph-raztinger/>

- Sánchez-Pato, Antonio y Pedro J. Teruel. 2020. «Los cuatro puntos cardinales de la conexión entre gimnasia y filosofía». En *Filosofia, Pessoa e Esporte*, editado por Alberto Reinaldo Reppold, Alberto de Oliveira, y Rui Garcia, 107-144. Brasil: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Sánchez-Pato, Antonio. 2006. «Filosofía y deporte». En *O desporto entre lugares. O lugar das ciências humanas para a compreensão do desporto*, editado por Ana L. Pereira, Antonio Costa y Rui Garcia, 101-124. Porto: Faculdade de Desporto.
- Sánchez-Pato, A. 2012. «El filósofo del deporte: (ensayo)». *Ágora para la educación física y el deporte* 14, n.º 3: 359-369.
- Sánchez-Pato, Antonio. 2014. «Filosofía y gimnasia: Tareas del filósofo del deporte». *Revista de occidente* 392: 45-62.
- Sánchez-Pato, Antonio y Juan Bada. 2011. «Aprendiendo a resolver conflictos en (desde) el deporte». En *La solución extrajudicial de conflictos (ADR): estudios para la formación en técnicas negociadoras*, coordinado por Francisco de la Torre, Pilar Conde, María Méndez, y Patricia Blanco, 211-234. Pamplona: Aranzadi Thomson Reuters.
- Sánchez-Pato, Antonio y Alejandro Leiva. 2021. «El deporte como herramienta de paz». En *Desporto e diversidade religiosa*, editado por José M. Constantino y Rui Garcia, 45-62. Lisboa: Visão e Contextos.
- Sánchez-Pato, A. y Martínez, SM. 2016. «La paideia como la superación de dualismos en el deporte». *Rivista Italiana di Pedagogia dello Sport* 1: 4-12.
- Sánchez-Pato, Antonio y Joshua, D. Remillard. 2016. «eSport: towards a Hermeneutic of Virtual Sport». *Cultura, ciencia y deporte* 38, n.º 13: 137-145.
- Sánchez-Pato, Antonio y Francisco de la Torre. 2016. «Reflexiones para una educación ético-estética de la belleza como contribución a la dignificación de la persona en el deporte». *Recerca: revista de pensament i analisi* 18: 89-106.
- Sander, August. 2021. «La fotografía como lenguaje universal». *Minerva. Revista del círculo de bellas artes* 36: 53-54.
- Zubiri, Xavier. 1985. *El hombre y Dios*. Madrid: Alianza Editorial.

Desporto, política e comunicação

Vítor Serpa
Jornal *A Bola*

As sociedades modernas cresceram na convicção cultural de que o Desporto não pode nem deve ser confundido com a política. Os mais drásticos poderão mesmo afirmar que o Desporto é algo de adjacente à vida comum dos cidadãos, o que na essência do conceito admite o Desporto como um género de convidado da família. Podemos recebê-lo em nossas casas, podemos conviver com ele, estimá-lo, se necessário for, até podemos elogiá-lo e honrá-lo. Podemos até ganhar-lhe alguma amizade, mas não nos devemos atrever a reconhecê-lo como fazendo parte do círculo íntimo da nossa família social, muito menos considerá-lo como um dos nossos. O Desporto é sempre alguém que chega de fora e partirá para o seu devido lugar, logo que termine o tempo contado da partilha comum de interesses.

I

Há, em tudo isto, uma contradição insanável, porque a questão é artificial e nasce de um erro primário de análise. E tudo o que parte de uma premissa errada nunca chegará a um resultado certo.

O primeiro e logo decisivo erro é o de pensarmos o Desporto a partir da imagem desfocada do futebol profissional, fixando os seus excessos emocionais, os seus vícios éticos e comportamentais, as contradições da sua natureza de representação guerreira, numa arte cénica que, não raras vezes, se torna demasiado real.

O segundo equívoco assenta num preconceito social que coloca o Desporto nas margens do rio do pensamento. É entendido, apenas, como uma «atividade física», mesmo que ordenada em regras específicas, que continua

a assombrar os homens numa visão restrita e obviamente incompleta do seu corpo.

A terceira inadvertência é suscitada pelo excesso de exposição mediática a que o Desporto de elite está sujeito e que, em boa verdade, acaba por transformá-lo, sem dó nem piedade, numa vítima de um sistema perigoso, que assenta no primado das audiências da chamada comunicação formal e numa fonte inesgotável de discussão, muitas vezes, de instintos primários, que enxameia as redes sociais.

Ora, quando o Professor Manuel Sérgio, naquelas suas amenas conversas pela estrada da vida, me confia uma certa inquietação pelo silenciamento corporativo a que a sua inovadora tese é sujeita em tantos lugares académicos, confesso que o facto, aliás, verificável, não me surpreende, nem me confunde. É que o pensamento de Manuel Sérgio sobre o Desporto e a Motricidade Humana exige, na sua inteira compreensão, uma rutura dos velhos conceitos com os quais se batem, quase ancestralmente, os homens da «educação física» e os homens da «degustação do espírito».

O novo, sobretudo quando implica uma rutura nos saberes dados por adquiridos, sempre provocou medo e perplexidade às elites intelectuais. E, no entanto, os grandes avanços da História da humanidade não se fazem numa linha contínua, mas no desassossego do espírito, na irresistível tentação da curiosidade de saber mais e melhor, na convicção de que ao nível do pensamento humano nada deve ser tomado como definitivo. Nem o Homem, nem o Mundo em que ele habita.

O conceito de educação física não será, hoje, mais do que uma velha herança da medicina do século XVIII, à qual a corrente geracional dos séculos seguintes foi dando um uso diverso e disperso. Mantém, não raras vezes, uma ligação restrita ao conceito de saúde pública que terá tido, em Portugal, a primeira sustentação devidamente documentada pelo insigne médico Francisco de Mello Franco, que no ano de 1790 publicou uma revolucionária obra que teve por título *Tratado da educação física dos meninos, para uso da nação portuguesa*, surgido a público em livro editado pela Academia Real das Ciências.

«O exercício é tão necessário para a saúde, geralmente falando, como é preciso o comer para se conservar a vida», dizia, nos finais do século XVIII, Mello Franco, que manifestava preocupação com a debilidade dos homens e das mulheres portuguesas da época, encontrando causas nos maus hábitos alimentares, na bebida desregrada do álcool e na ausência de um exercício

físico revigorante. Visionário, desafiava o risco definitivo da implacável censura da época, sublinhando o atraso de Portugal na Europa e considerando que a solução estava na criação de condições para a «robustez» do seu povo. Por isso dizia: «sem vassalos robustos, o Estado necessariamente virá a ficar paralítico, sem forças, sem energia e tendendo cada dia para a sua inteira ruína. Sem gente robusta, nem agricultura, nem as artes, nem as ciências poderão dar passo».

Resgatar a ideia de desporto e o restrito conceito da educação física para a área das ciências humanas foi a novidade filosófica criada por Manuel Sérgio, que teve a elogiável coragem de enfrentar séculos de pensamento instalado e acomodado, que nos aconselhava a não contestar o legado epistemológico da relação exclusiva do exercício físico com o corpo. Daí o silêncio negacionista que tanto lhe dói nessa resposta passiva à sua diferença de dizer e de agir.

Por isso, eu não apenas felicito, mas faço questão de assinalar o saudável atrevimento com que a Faculdade de Teologia da Universidade Católica aceita promover a celebração do novo e se dispõe à incomodidade de pensar diferente, de abrir espaço à discussão científica e à séria investigação de um pensamento disruptivo, através da criação da Cátedra «Manuel Sérgio – Desporto, Ética e Transcendência».

Não é possível pensar o Desporto sem pensar o Homem. E não é, pois, possível estudar o Desporto, aquém ou além da natureza e da condição humana e da sua evolutiva relação social. Daí que não possa haver um Desporto desprovido de causas, de princípios, de ética, de valores. E se é verdade que não faltarão exemplos de ausência de ética, de valores e de causas na atividade desportiva, tais exemplos apenas confirmam a imperfeição da natureza humana e não a imperfeição da atividade em que essa natureza se reflete.

Acompanho o pensamento de Manuel Sérgio e por isso também eu digo que o Desporto tem um lugar garantido na História como fazendo parte das ciências humanas. Não haverá outra forma de o entendermos. E, por isso, no Desporto, como nas Artes, se repetem os anseios de transcendência humana. Mais do que superar o outro, o Homem identifica-se por querer transcender-se a si próprio. Não apenas no Desporto, mas na sua vida inteira.

II

Muito se tem ouvido, recentemente, desde que o Mundo foi sujeito ao trágico flagelo de uma guerra devastadora, a repetição de um velho teorema já muito popularizado e que nos diz que o «Desporto é o mais importante das coisas menos importantes». Parece uma evidência consensual, mas permito-me discordar. No Homem, todas as coisas são importantes, porque o Homem é o todo. Nas causas e nas consequências. O Desporto não isenta o Homem dessa regra.

Daí que nestes tempos de preocupante insegurança coletiva e de agressão desumanizada e até cruel, o Desporto tenha surgido, com surpresa para alguns, mas com serena naturalidade, como um aliado de causas. Não apenas pela sua integração nas instrumentais políticas sancionatórias contra o agressor, mas pela sua insubstituível capacidade de disseminar uma mensagem clara, de valor universal.

Na luta contra o racismo, na batalha pela igualdade do género, na defesa dos direitos humanos, na árdua batalha pela Paz, o Desporto assume, cada vez de forma mais presente, a escolha de causas e de valores.

Perante a calamidade da guerra, será talvez mais fácil, agora, entendermos que o Desporto nunca poderá ser um problema, muito menos um drama nas nossas vidas. Não deverá ser sofrimento, mas prazer. É essa a sua génese e por isso o seu maior desafio nas sociedades modernas, onde o Desporto tem de lutar por se afirmar pelo exemplo, pelo sentimento de solidariedade, pela tolerância na diferença.

Pode parecer ingenuidade ou até uma ingloria pretensão, esta ideia de se santificar o Desporto devolvendo-o à pureza dos conceitos. Porém, não é verdadeiramente disso que se trata. A questão fundamental é a de que o Homem tem, demasiadas vezes, subvertido o Desporto pelo seu egoísmo e pelo seu individualismo. Usa-o, para proveito próprio, para o seu convencimento, para a sua realização pessoal. Usa-o e como facilmente se poderá constatar, abusa-o. Na louca corrida em que se transformou cada vida, o Desporto, visto com a paixão do adepto de clube, não com a convicção do praticante, tornou-se apenas mais uma pista de um circuito de corrida onde, custe o que custar, a nós e aos outros, queremos chegar primeiro. Hipotecar os valores mais sólidos da vida humana pela vã glória de ser um vencedor transitório é profundamente redutor para a verdadeira dimensão do Desporto.

Ora em momentos como estes, de grave convulsão mundial, com uma guerra que bate à nossa porta, nos atormenta, nos assusta, nos perturba e nos devolve alguma lógica no raciocínio, ganha-se mais facilmente a consciência de que o Desporto não pode ser desinteressado nas escolhas, alheio à realidade do mundo e neutral perante a barbárie.

Perguntam-me: será, então, legítimo, que haja um Desporto de Causas? Na verdade, não vejo como seria possível um Desporto sem causas, tal como não entenderia a vida de um Homem sem causas em que acredite e pelas quais lute, pelas quais viva.

III

No calor da luta pelos pontos de um campeonato muito disputado, não é fácil atendermos a uma perspectiva assim tão racional, mas num cenário de guerra brutal como aquele a que diariamente tão dramaticamente assistimos através das imagens e dos testemunhos que correm o mundo, torna-se mais fácil o reconhecimento da importância que um Desporto com valores tem na educação dos povos e, assim, na prevenção de tentações imperais e no consentimento, mesmo que moral, de quaisquer propósitos de subjugação.

Admito que, por vezes, se sinta como que uma desesperança no futuro. O Desporto agressivo, brutal e emocionalmente manipulado que nos entra em casa, a todas as horas, pelos ecrãs de televisão, parece tornar-se irresistível, tal forma se torna viral. «E isso será mesmo desporto?» – perguntava, ainda recentemente, o professor Manuel Sérgio, numa sessão de homenagem que lhe foi dedicada no auditório do Centro de Medicina Desportiva da Cidade Universitária. Tal como a sua tese, também esta tão simples pergunta causa medo e espanto, porque a resposta, tanto intuitiva como racional, será NÃO.

O erro poderá estar em continuarmos a pensar com a mesma inoperacionalidade dos conceitos antigos, repetindo a trajetória imobilista dos velhos militantes da educação física. O centro do problema não está no futebol, no basquetebol da NBA, no circo da fórmula 1, na quase desumanidade da subida dos ciclistas ao Tourmalet. O centro está no Homem e na sua civilização. É preciso, ainda e sempre, hoje, como no passado, como no futuro, entender o Homem, sendo certo que o Homem, não raras vezes, evolui no sentido em que nem ele próprio se reconhece.

Permitam-me a imodéstia de pensar que a minha posição é privilegiada no sentido em que os meus humildes e parcos conhecimentos se situam numa área em trânsito para um futuro desconhecido e por isso também assustador – a comunicação.

Desde o momento em que a informação dos meios formais de comunicação se tornou grátis e as redes sociais fizeram de cada recetor de informação um potencial transmissor, o negócio ameaçou uma inapelável ruína e isso levou ao pânico e ao caos editorial a que se assiste. Falamos, com natural preocupação, dos sinais dados por um desporto que por vezes se manifesta sem ética e sem valores. Mas como entender a ausência de valores e de ética nos órgãos formais de comunicação, aqueles que serão ou deveriam ser consensualmente pilares essenciais da democracia? Como aceitar a manipulação da verdade objetiva, em nome de uma política de comercialização editorial de sobrevivência?

IV

Regressemos ao essencial. A resposta estará sempre no Homem. No desenvolvimento do conhecimento como fator essencial da sua capacidade de defesa perante a agressão desta nova «era do vazio» de que nos fala Lipovetsky. Não há retórica que consiga parar os ventos da História. Não há saudosismos que nos possam valer. Lembremos que a História tem a sua própria dinâmica, que não é sequer perceptível sem o devido distanciamento temporal. E isso assusta. Não perceber os tempos do presente não consente projetar futuros com alguma convicção.

O Desporto faz o seu percurso na estrada criada pelos homens. É uma ferramenta do seu entretenimento, mas também do seu crescimento social e, o mais importante, do seu reconhecimento na sociedade. Deve ser usado com bom senso e moderação, com sensibilidade social e espírito solidário, com visão universal e com respeito. Mas também, importa dizê-lo, com emoção, com alegria e com tristeza, com noção de vitória e de derrota, o que nos transporta sempre para essa vontade humana de superação, com uma inevitável exposição do Homem à sua natureza de experimentar o sonho maior da transcendência.

Não são poucos os que diabolizam o Desporto, sobretudo o que se inscreve nas elites de competição. Um absurdo. É como se culpássemos os automóveis pelos acidentes que os seus condutores provocam. Querer entender o Desporto sem entender o Homem e o seu tempo é uma tarefa inútil. Daí que para podermos responder sobre o futuro do Desporto, do seu uso e do seu comprometimento social se tenha de responder sobre o futuro do Homem. E, neste ponto, lamento, mas a perspectiva não é sedutora.

Estudos científicos recentes trouxeram-nos a preocupante notícia de que pela primeira vez, desde que são estudados e avaliados os quocientes de inteligência dos jovens, há uma inversão nos valores. Estes resultados, que contrariam o chamado efeito Flynn, o psicólogo americano que estudou e registou o constante aumento geracional do QI, foram a principal razão que levou o neurocientista francês Michel Desmurget a escrever um livro nada complacente e que tem por título *A Fábrica de Cretinos Digitais*. É uma obra implacável que rapidamente se tornou num *best-seller*. Desmurget declara-se um defensor do avanço tecnológico, mas também um feroz opositor dos excessos de exposição dos jovens aos ecrãs e da sua viciada utilização das ferramentas digitais. Por isso condena os pais que o consentem, porque – acusa – estão a ser coniventes com os mais nefastos efeitos no desenvolvimento cognitivo dos seus filhos.

A verdade é que também o Desporto tem vindo a conquistar espaço no mundo digital. Muitos se interrogarão se podemos chamar a qualquer tipo de jogos informáticos um verdadeiro Desporto, mas é um facto que organizações como a FIFA ou o Comité Olímpico Internacional, pressionadas, ou não, pela poderosa indústria dos videojogos, já admitiram os jogos informáticos como desporto e já lhes ofereceram um contexto competitivo. Infelizmente, a questão é mais discutível do que discutida. Entretanto, vai crescendo, à dimensão mundial, o número de «nativos digitais» que «fazem desporto» de computador.

Podem entender-se melhor que a FIFA prossiga, sem crises de consciência, a sua tradicional política de desenvolvimento da «indústria do futebol» no sentido do maior lucro possível, mas já se torna profundamente preocupante que o Comité Olímpico Internacional deixe ao abandono critérios fundadores do movimento que nos finais do século XIX mudou o mundo do Desporto, dando-lhe significado, valores, princípios e incluindo-o, com visão de futuro, no amplo universo cultural. Evidentemente que o olimpismo não pode nem deve ser expressão de saudosismo, muito menos de imobilismo, mas a verdade é que

o movimento olímpico foi perdendo a força essencial do exemplo no engano das escolhas de maus companheiros de estrada. E essa é uma realidade que se torna dolorosa para quem continua a ter do olimpismo uma visão de «último reduto» institucional de um Desporto de princípios, de valores e de causas.

O tema da nova era digital merece, a nosso ver, ser aqui introduzido para entendermos melhor a tese essencial que venho propondo: para entendermos o Desporto é preciso entendermos o Homem, sendo que o Homem tem uma evolução geracional que é preciso acompanhar e compreender. Há fases em que o mundo anda depressa de mais para a limitada capacidade cognitiva dos seres humanos e esta parece ser uma delas. No entanto, apenas conheço duas maneiras de lidar com os aparentes abismos que, por vezes, se colocam na frente das civilizações: ficarmos paralisados pelo medo, ou encontrarmos coragem para encontrar novas soluções para prosseguir a viagem.

Pela minha longa experiência de vida profissional na área da comunicação, sempre me preocupei em acompanhar o desenvolvimento geracional, os seus gostos, as suas modas, os seus ídolos, os seus interesses, como dados essenciais para conseguir uma comunicação eficaz e de qualidade. Houve tempos em que os jornais desportivos em Portugal dedicavam páginas inteiras a modalidades como o hóquei em patins, o boxe, o hipismo, o ciclismo. A evolução dos tempos e dos interesses levaram a fazer, naturalmente, novas escolhas. A atenção, sobretudo dos mais jovens, deixou de ter fronteiras. Os ídolos do desporto passaram a não ter nacionalidade. As audiências cresceram nos jogos do campeonato americano da NBA, nas corridas internacionais da fórmula 1, nos circuitos mundiais de ténis, nos campeões do Tour de France ou do Giro. Mesmo no futebol, o Real Madrid ou o Barcelona, o Manchester United ou o City, a Juventus ou o Milan rivalizam no interesse de matérias editoriais com o Benfica, o Sporting ou o FC Porto. Entretanto, ao nível do interesse pela Seleção Nacional de Futebol e dos seus sucessos internacionais, cresceu uma «ideologia nacionalista» que não alinha com razões históricas ou culturais do país, e se relaciona com o anunciado país de Pessoa, o do universo intercontinental da «língua portuguesa».

Por cá, coloca-se, entretanto, um novo e mais cruel desafio. O interesse nos grandes ídolos e competições desportivas não esmorece, mas os jornais, em suporte de papel, definham e lutam pela sobrevivência. Os conteúdos digitais têm afluência de milhões de portugueses em Portugal e em todo o mundo, mas a informação é essencialmente grátis e o modelo de negócio está por

definir. As televisões rivalizam-se nas audiências com discussões diárias que transformam os espectadores em agentes passivos de um crime de tentativa de bloqueio dos raciocínios. As redes sociais proliferam e fazem nascer, como cogumelos, uma legião de cretinos viciados em zaragatas digitais, perante a passividade instrumental dos reguladores.

Francamente, hesito no sentido do progresso. Não é que me sinta desalentado e desesperançado, mas, confesso, não consigo perceber, talvez pela ausência de uma distância reveladora, este novo Homem em trânsito para qualquer outro lugar. E não conseguindo perceber o Homem, não consigo perceber qual o novo sentido que o Desporto irá tomar. Porém, valerá sempre a pena terminar uma reflexão partilhada com um tom otimista: se for verdade – e eu acredito sinceramente que sim – que o Homem sempre se irá bater por causas, então será verdade que nunca deixará de haver um Desporto de Causas, neste mundo. Não sendo uma garantia, admito, pelo menos, que seja uma estimulante convicção.

Bibliografia

- Almeida, Francisco José de. 1791. *Tratado da Educação Fysica dos Meninos, para Uso da Nação Portuguesa*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, <https://purl.pt/6378>
- Desmurget, Michel. 2021. *A Fábrica de Cretinos Digitais*. Lisboa: Contraponto.
- James R. Flynn. 2013. «The “Flynn Effect” and Flynn’s paradox». *Intelligence*, 41, n.º 6: 851-857, <https://doi.org/10.1016/j.intell.2013.06.014>
- Lipovetsky, Gilles, 2014. *A Era do Vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Ed. 70.
- Manuel Sérgio. 2018. *Para Uma Epistemologia da Motricidade Humana*. Lisboa: Nova Vega.

O papel social do desporto: mobilização ou instrumentalização?

Ricardo Carvalho

Social Innovation Sports

Escrevo sobre o papel social do desporto enquanto observador atento, refletindo com um olhar crítico, mas também envolvido na implementação de projetos no terreno, com uma experiência muito próxima do meio empresarial e da forma como os gestores atualmente pensam as questões da sustentabilidade e da responsabilidade social.

Definições e contextos

Numa tentativa de alinhar conceitos e contextos, começamos pelas definições. Quanto ao desporto (Segundo a Carta Europeia do Desporto): «todas as formas de atividades físicas que, através de uma participação organizada ou não, têm por objetivo a expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica, o desenvolvimento das relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis». Quanto às causas sociais: soluções/projetos/movimentos que têm como objetivo combater um determinado problema social.

Facilmente chegamos à conclusão de que não existe um desporto, existem vários desportos, e é essencial que, quando discutimos o papel do desporto, a sua função e importância, enquadremos o contexto em que o estamos a fazer e qual o propósito da atividade em causa. Temos distintas variáveis: organizado ou não; expressão ou o melhoramento da condição física e psíquica; desenvolvimento das relações sociais; obtenção de resultados na competição; deparamo-nos com uma diversidade de objetivos que, se levados ao limite, podem ter efeitos opostos, chegando mesmo a ser contraditórios.

O papel social do desporto: mobilização ou instrumentalização?

Se olharmos para o futebol, e para a forma como os «clubes grandes» atuam junto da população jovem, podemos observar várias perspetivas:

a) As «escolinhas» dos Clubes, com as virtudes de gerarem a prática desportiva e aproximarem os jovens do desporto e do clube, e os defeitos do materialismo (o *kit* de equipamentos e afins é mais importante do que a qualidade da prática), o aumento das barreiras à entrada pelo custo acima da média e ocupando muitas vezes espaços públicos, nomeadamente escolares, que deveriam ser de acesso gratuito, e a facilidade de abandono quando os jovens procuram novos desafios competitivos, que apenas estão ao seu alcance em contextos com menos *glamour*, confrontando-se com a sensação de despromoção criada pelos próprios jovens e seus familiares ao deixar de «representar» o clube grande para representar o clube local, com o sequente abandono da prática desportiva.

b) O trabalho de características eminentemente sociais, possibilitando a prática desportiva ao mesmo tempo que se coloca o foco no desenvolvimento de um conjunto alargado de *soft skills*, em que o excelente trabalho efetuado pela Fundação Benfica é o expoente máximo a nível nacional, sendo exemplo os projetos: «Para ti se não faltares», «Community Champions League», «Welcome Through Football» ou «Hat-trick – Treinar, Jogar e Vencer».

c) A formação em competição nos vários escalões, um processo que seleciona e exclui muitos jovens da prática desportiva, um processo de formação de jogadores que alimenta a indústria do futebol, muitas vezes aproximando-se do trabalho infantil em que, por vezes, coexistem agentes e treinadores apenas focados no seu sucesso individual, esquecendo-se que a razão de ser do desporto de formação são os jovens, e alheando-se dos impactos negativos que a extrema ambição por uma carreira de desportista possa criar a médio e longo prazo na vida destes jovens.

Desporto e valores

Quando se toma decisões, sejam técnicas, de gestão, estratégicas ou políticas, nunca podemos esquecer a razão de ser, o porquê, o propósito. Se na maioria dos casos a razão de ser do desporto está no praticante, provavelmente no desporto profissional a razão de ser estará no espetador, tal como numa empresa a razão de ser está no cliente, e a sua missão consiste em

satisfazer uma necessidade da sociedade. Será que esta vertente cabe na definição de desporto segundo a Carta Europeia?

Não desviando do aspeto da mobilização ou instrumentalização por fatores/entidades externos ao desporto, permitimo-nos primeiro tocar alguns pontos intrínsecos ao desporto que nos ajudam a refletir sobre a mobilização e/ou instrumentalização dentro do desporto.

A ambição desmesurada de treinadores e pais, a sobrevalorização dos aspetos performativos, competitivos e de reconhecimento, levam a que muita da prática desportiva jovem com maior visibilidade esteja repleta de valores diferentes daquilo que a sociedade em geral considera adequado na educação dos jovens.

O excesso de horas de prática desportiva, de carga física e psicológica, de importância que é dada pelos familiares e treinadores e que, juntamente com o tempo de estudo e outras atividades extracurriculares, não deixam tempo para as crianças brincarem e crescerem ao seu ritmo, será benéfico para a formação de um ser humano?

Quando, em julho de 2021, a brasileira Rayssa Leal, de apenas 13 anos, conquistou a medalha de prata nos Jogos Olímpicos de Tóquio, na modalidade de *street skate*, o Brasil parou, figuras públicas e do desporto ficaram em êxtase, chegando ao ponto de um deputado federal defender o trabalho infantil e a mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente que proíbe qualquer trabalho de menores de catorze anos. Simultaneamente, Pedro Barros, outro *skater* brasileiro, com 26 anos, também medalha de prata em Tóquio e *skater* profissional desde os 13, demonstrou preocupação pela submissão de uma criança de 13 anos a toda a pressão necessária para participar em provas desportivas de alta competição. Defendeu a necessidade de haver uma idade mínima para participar neste tipo de competições, para não comprometer a saúde mental dos jovens, lembrando tudo o que sofreu ao longo da sua juventude. Sublinhou que, sem a ajuda de familiares, amigos e profissionais da área da saúde mental, poderia mesmo, nessa fase, ter acabado com a sua vida, tal a pressão a que esteve sujeito.

Se a este exemplo juntarmos as práticas da USA Gymnastics, com todas as consequências da sobrecarga de treino na saúde física e mental, e os escândalos dos mais variados tipos de assédio e abuso, ou os relatos sobre a pressão em ginastas/atletas na China ou Rússia, verificamos que a instrumentalização começa no desporto jovem.

O papel social do desporto: mobilização ou instrumentalização?

Abordando a questão dos valores subjacentes à oferta desportiva e como se cruzam com os aspetos monetários, várias questões se levantam, e voltamos sempre ao porquê, ao propósito.

Deverá a questão financeira impedir a prática desportiva? Há frases e expressões que nos habituámos a ouvir, sobretudo nos desportos coletivos: «treinos de captação», «a equipa está completa». Normalmente, estão relacionadas com a seleção de jovens para fazerem parte de um grupo. O problema é que costumam implicar a exclusão da prática desportiva, porque os clubes não têm uma oferta alternativa para os que ficam de fora dos eleitos. Porquê? Limitações de espaço? De recursos materiais, humanos e financeiros? De vontade?

Se acrescentarmos a pouca valorização que é dada aos agentes desportivos mais importantes depois dos praticantes, os educadores/treinadores, estamos de novo a colocar em causa os valores que devem estar inerentes à prática desportiva. Os números indicam que mais de 95% dos treinadores desportivos em Portugal são voluntários, com remunerações insuficientes para pagar deslocações e alimentação.

Porque são tratados assim aqueles que deveriam ser profissionais de referência, que educam a nossa juventude, o futuro da nossa sociedade? Por que razão pagamos a jogadores seniores que não geram receitas aos clubes, mais do que pagamos aos treinadores? Por que razão os clubes gastam mais com juizes do que com técnicos? Atualmente, em algumas modalidades, os custos com arbitragem, juizes, oficiais de mesa de um determinado escalão são superiores ao custo que o clube tem com treinadores devidamente qualificados.

Voltamos ao porquê, ao propósito, porque ganhar é o mais importante para alguns pais, dirigentes e técnicos, porque a vitória e a estética se sobrepõem aos valores que o desporto tão bem pode ajudar a desenvolver.

Financiamento e associativismo

O sistema desportivo em Portugal é financiado por três vias:

- a) Estado, via IPDJ, Ministério da Educação (Desporto Escolar) e autarquias, que fornecem apoio considerável aos clubes, por via direta (apoio financeiro) e indireta (material e serviços, transportes, instalações, etc.);
- b) Jogos sociais e jogos/apostas *online*;

- c) Receitas próprias (explorações comerciais, serviços, patrocínios, quotização, etc.).

Segundo o «Estudo caracterizador do setor do desporto em Portugal e impacto da COVID-19» efetuado pela PWC em julho de 2021, e reportando a dados de 2019, o financiamento do IPDJ representa cerca de 46 milhões de euros (M€) e o financiamento autárquico perto de 320 M€.

Os lucros dos jogos sociais contribuem com cerca de 67 M€ para o orçamento do IPDJ, 22 M€ para as diversas entidades do desporto. Outros 22 M€ provenientes do Imposto Especial de Jogo Online vão para federações desportivas, Liga de Futebol e Comité Olímpico de Portugal. Adicionalmente, temos as entidades que exploram os jogos sociais e jogos/apostas *online* como principais patrocinadores de competições e clubes desportivos.

A terceira fonte de financiamento, as receitas próprias, apenas são significativas no Futebol (federação e clubes).

São conhecidos os problemas que os jogos de azar e as apostas podem gerar, nomeadamente pelos níveis de adição e dependência, questões de dificuldade de sustentabilidade financeira, aliados à manipulação de resultados e todo um sistema de falta de ética e de *fair-play* em que os próprios agentes desportivos podem ser envolvidos.

Olhando para estes números e factos, confrontamo-nos de novo com o desporto a debater-se com os seus próprios valores, considerando o peso que algo social e eticamente questionável tem na sua sustentabilidade.

O modelo desportivo português está baseado no associativismo. Temos federações nacionais cuja responsabilidade é promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a prática de uma modalidade desportiva ou de um conjunto de modalidades, que delega alguns poderes em associações regionais. Na base e no terreno, estão os clubes/associações desportivas que realmente gerem e fomentam a prática desportiva.

Considerando que o associativismo é uma forma de organização da sociedade em que os cidadãos se agrupam em torno de interesses comuns, traduzindo uma expressão organizada da sociedade, então entendemos porque estão os valores do desporto em crise.

O que acontece atualmente é uma falta de participação cívica. O cidadão normal afasta-se de todo o processo, a participação dos sócios nas assembleias gerais dos clubes e das associações é mínima, os jovens não são

O papel social do desporto: mobilização ou instrumentalização?

sócios, é raro ver mais do que uma lista a concorrer às eleições de um clube ou de uma associação regional. Há um envelhecimento brutal dos corpos dirigentes, sem qualquer preparação da sucessão, nem interesse dos jovens em participar.

A motivação dos jovens é fundamental. Para o conseguir, é imprescindível que entendam o funcionamento das organizações e que exista capacitação a esse respeito. Felizmente, têm surgido movimentos e projetos interessantes, sendo cada vez mais comuns as Assembleias Municipais de Jovens.

Cabe ao associativismo desportivo cativar os jovens, sobretudo nas fases críticas de abandono da prática desportiva (15 aos 20 anos), e capacitá-los, bem como cuidar da formação e remuneração dos dirigentes desportivos.

Se nada for feito, estes jovens ficam à mercê de quem os queira instrumentalizar, que pode utilizar o seu poder e capacidade de decisão, independentemente dos benefícios para a sociedade e das intenções que tenham, sem haver um escrutínio mínimo dos respetivos associados.

Causas sociais

Olhando para as causas sociais como as soluções/projetos/movimentos que têm como objetivo combater um determinado problema social, e fazendo a sua ligação às preocupações das empresas, terminamos invariavelmente nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) criados em 2015 pelas Nações Unidas aquando da definição da agenda 2030, «as quais são a visão comum para a Humanidade, um contrato entre os líderes mundiais e os povos e uma lista das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta» (ONU).

Em dezembro de 2018, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece explicitamente o poder do desporto para ajudar a que o desenvolvimento sustentável seja uma realidade, nomeadamente através das suas contribuições para o empoderamento das mulheres, dos jovens e das diversas comunidades, assim como para a saúde, educação e inclusão social.

São evidentes as relações diretas do desporto e da atividade física com uma Vida Saudável (ODS 3), uma Educação de Qualidade (4), a Igualdade de Género (5), a Redução das Desigualdades (10), o Desenvolvimento de Cidades e Comunidades Sustentáveis (11), o Combate às Alterações Climáticas (13),

a Paz e a Justiça (16), assim como as lições que poderá dar no que respeita à capacidade de criar Parcerias para o Desenvolvimento (17), aquele que nos parece ser o mais importante para construirmos uma sociedade solidária, humanista e sustentável.

Desta forma, é natural a aproximação de todo o tipo de organizações, nomeadamente empresas, ao mundo do desporto. As empresas têm tradicionalmente preocupações sociais. No entanto, é só a partir da segunda metade do século xx que se começa a falar do conceito de responsabilidade social corporativa (RSC).

Segundo as Nações Unidas (UNIDO – United Nations Industrial Development Organization), a «responsabilidade social corporativa» é um conceito de gestão em que as empresas integram preocupações sociais e ambientais nas suas operações de negócio e interações com os parceiros. A RSC é geralmente entendida como a forma de uma empresa alcançar um equilíbrio entre os imperativos económicos, ambientais e sociais, enquanto atende às expectativas de acionistas e parceiros. Nesse sentido, é importante distinguir RSC, que pode ser um conceito de gestão estratégica de negócios, e caridade, patrocínio ou filantropia. Embora esta última também possa dar uma contribuição valiosa para a redução da pobreza, melhorar diretamente a reputação de uma empresa e fortalecer a sua marca, o conceito de RSC vai claramente além disso.

Usualmente são mencionados como benefícios de uma boa política de responsabilidade social corporativa a satisfação dos colaboradores, que leva a uma maior capacidade de atrair e reter o talento, o reforço da marca e da confiança e lealdade dos consumidores e consequentemente uma melhor *performance* financeira das empresas.

Com todos estes indicadores, é natural que os gestores, enquanto agentes racionais e emocionais, mobilizem recursos para as mais diversas causas sociais, incluindo naturalmente o desporto. O cálculo da relação custo/benefício está sempre presente, o retorno do investimento é sempre medido, e as medidas de gestão são baseadas em todas estas componentes.

Um olhar sobre o terreno

Vamos utilizar a nossa experiência no terreno com a Social Innovation Sports, uma associação sem fins lucrativos criada em 2019 que se foca em apoiar/criar projetos que utilizem o desporto como ferramenta de inclusão social, para exemplificar a forma como algumas entidades públicas e privadas se envolvem em atividades onde o desporto é apenas um meio para melhorar a inclusão.

Clube Escolhas

Projeto gerido e coconcebido com o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) desde 2019, é uma parceria que inclui também o IPDJ e a FPF.

Consiste numa competição de futsal disputada por clubes desportivos criados para o efeito pelas comunidades onde o Programa Escolhas intervém. Durante a experiência de criação e participação na vida dos clubes, os jovens têm a oportunidade de abordar temas relacionados com associativismo, *marketing*, *fair-play*, voluntariado, entre outros, podendo ainda desempenhar diferentes papéis na sua organização (gestor, dirigente, técnico, jogador ou adepto). O sistema classificativo da competição junta o desempenho desportivo dos clubes e o comportamento escolar dos participantes, conquistas ao nível da gestão do clube, participação em ações de voluntariado, entre outros aspetos.

O ACM, entidade cujo foco não é o desporto, é o principal financiador do projeto, encarando-o como uma ferramenta essencial para a educação e construção de uma vida melhor para jovens que vivem em bairros carenciados.

Welcome Sports Club

Em 2020, criámos o projeto WSC, que usa o desporto como ferramenta de inclusão social de jovens refugiados, fazendo um acompanhamento muito próximo dos mesmos na prática desportiva, trabalhando o desenvolvimento de competências, inclusão social/profissional, diálogo intercultural e empregabilidade. Trabalhamos com refugiados, maioritariamente jovens, que chegaram a Portugal como menores não acompanhados.

Usamos o desporto como forma de promoção da saúde física e mental e de desenvolvimento de um conjunto de competências psicossociais focadas na empregabilidade.

É um projeto originalmente financiado pelo Fundo Asilo, Migração e Integração (FAMI), e pelo ACM, tendo sido premiado pelo Lidl, Beta-i, Rádio Renascença, FPF e Vinci, e reconhecido por organizações como o El Corte Inglés, Ikea, Hotéis Nau, Rock in Rio, Fundação Ageas.

Uma linha comum a todas estas entidades: a utilização do desporto, que lhes chamou a atenção e diferenciou a nossa oferta.

Quinta da Fonte (Loures) – reativação do parque polidesportivo

Na Quinta da Fonte, em Loures, bairro considerado «problemático» ou «perigoso», onde em 1999 foi construído de raiz um belíssimo parque polidesportivo, com um campo de 40x20, um campo de basquetebol 3x3 e um dos melhores *skateparks* de Lisboa, lideramos um consórcio com uma série de organizações não governamentais que têm atividade local, com o objetivo de, pela quarta vez, reconstruir e reativar o espaço.

Decididos a fazer a intervenção com base na comunidade, propositadamente sem intervenção da câmara municipal nem da junta de freguesia, de forma a responsabilizar a comunidade e mostrar às entidades oficiais a sua capacidade para gerir o processo, rapidamente tivemos o apoio de entidades como a Decathlon, a Fundação Ageas e o Leroy Merlin. O apoio, além de monetário e material, traduziu-se essencialmente em voluntariado dos colaboradores destas empresas.

Conclusão

O que há de comum nestes projetos? O reconhecimento de todas as entidades públicas e privadas envolvidas da importância do desporto na integração e elevação social, através da disponibilização de meios financeiros, materiais e humanos, de forma a proporcionar um futuro melhor a estas comunidades.

No caso das empresas privadas, sentimos que o apoio é inerente à sua cultura, que vais das equipas de gestão aos colaboradores, algo que faz parte das suas preocupações, motiva e retém os recursos humanos, melhora a imagem que estes têm da empresa e ajuda a criar relações emocionais e duradouras entre os beneficiários e as marcas em causa.

O papel social do desporto: mobilização ou instrumentalização?

O desporto faz parte integrante da nossa sociedade. Não há nada que aconteça no desporto que não ocorra também nos demais aspetos das nossas vidas.

Questões relacionadas com violência, *bullying*, discriminação, corrupção, pedofilia, falta de ética, criminalidade e outros graves problemas da sociedade moderna também existem no desporto. Daí a relevância que é dada às políticas desportivas relacionadas com ética, *doping*, *match fixing*, proteção dos jovens atletas, igualdade de género, desporto inclusivo, desporto verde, entre outros.

O ser humano é um ser social, a preocupação com o outro é natural e é inegável que quem praticou desporto devidamente orientado tem essa componente ainda mais apurada.

Acreditamos que aqueles que tiveram uma juventude e uma educação com um enfoque grande no desporto, liderados por bons educadores que colocam os valores acima dos resultados, que aprendem que a força do coletivo é muito maior do que os simples desejos do indivíduo, que são orientados pelo propósito, podem ser os principais agentes mobilizadores na construção de uma sociedade melhor, mais justa, inclusiva e sustentável.

Neste sentido, a força mediática dos agentes desportivos, aliada à sua responsabilidade perante a sociedade, tem sido pontualmente exercida em diferentes contextos:

a) *Contra a guerra*

É disso exemplo a forma como o mundo do desporto reagiu à recente invasão da Ucrânia, com a imediata posição de federações e atletas a demonstrar o seu posicionamento humanitário.

Poucos dias após a invasão da Rússia à Ucrânia, e mesmo antes de qualquer tomada de posição formal da UEFA ou da FIFA, as seleções de futebol da Polónia e da Suécia recusaram jogar contra a Rússia, o clube alemão Schalke retirou de imediato das camisolas o nome do seu patrocinador russo, e o Comité Olímpico Internacional recomendou a todas as federações internacionais que não organizassem eventos na Rússia ou na Bielorrússia.

b) *Apoiando a igualdade de género*

O movimento «Equal Pay» criado pela seleção feminina de futebol dos Estados Unidos da América, liderado por Megan Rapinoe e Alex Morgan, a partir da sua campanha no Mundial de 2019, contra a própria federação, mas que acima de tudo colocava na agenda a questão da igualdade de género, gerou

resultados positivos com a assinatura em 2022 de um acordo que iguala as condições das equipas masculinas e femininas. Pelo caminho, caíram alguns dos dirigentes mais conservadores da US Soccer.

c) Criticando a política de posse de armas

Em 2022, Steve Kerr, treinador da equipa dos Golden State Warriors, da NBA, recusou-se a falar de basquetebol, demonstrando toda a sua indignação com mais um tiroteio numa escola nos EUA, que vitimou 21 pessoas. Kerr criticou fortemente os 50 senadores que não permitem o avanço de leis mais rígidas em relação à compra e posse de armas.

d) Lutando contra o racismo

Em 2016, Colin Kaepernick, jogador de futebol americano, ajoelhou-se durante o hino dos EUA em protesto contra o racismo e a brutalidade policial. Esta atitude foi seguida por outros jogadores, o que levou o então presidente americano, Donald Trump, a pedir a suspensão de todos eles. Desde então, têm sido muitos os momentos em que, por todo o mundo e nas diferentes modalidades, vários desportistas repetem o gesto, em manifesto protesto contra o racismo. Essa forma de protesto chegou à Europa em força em 2020, após o brutal assassinato pela polícia do negro George Floyd, nos EUA.

A importância do desporto na nossa sociedade é, como já foi referido, reconhecida pelas Nações Unidas, mas também pela Organização Mundial da Saúde, pela União Europeia, pelas empresas. Prova disso é também o número crescente de praticantes e de espetadores, bem como o incremento do seu valor económico e social.

O desporto é simultaneamente um reflexo da sociedade atual e uma ferramenta para atuar no mundo de hoje. É, pois, vital que tenhamos a capacidade de utilizar os mais nobres valores do desporto como instrumento de mobilização e forma de influenciar positivamente a sociedade, sendo importantíssima a mobilização de todos os agentes, num caminho que deve ser percorrido em paralelo. Por um lado, há que recuperar o papel essencial do desporto como agente de melhoria da saúde pública e da educação da nossa sociedade. Por outro lado, a força que o desporto tem na opinião pública deve ser utilizada em prol de um mundo melhor e mais sustentável

Porque se limitam os protestos dos atletas em nome de causas políticas, religiosas, raciais ou outras?

Alexandre Miguel Mestre

Advogado, doutor em Direito, docente na UAL e na ESDRM

Neste breve ensaio, procura-se uma aproximação, do ponto de vista do Direito, ao problema da ponderação entre a proteção dos Direitos Humanos, a especificidade do desporto e diversos (outros) bens jurídicos.

Da Antiguidade ao modelo europeu moderno

Já nos Jogos Olímpicos da Antiguidade, em 776 a.C., se impunha aos atletas, como condição de participação numa competição, a expressa adesão a normas, isto é, impunha-se um prévio testemunho do atleta através do qual este se comprometia a vincular-se à aplicação das normas da competição. Tal funcionava através do mecanismo do Juramento. Conjuntamente com treinadores, juízes, familiares, amigos, aliptas (escravos unguentadores) e álitas (guardas), os atletas deviam fazer um solene juramento de rigor ante a imponente estátua de Zeus, «Soberano do Olimpo», o «Deus do Juramento», sobre as carnes palpitantes do porco que o imolavam. Segundo Pausânias, o juramento tinha o seguinte texto:

«Junto a esta estátua estabelece-se que os atletas, seus pais, irmãos e, inclusivamente, seus treinadores prestam sobre pedaços de carne de porco o juramento de que não cometerão qualquer fraude nos Jogos Olímpicos. Os atletas juram ademais também que durante dez meses sucessivos seguiram estritamente todas as normas de treino. E que não recorrerão a procedimentos mágicos ou desleais. E juram ainda aqueles que se encarregam de examinar as crianças e os cavalos e que intervêm nas corridas, de que tomarão as suas

decisões com justiça e sem subornos e guardarão segredo do que venham a saber dos candidatos, admitidos ou não.»

Através do Juramento como que ocorria um processo formal de adesão, de incorporação, com carácter profilático, incidindo sobre questões desportivas, mas igualmente éticas, deontológicas, materializando a sujeição dos agentes desportivos aos comandos normativos, sob pena de perjúrio. Era assim no desporto, como noutras áreas (pense-se, por exemplo, na Medicina e no famoso «Juramento de Hipócrates»): os juramentos serviam para consolidar e reforçar os contratos, eram uma forma mais intensiva e efetiva de auto compromisso, perante testemunhas, uma garantia, uma sujeição à autoridade divina em caso de incumprimento.

Pierre de Coubertin, ao reavivar os Jogos Olímpicos da Antiguidade, replicou para a Era Moderna, a partir de 1920, o Juramento, com o seguinte texto lido na Cerimónia de Abertura: «Em nome de todos os competidores, prometo que participaremos nestes Jogos Olímpicos respeitando e acatando as regras que nos governam, no verdadeiro espírito desportivo, pela glória do desporto e em honra das nossas equipas.»

Atualmente, o modelo europeu do desporto assenta numa estrutura piramidal, em que no topo da pirâmide se encontra o Comité Olímpico Internacional (COI) e na base da pirâmide estão os atletas. Nesse contexto, quando um atleta adere a um clube, sujeitando-se às normas deste, está simultaneamente a aderir às normas a que o clube se sujeita, nomeadamente na relação vertical em que se situa face à associação territorial (caso exista) em que esteja filiado; por sua vez, a associação territorial subordina-se às normas da federação desportiva de que é membro, e esta às normas da federação desportiva internacional; a federação internacional reconhece confederações continentais e obriga-as a respeitar os seus estatutos, regulamentos e diretivas. Ora todo esta governança traduz-se numa cascada normativa, numa hierarquização, que vincula, subordina de cima para baixo. Estando os atletas na base da pirâmide, é fácil perceber que o simples facto de aderirem a um clube significa, simultaneamente, e na maioria das situações sem disso terem perceção, a sua aceitação do cumprimento das regras emanadas pelas organizações desportivas internacionais e nacionais reguladoras da modalidade.

O exemplo dos contratos de trabalho desportivo em Portugal como expressão de adesão dos atletas a uma sujeição a múltiplas normas

Em Portugal, os contratos de trabalho desportivo regem-se pela Lei n.º 54/2017, de 14 de julho – o Regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo, do contrato de formação desportiva e do contrato de representação ou intermediação (revoga a Lei n.º 28/98, de 26 de junho). A análise num prisma nacional – o nosso – ajuda também a perceber as hodiernas condições de subordinação a normas em que se encontram os atletas, *in casu* em contexto laboral.

Os «Deveres do praticante desportivo» estão previstos no artigo 13.º do diploma, ressaltando-se para efeitos do presente artigo os seguintes dois: «Prestar a atividade desportiva para que foi contratado, participando nos treinos, estágios e outras sessões preparatórias das competições com a aplicação e a diligência correspondentes às suas condições psicofísicas e técnicas e, bem assim, de acordo com as regras da respetiva modalidade desportiva e com as instruções da entidade empregadora desportiva» [alínea a)] e «Preservar as condições físicas que lhe permitam participar na competição desportiva objeto do contrato» [alínea c)].

Somam-se a estes deveres legais, com estes conexos ou não, outros mais, quer emergentes do vigente Contrato Coletivo de Trabalho aplicável, quer, sobretudo, de regulamentos internos e códigos de conduta, designadamente:

- (i) O dever de o atleta não fazer qualquer atividade física extra, mesmo nas folgas;
- (ii) O dever de o atleta se deitar cedo, por vezes mesmo a uma hora predefinida pela entidade empregadora, e em alguns casos sob monitorização laboratorial do sono;
- (iii) O dever de o atleta não sair à noite, mesmo nas folgas, em especial para bares, discotecas e demais espaços públicos de diversão;
- (iv) O dever de o atleta não se deslocar à noite a mais de uma distância superior a um determinado raio de quilómetros;

- (v) O dever de o atleta não consumir bebidas alcoólicas e de preservar o seu peso, mesmo durante o período de férias;
- (vi) O dever de o atleta não ter relações sexuais nas vésperas dos jogos;
- (vii) O dever de o atleta não conceder entrevistas, não criar blogues pessoais, não colocar vídeos, fotos ou não escrever em redes sociais sem autorização prévia da entidade empregadora (clube/sociedade desportiva).

Temos, pois, o praticante desportivo profissional adstrito a um número considerável de deveres, mas que impressionam mais qualitativamente do que quantitativamente, na medida em que restringem direitos fundamentais, mesmo direitos humanos, identificando-se de seguida apenas dois exemplos, antes de procurarmos dar a resposta à questão que dá mote a este artigo, e precisamente tendo em mente encontrar ou fundamentar essa resposta. Esses dois exemplos são a restrição ao direito humano da inviolabilidade ou à proteção da vida privada e o direito humano de ter acesso a um processo justo e equitativo.

A compressão da reserva da vida privada, do direito à intimidade, do direito ao repouso (ativo) dos atletas

Os deveres acima enunciados do atleta, enquanto profissional, conduzem, efetivamente, a uma clara compressão da reserva da sua vida privada, da restrição do seu direito à intimidade, mesmo do direito ao repouso (ativo), materializando-se também, na prática, na verdadeira ausência de um horário de trabalho, mesmo que o contrato o preveja: na verdade, o atleta profissional está sempre em dedicação (praticamente exclusiva), está, em permanência, num contexto de subordinação jurídica, de obediência a ordens e instruções, de sujeição a todo o tempo de incorrer numa violação de deveres passível de ser fundamento de processo disciplinar conducente, no limite, ao seu despedimento.

Convém de facto nunca esquecer que o direito à inviolabilidade ou à proteção da vida privada é um direito humano, ao abrigo do artigo 12.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), nos termos do qual «[n]inguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito a proteção

Porque se limitam os protestos dos atletas em nome de causas políticas, religiosas, raciais ou outras?

da lei»¹. Consiste no direito de toda a pessoa ser protegida contra intrusões no seu espaço físico, incluindo o direito ao respeito do seu domicílio, e o direito a estabelecer relações com os seus semelhantes. Entende-se a vida privada pessoal de um cidadão, por natureza, como íntima, discreta, reservada, anónima, senão secreta mesmo – a não ser, claro está, que o cidadão em causa pretenda o contrário.

Mas... e o atleta? Se é certo que, por exemplo, no âmbito da realização dos Jogos Olímpicos, a preocupação com a intimidade dos atletas na Aldeia Olímpica é um exemplo claro invocado em defesa das organizações desportivas, *in casu* do COI, no sentido em que se preocupam em respeitar a reserva da vida privada dos atletas (Mbaye 1999, 1075), a verdade é que alguns dos exemplos acima referidos dificilmente passam no teste da proporcionalidade. Serão absolutamente necessários ou inerentes ao fenómeno desportivo? Não haverá meios menos restritivos para a vida privada do atleta de forma a atingir os mesmos fins, *in casu* a maximização do seu rendimento, em prol dos interesses desportivos e comerciais da sua entidade empregadora (clube/sociedade desportiva) (colocando aqui, de parte, semelhantes deveres impostos por algumas federações nacionais, para os atletas que representam as seleções nacionais, mas que já estão fora de uma relação jurídico-laboral)?

Mas os exemplos que acima demos não incluem um domínio que é, porventura, aquele em que mais se comprime a reserva da vida privada dos atletas, que é o do controlo antidopagem, contrapondo àquele direito humano a proteção de dois bens jurídicos: a ética desportiva e a proteção da saúde pública. Pela relevância do tema, detenhamo-nos aqui com maior desenvolvimento.

Desde logo, por natureza, ao ser levado a cabo através da recolha do sangue, da urina ou do suor dos atletas, o controlo antidopagem constitui um óbvio instrumento de intrusão na vida privada de um atleta, uma derrogação ao princípio da inviolabilidade do corpo humano (Petritsch 2009, 112). Não obstante, também por natureza, e conforme a visão maioritária, esse controlo pode ser objetivamente justificado por razões desportivas, morais, éticas, comerciais, de saúde pública e sociais².

¹ Cf., também, artigo 17.º do PIDCP; artigo 7.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE; artigo IX da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

² Autores como Evan Raschel consideram que a saúde pública não é verdadeiramente o fundamento da luta antidopagem e que o *fair play* é uma regra ética e moral, e como tal não pode ser

Depois, não se esqueça que há controlos antidopagem não só dentro, mas também fora das competições, e de que, nos termos do artigo 21.1.2 do Código Mundial Antidopagem, de entre as «Atribuições e responsabilidades dos participantes» consta «Estar disponível para fins de recolha de Amostras a qualquer momento». No Comentário do Código a tal artigo percebe-se a *ratio* do legislador: «Tendo em conta o devido respeito pelos direitos humanos e pela privacidade do Praticante Desportivo, por vezes é necessário, por motivos legítimos, recolher Amostras a altas horas da noite ou às primeiras horas da manhã. Por exemplo, sabe-se que alguns Praticantes Desportivos usam doses reduzidas de EPO durante estas horas, de forma a que as mesmas sejam indetetáveis de manhã.» Não obstante sermos sensíveis a este fito, uma coisa é certa: salvo o caso de alguns países, em que se fixa uma franja horária durante a qual não poderá haver controlos, o atleta está 24 sobre 24 horas sujeito aos controlos, mesmo no seu domicílio³ ou num quarto de hotel⁴, e a altas horas da madrugada – a todo o tempo! – num cenário em que vê restringida a sua vida privada. E aqui não vale a assunção de que o direito ao descanso noturno deve valer como limite ao poder das autoridades antidopagem, uma vez que as horas habitualmente destinadas ao descanso noturno cedem perante a eficácia da luta antidopagem (Térol Gomez 2010, 141ss).

Certo é que o TEDH⁵ já validou este sistema de controlo antidopagem. Sem deixar de reconhecer o impacto do sistema na vida privada dos requerentes, entendeu o TEDH que, do ponto de vista do equilíbrio, as necessárias razões de interesse geral inerentes ao sistema, de considerável importância – combate à dopagem e aos crescentes perigos associados para a saúde da comunidade desportiva –, se sobrepunham aos interesses particulares em causa.

fonte de restrições exorbitantes de direitos e liberdades de pessoas presumivelmente inocentes (Raschel 2013, 84).

³ O Comité dos Direitos Humanos considera domicílio quer o local onde a pessoa reside quer onde exerce habitualmente a sua profissão – cf. Acórdão *Niemietz c. Alemanha*, de 16 de dezembro de 1992.

⁴ De acordo com a jurisprudência do TEDH, no conceito de domicílio, e tendo em conta as condições de vida atuais, deve incluir-se mesmo um quarto de hotel, designadamente os casos em que os atletas, em estágio, pernoitam em hotéis (Frumer 2016).

⁵ Cf. Acórdão *Fédération Nationale des Syndicats Sportifs (FNASS) e outros c. França*, 48151/11 e 77769/13.

Porque se limitam os protestos dos atletas em nome de causas políticas, religiosas, raciais ou outras?

Conexo, com a mesma *ratio*, temos o *whereabouts*, o sistema de localização dos atletas consignado no artigo 5.6 do Código Mundial Antidopagem, nos termos do qual «[o]s Praticantes Desportivos que tiverem sido incluídos num Grupo Alvo pela sua Federação Internacional e/ou pela sua Organização Antidopagem deverão transmitir informação acerca da sua localização». Ora este sistema parece atentar, porventura de forma excessiva e não proporcionada, à vida privada do atleta, ao introduzir de forma contínua e possivelmente insidiosa, o trabalho na vida privada (misturando-os), na medida em que o atleta sabe que pode ser controlado a todo o tempo, mesmo nas férias. Por outro lado, quando se obriga o atleta a informar sobre o emprego do seu tempo quotidiano, não só profissional como também pessoal, impossibilita-se o mesmo de ter uma vida familiar normal, enquanto se condiciona a sua liberdade de movimentos, obrigando-o a ter de estar num dado sítio numa hora predefinida, mesmo no tempo livre e familiar, sem total liberdade ou dignidade (Gardes e Miniato 2016, 45-46), de tal forma que é possível afirmar que praticamente nada resta como privado na sua vida (Pendlebury e McGarry, 2009, 71). Mas também aqui o TEDH já se pronunciou no sentido de que não há uma violação injustificada da reserva da vida privada dos atletas⁶. Conciliando os interesses em jogo, em 2018, o TEDH, num caso de uma queixa de diversos atletas⁷, considerou existir uma restrição objetivamente justificada, afirmando que o sistema de *whereabouts* é de interesse público e que a redução ou remoção de relevantes obrigações para os atletas levaria inevitavelmente a um aumento da dopagem e seria contrária ao consenso quanto à necessidade de controlos antidopagem fora da competição.

Outra questão sensível, para o que ora nos ocupa, e ainda no contexto da dopagem, é o denominado «Passaporte biológico do Praticante Desportivo», que consiste no «[...] programa e métodos de recolha e compilação de dados conforme previsto na Norma Internacional de Controlo e Investigações e na Norma Internacional para Laboratórios»⁸, conexo com o Programa ADAMS, que se define como «[...] uma ferramenta de base de dados baseada na Internet destinada ao registo, armazenamento, partilha e comunicação de dados,

⁶ Cf. *Longo e Cipreeli c. França*, Processo n.º 77769 (13).

⁷ *Fédération Nationale des Syndicats Sportifs (FNASS) e outros c. França*, 48151/11 e 77769/13.

⁸ Cf. Anexo 1 do CMA, «Definições».

concebida para apoiar as partes interessadas e a AMA no desenvolvimento das suas atividades antidopagem, em respeito pela legislação relativa à proteção de dados»⁹. Se pensarmos que para se obter a rastreabilidade das *performances* dos atletas ao longo da sua carreira se exige que muitos dados biológicos dos atletas sejam colocados à disposição das federações desportivas, é legítimo pelo menos indagar do carácter potencialmente excessivo dessa exigência quando se tenta conciliar a mesma com a vida privada do atleta, sem esquecer ainda que este não exerce uma livre escolha do médico, e nem que o segredo médico e a proteção de dados médicos são prejudicados.

Não se deve olvidar também que o estado de saúde de um atleta é um elemento que faz parte do campo protegido da sua vida privada (Vassine 2019). A saúde da pessoa representa, de facto, um elemento importante da sua vida privada, envolvendo «dados sensíveis» na aceção do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais da União Europeia (o RGPD)¹⁰, pelo que a confidencialidade desses dados assume relevância. Ora na dopagem recolhem-se e guardam-se dados que podem não ser utilizados de imediato, sem esquecer que são divulgados publicamente dados que violam o direito à proteção de informações nominativas, numa ingerência na vida privada dos atletas em questão. Mas em resposta a estas indagações, a Agência Mundial Antidopagem afirma que «tenta preservar ao máximo a vida privada do desportista, principalmente protegendo os dados pessoais recolhidos nos quadros dos controlos antidopagem e do programa ADAMS com o *standard* internacional para a proteção dos dados pessoais que tem por objetivo garantir que os agentes, os atores da luta contra a dopagem aplicam um mínimo de medidas de proteção dos dados pessoais recolhidos no quadro da luta contra a dopagem» (Machado, coord. 2015, 343).

A restrição do acesso aos tribunais e a um processo justo e equitativo por parte dos atletas

Outro exemplo que aqui identificamos, em que os atletas, por essa sua condição, e em face da inerente adesão a um conjunto de normas, ficam vulneráveis ao ponto de lhes ser subtraída a plena fruição de direitos humanos,

⁹ Cf. Anexo 1 do CMA, «Definições».

¹⁰ Regulamento (UE) n.º 679/2016, de 27 de abril.

Porque se limitam os protestos dos atletas em nome de causas políticas, religiosas, raciais ou outras?

prende-se com a questão do acesso aos tribunais e com o direito a um processo justo e equitativo.

À guisa de introdução, neste ponto, importa não esquecer que a DUDH garante a toda a pessoa o acesso a uma jurisdição nacional competente, para reagir «contra os atos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei»¹¹, assim como confere o direito de toda e qualquer pessoa, «em plena igualdade», a ver a sua causa «equitativa e publicamente julgada por um tribunal independente e imparcial que decida dos seus direitos e obrigações ou das razões de qualquer acusação em matéria penal que contra ela seja deduzida»¹². Por sua vez, e ainda no âmbito, o artigo 6.º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos (CEDH) dispõe conforme segue: «Qualquer pessoa tem direito a que a sua causa seja examinada, equitativa e publicamente, num prazo razoável, por um tribunal independente e imparcial, estabelecido pela lei, o qual decidirá, quer sobre a determinação dos seus direitos de carácter civil, quer sob o fundamento de qualquer acusação em matéria penal dirigido contra ela. O julgamento deve ser público, mas o acesso à sala de audiências pode ser proibido à imprensa ou ao público.»¹³

No essencial, o que se pretende garantir é o direito de acesso à justiça, o direito a uma ação, no quadro de um tribunal independente/imparcial, compreendendo o direito a um recurso efetivo e a um processo equitativo, em que cada uma das partes tenha possibilidades razoáveis de defender os seus interesses numa posição não inferior à parte contrária, com contraditório e em igualdade de armas.

Sucedem, porém, que também aqui um direito humano surge coartado aos atletas, no sentido em que as organizações desportivas, designadamente as federações desportivas internacionais, tendem a proibir aos seus membros – atletas, treinadores, dirigentes, clubes, etc. –, totalmente ou apenas admitindo pequenas exceções, o recurso aos «tribunais comuns», sancionando muitas vezes o infrator de forma gravosa, com sanções disciplinares que podem mesmo traduzir-se numa despromoção/desqualificação/descida de divisão.

¹¹ Cf. artigo 8.º

¹² Cf. artigo 10.º

¹³ Cf., ainda, artigo 14.º do PIDCP; artigo 47.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE; artigos 7.º e 16.º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; artigo XVIII da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

As federações desportivas internacionais e, por força da cascada e hierarquização normativas já acima enquadradas, as federações nacionais consagram essas proibições e sanções nos seus estatutos e regulamentos, ao mesmo tempo que consagram em exclusivo os mecanismos de «justiça desportiva» no seio das instâncias jurisdicionais federativas (conselhos de disciplina, conselhos de justiça ou de apelo, conselhos de ética e outros com outras denominações) e na via arbitral (comissões e tribunais arbitrais). Torna-se, portanto, em regra, obrigatório, necessário, dirimir os litígios num círculo jurisdicional/arbitral, ficando vedado o acesso à justiça pública, estadual. Por conseguinte, estando o atleta obrigado a cumprir com tais estatutos e regulamentos, está, conseqüente e automaticamente, a renunciar aos tribunais comuns... a um direito humano.

Sobre esta questão, recentemente, no famoso caso *Mutu/Pechstein*¹⁴, o TEDH, analisando uma cláusula compromissória para o Tribunal Arbitral do Desporto, de Lausanne (CAS/TAS), prevista num regulamento de uma federação desportiva internacional, *in casu* a ISU, considerou que, apesar de essa cláusula não ter sido imposta por lei mas sim por regulamento da ISU, deve entender-se a aceitação da jurisdição do CAS por parte da reclamante como uma «arbitragem forçada», na aceção da jurisprudência do TEDH. Contudo, o CAS considerou haver justificação válida para tal: o interesse em permitir que os conflitos no desporto profissional, em particular com dimensão internacional, se submetam a uma jurisdição especializada e uniforme, como o CAS, que funciona como um tribunal internacional único e que resolve de forma rápida e económica os litígios direta e indiretamente relacionados com o desporto. Mais argumentou o CAS que o Tribunal Federal Suíço pode anular os acórdãos do CAS no caso de não serem respeitadas as garantias processuais básicas, o que assegura o respeito pelo artigo 6.º da CEDH. Diga-se, em complemento, que neste aresto o TEDH também considerou o sistema do CAS suficientemente independente e imparcial, nomeadamente no respeitante aos procedimentos para seleção e nomeação de árbitros, assim como, desta feita em linha com o sustentado pela requerente, que o denegar-se uma audiência pública em casos «*menos graves*» pode não ser incompatível com o n.º 1 do

¹⁴ Caso *Mutu e Pechstein c. Suíça*, Queixas n.ºs 40575/10 e 674/10, acórdão de 2 de outubro de 2018 (definitivo a 4 de fevereiro de 2019).

Porque se limitam os protestos dos atletas em nome de causas políticas, religiosas, raciais ou outras?

artigo 6.º da CEDH, mas já será incompatível nos casos de natureza civil, em que é fundamental, é importante, o carácter público das audiências¹⁵.

Em suma, uma vez mais as especificidades e necessidades do desporto e suas organizações fazem com que o atleta tenha de ceder... qual elo mais fraco. Ainda assim, há que relevar aquilo que o TEDH, tal como por exemplo nos casos de dopagem, decidiu, no sentido de considerar as medidas válidas, por proporcionais, e também sublinhar que se as organizações desportivas restringem os direitos não quer significar necessariamente que o façam com intenção de atingir os atletas. Note-se, por exemplo, precisamente em defesa das organizações desportivas que querem garantir um processo justo e equitativo, o caso da Agência Mundial Antidopagem, que plasma no artigo 8.1. do Código Mundial Antidopagem, sob a epígrafe «Audição justa», o seguinte: «Para qualquer pessoa que tenha sido condenada por ter cometido uma violação de uma norma antidopagem, cada Organização Antidopagem com responsabilidade pela gestão de resultados deverá assegurar, no mínimo, uma audição justa, num prazo razoável e por um painel de audição justo e imparcial.» E se dúvidas houvesse, nos Comentários ao artigo, lê-se o seguinte: «Estes princípios encontram-se igualmente refletidos no artigo 6.1. da Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais e são princípios geralmente aceites no Direito Internacional.»

A restrição da liberdade de expressão e opinião dos atletas

A lógica subjacente às restrições aos dois direitos humanos acima identificados ajuda, a nosso ver, a responder à questão que constituiu o ponto de partida do presente escrito, e que nos remete para um outro direito humano: a liberdade de expressão e opinião.

Segundo o artigo 19.º da DUDH, «[t]odo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão»¹⁶. Por sua

¹⁵ Cf. Patricia GALÁN e Juan PRIETO HUANG, «Sobre la sentencia del TEDH en los casos Mutu y Penchestein», <https://iusport.com/art/72199/sobre-la-sentencia-del-tedh-en-los-casos-mutu-y-penchestein>

¹⁶ Cf., também, artigo 19.º do PIDCP; artigo 11.º da Carta dos Direitos Fundamentais da UE; artigo 9.º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos; artigo IV da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

vez, a CEDH, no artigo 10.º, n.º 1, prevê que «[...] [e]ste direito compreende a liberdade de opinião e a liberdade de receber ou de transmitir informações ou ideias sem que possa haver ingerência de quaisquer autoridades públicas e sem considerações de fronteiras», assim como, no n.º 2, prescreve que «[o] exercício destas liberdades, porquanto implica deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas pela lei, que constituam providências necessárias, numa sociedade democrática, para a segurança nacional, a integridade territorial ou a segurança pública, a defesa da ordem e a prevenção do crime, a proteção da saúde ou da moral, a proteção da honra ou dos direitos de outrem, para impedir a divulgação de informações confidenciais, ou para garantir a autoridade e a imparcialidade do poder judicial».

Este enquadramento normativo torna consensual afirmar que quando há censura, designadamente num país sede de um determinado evento desportivo, os *media* tornam-se um instrumento de propaganda, alheios totalmente à ideia de promoção dos direitos humanos no desporto¹⁷. O mesmo se diga, naturalmente, de situações de ameaças, de intimidação ou de prisão de jornalistas estrangeiros, que acreditados para cobrir esse evento, procuram veicular informações que tais países não querem que cheguem ao domínio público mundial. Ora é precisamente por força do referido enquadramento que, legal e/ou contratualmente, se procura assegurar que quando um organizador de uma competição desportiva contratualiza com um operador televisivo uma transmissão em exclusivo das provas dessa competição, tal exclusivo respeite o direito dos jornalistas de informar o público (aqui também entrando a liberdade de imprensa e o direito à informação), o que se consegue em regra com o sublicenciamento dos direitos a preço de mercado e/ou com a possibilidade de difusão de extratos/pequenos resumos do evento.

Já menos evidente é, todavia, a conciliação entre, por um lado, a liberdade de expressão e opinião e, por outro, algumas das especificidades do fenómeno desportivo. Vejamos alguns exemplos.

Desde logo, como acima assinalado, alguns regulamentos internos de clubes proíbem os jogadores de conceder entrevistas, de falar publicamente. Ora

¹⁷ Cf. *Final report of the Human Rights Council Advisory Committee on the possibilities of using sport and the Olympic ideal to promote human rights for all and to strengthen universal respect for them*, 17 agosto de 2015, § 46.

Porque se limitam os protestos dos atletas em nome de causas políticas, religiosas, raciais ou outras?

tal controlo da liberdade de expressão do praticante desportivo parece traduzir-se numa «obrigação exorbitante de lealdade para com o clube» (Faucher 2015, 197), mas simultaneamente pode, já em defesa do empregador, também ser sustentado como algo absolutamente necessário para a salvaguarda da imagem do clube, para a estabilidade do grupo, para a preservação de determinados segredos da equipa.

Por outro lado, é também difícil conciliar a liberdade de expressão com a ética desportiva, havendo, aliás, já relevantes decisões judiciais que fornecem pistas a esse respeito. O TEDH já decidiu que a dopagem no «desporto profissional», nomeadamente no ciclismo, envolve um debate de interesse público muito importante, pelo que artigos/reportagens em jornais e revistas sobre o tema respondem a uma procura crescente e legítima do público de dispor de informações sobre práticas de dopagem no desporto, em particular no ciclismo¹⁸. Assim, tal pode implicar que autoridades judiciárias investiguem instalações/sedes de publicações de jornais e revistas – no caso concreto a redação das publicações francesas *L'Équipe* e *Le Point* – mesmo que isso possa pôr em causa as liberdades dos jornalistas. Na mesma linha, o CAS já teve oportunidade de decidir que «[o] facto de expor à luz do dia práticas ilegais ligadas a manifestações desportivas importantes, tais como a corrupção, a dopagem ou os jogos manipulados – releva do interesse público. A este respeito, e tendo em conta a jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, não é evidente considerar que a conduta dos jornalistas – mesmo que maliciosa – seja ilegal»¹⁹. Há, portanto, uma noção importante a reter – o interesse (do) público, associado à proteção da ética desportiva, permite justificar atos que de outra forma seriam uma violação da liberdade de expressão, de opinião.

Percebe-se, por estes exemplos, que não são só os atletas que têm de ceder perante valores tidos por superiores, designadamente a ética desportiva. Mas, até para a economia do presente artigo, a verdade é que, efetivamente, são eles, os atletas, quem mais se defrontam com barreiras, em face de, a montante, no modelo piramidal em que se inserem, terem aderido a uma cascata de normas.

¹⁸ Cf. Acórdão *Ressiot e outros c. França*, 28 de junho de 2012, Processos n.ºs 15054/07 e 15066/07.

¹⁹ Cf. TAS 2011/A/2433 *Amadou Diakite c. FIFA*, acórdão de 8 de março de 2012, Sumário, ponto 3, tradução livre.

Desde logo, as organizações desportivas adotam regras que limitam que um atleta assumira posições de natureza política, religiosa, racial ou outra²⁰, sendo a Regra 50 da Carta Olímpica o caso mais evidente. Segundo esta regra, «[n]ão é permitido qualquer tipo de manifestação ou propaganda política, religiosa ou racial em qualquer local, instalação ou outro lugar das infraestruturas Olímpicas»²¹. Ora, ainda que o COI, ao tempo da presidência de Jacques Rogge, tenha emitido um comunicado titulado «Liberdade de expressão: um direito humano básico»²², verdade também é que, do mesmo passo, foi igualmente assinalado por aquela entidade que existindo mais de duzentos países e territórios representados nos Jogos Olímpicos, muitos deles em conflito, não deve o evento ser o local para os atletas desses países tomarem qualquer posição política ou religiosa. Apelando ao «senso comum» na aplicação da referida regra, o COI mais invocou estar também a proteger os atletas do direito a não emitir opinião, um direito que também lhes assiste.

Para a prossecução do seu fito, nomeadamente de afastar a política dos Jogos Olímpicos, o COI inscreve na Carta Olímpica o entendimento de que o desporto deve ser neutro, quer no Princípio Fundamental n.º 5, em que se reconhece que o desporto que ocorre na sociedade e nas organizações desportivas, no seio do Movimento Olímpico, «deve aplicar neutralidade política», quer na Regra 2, n.º 5, na qual consta como missão do COI «manter e promover a neutralidade política» do Movimento Olímpico.

Por outro lado, o COI procura que «para dentro», no contexto do evento desportivo, não haja motivos para que os atletas possam sofrer discriminações, assegurando no Princípio Fundamental n.º 6 que o gozo de todos os direitos e liberdades consignados na Carta Olímpica não ocorrerá com qualquer tipo de discriminação, designadamente de natureza política ou religiosa. Em todo o caso, há, pelo menos, que questionar a solução desta Regra 50, como paradigma de muitas outras, em face da liberdade de expressão e opinião dos atletas.

²⁰ À inversa, por falta de norma, não se condenou o futebolista americano Colin Kaepernick, que em 2016 permaneceu sentado durante o hino dos Estados Unidos da América, tendo justificado que não se levantaria porque o seu país oprime pessoas negras, de cor. Não houve sanção, designadamente no plano laboral, pelo facto de a matéria estar omissa no Contrato Coletivo de Trabalho e no NFL Rulebook. Cf. Johan Lindholm, «From Carlos to Kaepernick and beyond: athletes' right to freedom of expression», <https://link.springer.com/article/10.1007/s40318-017-0117-4>

²¹ Tradução livre.

²² Cf. <https://www.olympic.org/news/-freedom-of-expression-is-a-basic-human-right> (acedido a 1 de março de 2021).

Porque se limitam os protestos dos atletas em nome de causas políticas, religiosas, raciais ou outras?

É nosso entendimento que expressar uma opinião não se confunde com propaganda ou com manifestações. Secundamos a ideia do COI de que um evento desportivo não deve servir para que atletas façam uma campanha, uma apologia, de um determinado regime político, pela positiva ou pela crítica de um outro, o mesmo valendo para uma determinada religião. Um evento desportivo, uma infraestrutura desportiva não é o local próprio para o efeito.

Não ignoramos que o COI já deixou claro que os atletas se podem exprimir sem restrições nas conferências de imprensa e nas diferentes plataformas de *media*, uma vez que já se está fora das infraestruturas Olímpicas²³, isto é, já não se está na «arena desportiva», competitiva.

De igual modo, percebemos o argumento de que é preciso adotar medidas, entre as quais regras, para travar os atletas que querem «trazer a política para o estádio» (Giulianotti 2006, 68). Diremos que qualquer que seja a natureza do protesto – político, religioso, bélico ou de outra natureza –, se a *ratio* das normas for a especificidade desportiva e a necessidade de manter os eventos desportivos nessa estrita dimensão, a desportiva²⁴, há uma lógica que se entende. Diferentemente seria se o argumento fosse outro, nomeadamente evitar ameaças à ordem pública, porquanto os protestos dos atletas estão longe de causar qualquer efeito dessa natureza.

Também somos sensíveis às preocupações materiais e comerciais do COI, e *mutatis mutandis*, dos organizadores dos demais (mega)eventos desportivos, que se fundam em medidas de combate ao *ambush marketing* (marketing parasita ou de emboscada): em vista de se proteger o valor comercial dos eventos, restringe-se a liberdade de expressão das empresas que não são parceiros comerciais dos Jogos Olímpicos ou mesmo de atletas que participem nesse evento, exigindo-se a estes que removam, por cirurgia, ou que pelo menos tapem as tatuagens que contenham os anéis olímpicos²⁵. O COI pode

²³ Cf. «Rule 50 Guidelines Developed by the IOC Athletes' Commission», disponível em <https://stillmedab.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/News/2020/01/Rule-50-Guidelines-Tokyo-2020.pdf> (consultada a 8 de março de 2021).

²⁴ Cf. José LUIS PÉREZ TRIVINO, «Freedom of expression and political opinions in sport stadiums», disponível em https://www.researchgate.net/publication/330746094_Freedom_of_Expression_and_Political_Opinions_in_Sport_Stadiums_Proceedings_of_the_2016_Meeting_of_the_International_Association_for_the_Philosophy_of_Sport_at_the_International_Olympic_Academy

²⁵ Cf. Ian BLACKSHAW, *Sport and International Human Rights Law*, 45th Annual Study Session, Strasbourg, 7-25 July 2014, documento cedido pelo autor.

aqui invocar ainda que os anéis olímpicos integram a noção de «Propriedade Olímpica», que é um exclusivo do COI, nos termos da Regra 8 e seguintes da Carta Olímpica, sendo certo que o TEDH já vincou que o artigo 1.º do Protocolo n.º 1 à CEDH, incidente sobre a proteção da propriedade, também se aplica à propriedade intelectual enquanto tal²⁶, desde logo porque tal protocolo não distingue em função da natureza corpórea ou não corpórea do bem. Consequentemente, em benefício do COI, parece ser de entender que os símbolos olímpicos sejam suscetíveis de ser subsumidos ao conceito de bens na aceção da CEDH, com a inerente proteção (Terrier 2013).

Mas sem prejuízo do que acabámos de reconhecer, a verdade é que ainda se priva os atletas de exprimirem livremente as suas convicções políticas, religiosas ou outras nos momentos capitais, em que o mundo tem os olhos focados nos atletas: quando estes estão a competir, acabam de competir ou estão no pódio. Aqui, uma vez mais, têm de ceder. E, por exemplo, no que tange aos casos acima já afluídos, em que as organizações desportivas adotam normas que proíbem ou restringem a comunicação, por parte dos agentes desportivos, em particular os atletas, através da *internet*/das redes sociais, sendo o COI um exemplo clássico²⁷, autores há, como Catherine Fruteau (2015, 60), que assinalam o seguinte paradoxo: embora o Movimento Olímpico se mostre sempre garante dos direitos fundamentais, pode, por vezes, trair o pensamento de Pierre de Coubertin e negligenciar a proteção dos direitos fundamentais em nome de interesses materiais. E assim, acrescentamos, o atleta, acaba por ser o «elo mais fraco».

Conclusão

Aqui chegados, e procurando responder à pergunta que constituiu o mote para o presente artigo, cremos resultar claro que o contexto muitas vezes restritivo, proibitivo, limitativo, de controlo, que é imposto aos atletas, no plano, por exemplo, das restrições que enfrentam à reserva da sua vida privada ou

²⁶ Cf. acórdão de 11 de janeiro de 2007, *Anheuser-Busch Inc c. Portugal*, Processo n.º 73049/01.

²⁷ Cf., *inter alia*, *IOC Social Media, Blogging, and Internet Guidelines for participants and other accredited persons at the London 2012 Olympic Games* e *IOC Social and Digital Media Guidelines for persons accredited to the XXIII Olympic Winter Games PyeongChang 2018*.

Porque se limitam os protestos dos atletas em nome de causas políticas, religiosas, raciais ou outras?

no acesso aos tribunais comuns para defesa dos seus direitos, é o mesmo contexto que fundamenta a limitação de protestos por parte dos atletas em nome de causas políticas, religiosas, raciais, bélicas ou outras.

Mas esse contexto é inevitável na governança do desporto tal como o conhecemos. E não é de hoje. Já no tempo dos Jogos Olímpicos da Antiguidade, com a figura do Juramento, que Pierre de Coubertin recuperou para os Jogos Olímpicos da Era Moderna, o modelo europeu do desporto está estruturado de uma forma em que o atleta, na base da pirâmide, ao aderir a um clube está a aderir a um vasto e complexo grupo de normas não só do clube, mas também de todos os entes que estão acima deste até ao topo da pirâmide.

Como aqui vimos, fundamentalmente em nome da «especificidade do desporto», por um lado, e da vital luta pela ética desportiva, por outro, várias vezes, de forma objetivamente justificada, é necessário restringir direitos humanos e, conforme o TEDH já decidiu em vários casos, desde que respeitado o princípio da proporcionalidade, as regras adotadas pelas organizações desportivas que restrinjam direitos humanos aos atletas devem ser consideradas válidas. Há ainda o bem jurídico «saúde pública» que justifica restrições e mesmo preocupações materiais/comerciais dos organizadores do evento ou a vontade deste de garantir a neutralidade política e religiosa do evento, podem justificar também restrições a direitos humanos dos atletas.

Todavia, somos da opinião de que é necessário não esquecer, como bem proclama a World Players Association, que «[o]s atletas são primeiro pessoas e depois atletas [...] conseqüentemente, os atletas estão na interseção entre o desporto e os direitos humanos»²⁸. E nessa interseção, a ponderação entre os diferentes valores em presença deve ser muito cuidada, muito bem ponderada. Como bem refere J.-P. Marguénaud, na mesma linha, «[a]s organizações desportivas, sustentadas na LexSportiva não podem ceder na tentativa de funcionar em circuito fechado, escapando à influência dos direitos humanos, como se um praticante desportivo, ao sê-lo, deixasse por isso de ser, antes, um homem» (Marguénaud 2013, 149). Do outro lado da balança, não podemos esquecer que, efetivamente, o desporto é específico e carece de uma aplicação modulada das regras, que não podem ser aplicadas indistintamente, de forma cega, como se de um sector igual a todos os outros se tratasse.

²⁸ Introdução da *World Player Rights Policy*, tradução livre.

Bibliografia

- Faucher, Baptiste. 2015. *La santé du sportif professionnel salarié*. Aix-Marseille: Presses Universitaires d'Aix-Marseille.
- Frumer, Philippe. 2016. «La vie privée des sportifs professionnels sous la surveillance. Le Code Mondial Antidopage à l'épreuve de la Convention Européenne des Droits de L'Homme». In *Le nouveau code mondial antidopage : Évolution et perspectives*, dir. Cécile Chaussard e Thierry Chiron. Paris: Lexis Nexis.
- Fruteau, Catherine. 2015. «Les droits fondamentaux au sein du Mouvement Olympique». In *Droit & Olympisme : Contribution à l'étude juridique d'un phénomène transnational*, dir. Mathieu Maisonneuve. Aix-Marseille: Presses Universitaires d'Aix-Marseille.
- Gardes, Delphine e Miniato, Lionel. 2016. «Le sportif professionnel exerce-t-il un "travail décent" ?». In *Éthique en matière sportive*, dir. Delphine Gardes e Lionel Miniato. Presses de l'Université Toulouse 1 Capitole, 41-49.
- Giulianotti, Richard. 2006. «Human Rights, Globalization and Sentimental Education: The Case of Sport». In *Sport, Civil Liberties and Human Rights*, ed. Richard Giulianotti e David Mccardle. Nova Iorque: Routledge.
- Machado, Jónatas E. M. 2015. *Direitos Humanos e Ética no Desporto*. Coimbra: Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Coimbra.
- Marguénaud, Jean-Pierre. 2013. «Droits de l'Homme». *Dictionnaire Juridique du Sport*. Paris: Dalloz.
- Mbaye, Kéba. 1999. «Droits de l'Homme et Olympisme». *Karel Vasak Amicorum Liber – Les Droits de l'Homme à l'aube du XXIe Siècle*. Bruxelles: Bruylant.
- Pendlebury, Adam e McGarry, John. 2009. «Location, Location, Location: the whereabouts rule and the right to privacy». *The Cambrian Law Review*, 40.
- Petrtsch, George. 2009. «WADA's whereabouts system – Athlete's price to pay? An abstract of the latest developments». *Pandektis – International Sports Law Review*, 8, n.ºs 1-2.
- Raschel, Evan. 2013. «Le dopage face à la Convention européenne de sauvegarde des droits de l'Homme». *Cahiers de Droit du Sport*, 31: 80-84.
- Térol Gomez, Ramón. 2010. «El derecho al descanso nocturno del deportista como límite a la potestad de las autoridades competentes para la realización de controles de dopaje en España». In *Dopaje, Intimidación y Datos Personales: Especial referencia a los aspectos penales y político-criminales*, coord. Natalia Sánchez-Moraleda Vilches e Antonio Doval País. Madrid: Iustel, 141-164.
- Terrier, Emilie. 2013. «La protection nationale des signes olympiques confrontée à la liberté d'expression». *Cahiers de Droit du Sport*, 31: 138-143.
- Vassine, Tatiana. 2019. «La Lex Sportiva en sursis : le droit sportif peut-il être autonome?». *Revue internationale et stratégique*, 114: 87-94.

Capítulo IV

Desporto, uma prática da alteridade

As *affordances* do desporto como via para a alteridade

Duarte Araújo

Centro Interdisciplinar de Estudo da Performance Humana (FMH-UL)

O desporto é um fenómeno sociocultural

Entender o desporto como uma prática de alteridade é enfatizar que o desporto é um fenómeno sociocultural. Ou mais explicitamente, o desporto é uma manifestação da relação entre pessoas, da relação com o outro¹.

Considerar o outro, ou seja, exercer alteridade, tende a ser visto como sinónimo de empatia. A um nível social, alteridade é também o considerar outras culturas e etnias. Neste sentido social, Lévinas (2001) refere que o preconceito é uma manifestação indesejada de alteridade. Para que a alteridade não seja manifestada desta forma é necessário sensibilizar, segundo Lévinas, para que se percecionem cada pessoa como um ser singular, com a sua identidade e individualidade. Desta forma, ao considerar-se que para além do próprio existe o outro, promove-se a liberdade de cada um ser como é, num mundo heterogéneo, plural e necessariamente cooperativo. A cooperação e a socialização surgem a partir do momento em que se perceciona a individualidade do outro.

O desporto é um fenómeno sociocultural em que toda a sua manifestação e definição parte da cultura e organização social (p. ex., Naymenko 2018, Westerbeek e Smith 2003). A sua definição surge da convenção, socialmente

¹ Agradeço os comentários, sugestões e reflexões oferecidas por João Carvalho e Paulo Caldeira a versões prévias deste texto.

aceite, de que há um conjunto de regras que caracterizam como o desporto é praticado, as quais explicitamente o regulamentam, e situam o âmbito do *fair play* na competição com os outros atletas (Araújo 2021). O desporto é altamente organizado em estruturas sociais fixas, designadas organizações desportivas, muitas vezes assentes num sistema de infraestruturas. Ao nível da sua expressão, o desporto recorre a equipamento e instalações, cada vez mais sofisticadas tecnológica e civilizacionalmente. Para o desporto é importante a incerteza de quem entre os competidores irá vencer. A possibilidade de vitória é um ponto de partida importante acordado pelos competidores, sendo também fundamental para quem assiste a cada evento. Portanto o desporto é definido pela existência simultânea de competição e de cooperação social. O desporto não existe como manifestação estritamente individual, não existe sem o outro, mesmo quando é praticado individualmente. Consequentemente, o desporto, ao fazer parte da cultura, realiza as suas funções básicas de teor humanístico, sendo uma plataforma com vários objetivos sociais, desenvolvidos através do seu conteúdo específico. Ao poder ser praticado por todos, o desporto atrai os praticantes, transforma-os e dá-lhes um sentido social.

A realização da função humanística do desporto expressa o funcionamento social, com as suas tendências contraditórias e pluralidade de valores (Araújo 2021). Mesmo quando o desporto é um instrumento ao serviço dos interesses socioeconómicos da sociedade moderna neoliberal, promovendo a vitória a todo o custo e contradizendo os ideais do Olimpismo preconizados por Coubertin, está a expressar a sua natureza sociocultural. Defendo uma orientação para o desporto que promova o respeito pelo outro e pelo desporto, qualquer que seja o momento e nível de prática e de competição, envolvendo todos os que participem. Desta forma, as melhorias pessoais e os sucessos desportivos são vistos como evidência para uma forma de vida ética que promove possibilidades para se dar o melhor de si e para se comunicar intercultural, intergeracional e intereticamente. Entender a vitória como um momento em que o empenho em dar o melhor de si teve esse resultado, possibilitado pelo desafio promovido pelos adversários, é também entender o desporto como um processo social para comunicar entre culturas, respeitando a sua diferença, a compreensão mútua, e reconhecendo que a competição só tem lugar quando primeiro se coopera. Mas o ponto que quero vincar é que qualquer que seja a direção social que se dá à prática desportiva, o desporto revela-se como fenómeno sociocultural, portanto, implicando sempre o outro.

Em suma, o desporto é realizado com o outro, pelo outro e para o outro. Sempre que numa competição o atleta está a dar o melhor de si, a superar as suas dificuldades, a expressar as suas capacidades, está a transmitir o que de mais importante o desporto pode dar à sociedade: como cada um se pode tornar melhor contribuindo para os outros se tornarem melhores, e consequentemente tornar a sociedade melhor. Esta dádiva é o que de mais precioso o desporto pode dar à sociedade. Dar o melhor de si é o que faz a sociedade apreciar e aprender com os eventos desportivos, algo que está muito para além dos resultados de vitória ou derrota. O desporto é uma via para a dádiva. Mas será que é assim que o desporto é entendido?

O que se entende por desporto inclui necessariamente o outro

O conceito de desporto não é uniforme e tem variado na sua definição na Era Moderna. O entendimento de autores como Coubertin (1913, 1922), Cagigal (1959), Caillois (1967), Jeu (1972), Guttman (1978), Hernández Moreno (1994), Parlebas (1998) ou Suits (2007) apresenta muitas diferenças. Todavia, há um aspeto fundacional comum: o desporto é uma via para o desenvolvimento humano. Estes autores consideram que o desporto se define por ser uma atividade que inclui brincar/jogar, organização, competição, perícia, fisicalidade (participação motora), impacto social à escala global e institucionalização e regulação pública. Estes conceitos estão centrados nas preocupações do século xx (Araújo 2020).

Porém, o século xxi trouxe alterações socioculturais resultantes dos desenvolvimentos tecnológicos, como sejam o acesso generalizado aos computadores, aos videojogos e a todo o ambiente virtual. As definições de desporto do século xx não poderiam atender a este impacto tecnológico e à importância que o conceito de ambiente tem no desporto. Importa, portanto, discutir em profundidade o que é o ambiente ou contexto de competição desportiva e que tipo de interação este contexto acarreta.

O contexto da prática desportiva

O atleta quando compete numa prova forma um sistema adaptativo complexo, em que atleta e ambiente não podem funcionar independentemente

um do outro. O atleta compete apenas no contexto de competição, e o ambiente da competição só o é quando os atletas aí competem. Neste sentido, entender o atleta em competição implica que se considere o sistema dinâmico atleta-ambiente como unidade básica de análise.

O que define o sistema atleta-ambiente não é fixo, pois muda à medida que o foco da ação do atleta muda. As pessoas agem intencionalmente para realizar uma dada tarefa ou atividade. O atleta está no contexto da competição durante o aquecimento para prova, quando a prova começa e no final, quando cumprimenta o adversário ou agradece ao público. Portanto as ações são emergentes e contingentes com o evoluir da situação. É importante destacar que a ação e o desempenho não são o resultado da vontade ou da intenção do atleta (todos os atletas têm a vontade ou a intenção de que a sua ação lhes permita superar o adversário), nem tampouco é uma imposição do ambiente (as condições da competição pretendem-se justas, ou seja, iguais para todos). A ação *emerge* da interação da pessoa e a ecologia da atividade, neste caso, as condições da competição. Para cada participante o ambiente da competição inclui o adversário.

Em vez da dicotomia atleta-ambiente, a abordagem ecológica dinâmica aqui descrita entende a atividade humana como inseparável do contexto em que o atleta age (Araújo, Keith, e Renshaw 2020). Esta perspetiva translacional tem diversas consequências. A nível teórico, o ambiente deixa de ser o «pano de fundo» onde o atleta deposita a sua ação, para ser entendido como corresponsável pela ação. Portanto, ambientes diferentes proporcionam diferentes comportamentos (como jogar em casa ou fora), independentemente dos atletas que nele atuam. Naturalmente que cada atleta terá sempre um comportamento único e irrepetível, mas, por exemplo, uma piscina proporciona comportamentos muito diferentes daqueles possibilitados por um campo de ténis. Este entendimento do ambiente em termos do que possibilita aos praticantes é captado pelo conceito de *affordance* (Gibson 1979).

Affordances são possibilidades de ação oferecidas pelo ambiente. Esta ideia aparentemente simples é revolucionária. O cientista James Gibson criou este termo para suprir a necessidade teórica de se entender como se interage com o mundo em termos do que se pode fazer nesse ambiente, em vez das conceções de um mundo neutro definido de modo independente do indivíduo, tal como em termos de cor e espaço. O chão é caminhável, o banco é sentável, a piscina é nadável, a bola é agarrável, sendo que estes mesmos

objetos (ou superfícies) podem possibilitar outras ações, outras *affordances*, como arremessar a bola, ou subir para o banco para chegar ao topo do armário.

Respondemos a umas *affordances* e não a outras, dependendo das nossas competências, habilidades e características. Para um tenista profissional, aquela bola (cuja percepção inclui o posicionamento do adversário) pede um batimento cruzado que desloque e desenquadre o adversário. Mas para quem se inicia no ténis, a bola é apenas alcançável (ou não!). Portanto, esta noção do sistema atleta-ambiente traz consequências diversas, assim, treinar e aprender é equivalente a descobrir novas formas de atuar na ecologia, novas formas de jogar ou de competir, em vez de ser sinónimo de memorizar jogadas ou gestos predefinidos.

O modo como se atua numa dada *affordance* depende também do contexto social. A título de exemplo, a cara desalentada de um colega de equipa pode convidar a uma palavra de consolo, e uma mão estendida no final do jogo convida a um aperto de mão em reconhecimento do desafio oferecido pelo adversário. As *affordances* sociais podem convidar a interações interpessoais que ao longo do tempo, se participadas por um suficiente número de pessoas, podem resultar na mudança de padrões de comportamento, ou mesmo na mudança de práticas socioculturais.

Gibson procurou identificar a relação entre padrões ambientais de energia (energia luminosa, sonora, etc.) – ou seja, a informação disponível para o sistema perceptivo – e as propriedades ambientais responsáveis por esses padrões. A bola de ténis reflete luz em certas condições ambientais que informam sobre a sua alcançabilidade em relação ao jogador, contrastando-se do fundo pelas suas características em movimento. Portanto, a bola em movimento fornece informação a quem a percebe em relação a si, mostrando se é alcançável ou não, num dado momento. A noção de alcançabilidade da bola é percebida por «todo o indivíduo», relacionando o seu movimento dos olhos com o da cabeça, com todo o sistema de locomoção e sistema metabólico em relação a essa atividade de alcançar a bola, não é uma interpretação mental a partir da estimulação sentida pelas células do olho. Os ajustamentos dos olhos, da cabeça e do corpo são tão importantes para a percepção da *affordance* de alcançabilidade da bola, como a fóvea, o nervo óptico e o cérebro. As *affordances* como forma de descrever o ambiente não são derivadas da física (p. ex., massa, comprimento, tempo), mas são um entendimento funcional,

significativo, valorativo, incorporado e contextual, relevante para entender o comportamento humano de modo não dualista. Portanto, as *affordances* permitem entender o ambiente em termos comportamentais. Percecionar *affordances* permite entender o processo de detetar informação sobre o ambiente e também o modo como as capacidades para a ação (*skills*) tornam os praticantes afinados (i.e., ajustados, sensibilizados) para umas *affordances* e não para outras. Reciprocamente, a ação facilita a percepção de umas *affordances* e não de outras. Portanto, percepção e ação são inseparáveis quando se pretende compreender o comportamento. Percecionar *affordances* é um processo dinâmico e não um ajuizamento ou interpretação mental realizada discretamente em relação a um referencial fixo (p. ex., um esquema motor ou uma representação mental de um objeto).

Corporeidade diretamente expressa na competição com o outro

Na competição desportiva, os atletas interagem diretamente com um contexto físico e social, para dar o melhor de si. Atleta e contexto influenciam-se reciprocamente. Em termos sociais, a ação de um jogador provoca ações no seu adversário, que por sua vez desencadeiam novas ações no jogador, num processo cíclico contínuo. Em termos físicos, há aspetos físicos da ecologia que se modificam no decorrer da competição: o deslizar na relva durante um jogo de futebol modifica o modo como nas jogadas seguintes se pode deslizar no mesmo local. Estas características constitutivas do contexto desportivo foram pouco discutidas no século xx, no âmbito do desporto. Mas o século xxi trouxe o contexto digital, o qual tem consequências também para o desporto, como o exemplo dos *eSports* ou jogos eletrónicos (Constantino e Machado 2020).

Num ambiente virtual, a interação com o contexto é indireta ou transformada. Uma interação indireta define-se por haver um mediador que converte, sempre da mesma forma, um dado *input* num dado *output*. A transformação garante que o mesmo *input* seja sempre convertido no mesmo *output* (Araújo 2020). Neste contexto, a relva não se modifica, nem as ações próprias e do adversário acomodam de modo único as circunstâncias da competição, uma vez que estas ações são tipificadas: pressionar o botão D origina sempre a mesma ação (programada) no avatar. É nesta garantia de estabilidade que se baseiam os videojogos. Já no desporto, a percepção do estado de funcionamento e de prontidão do adversário é um aspeto fundamental da interação

social desportiva, sendo uma competência que se desenvolve ao longo do processo de socialização. Nos videojogos, o avatar tem sempre a expressão com que foi programado e não se intimida ou galvaniza com as expressões que o jogador faz para a sua consola ou para o ecrã. Estes aspetos enfatizam que o mundo virtual e o mundo em que tradicionalmente o desporto se pratica são mundos diferentes. Consequentemente, o modo de se «estar-no-mundo» do desporto é diferente do modo de se «estar-no-mundo» digital (Heidegger 1927/2010). Sendo ecologias diferentes, o modo como se «está nesse ambiente» é distinto. O ambiente digital é criado pelos programadores e só entendemos este ambiente digital porque também interagimos no nosso ambiente, porque há o nosso mundo como referência para o mundo simulado. Por outro lado, a ecologia física e social onde tradicionalmente decorre o desporto está para além do programado. A ecologia física e social tem sempre mais que aquilo que dela conhecemos. As habilidades do atleta expressam-se no seu ajustamento único ao contexto, no ajustamento a cada circunstância, pois o desporto implica interação direta – não mediada – com o contexto. O próprio atleta funciona de modo irrepetível, o seu estado manifesta-se de modo único, pois em cada novo dia ou novo evento a pessoa não é igual ao anterior. São, portanto, mundos diferentes, num há interação direta e no outro há interação transformada.

Esta ligação direta ao contexto, formando o sistema atleta-ambiente, assume que o corpo é ele próprio um agente de conhecimento, que a cognição é incorporada. Esta noção de corporeidade foi desenvolvida por Merleau-Ponty (1945), para quem a perceção que temos do mundo é baseada no «corpo que somos», o corpo da pessoa molda a sua perceção e, consequentemente, o seu mundo. A forma como o atleta experiencia a sua atividade só faz sentido se esta for situada na sua corporeidade. Para Merleau-Ponty, o que a pessoa aprende através da experiência não fica «representado» na mente, mas é-lhe «apresentado» no ambiente, à medida que vai estando perceptivamente afinado às *affordances* da situação. E se a situação não lhe solicitar uma resposta ou a resposta não levar a um resultado satisfatório, o atleta refina a sua perceção da situação, o que por sua vez solicita ações mais ajustadas. Este ciclo é designado por Merleau-Ponty como arco intencional. A pessoa não recebe um *input* passivamente e depois transforma-o num *output*. Em vez disso, a pessoa percebe as situações como possibilitadoras de determinadas ações. Merleau-Ponty foi uma importante influência filosófica para o cientista James

Gibson e o seu conceito de *affordances*. Em síntese, a ação é experienciada como um fluxo de atividade, que permite melhor perceber (agir para perceber) e, conseqüentemente, guiar a ação pela percepção da situação (perceber para agir). O corpo (que inclui a mente) do atleta é solicitado pela situação para se ajustar, e este ajustamento gera novas percepções, a nível do sistema atleta-ambiente. O ambiente circundante não pode ser compreendido como independente do nosso conhecimento corpóreo (Dreyfus e Taylor 2015). É neste sentido que interagir no mundo virtual não é o mesmo que interagir no mundo do desporto. Os *eSports* prescindem do outro. No mundo virtual o programa de computador substitui «o outro», isto é, muitas vezes, o outro é mesmo um programa. Portanto, o *eSport*, independentemente do seu benefício, não é desporto.

O desporto, enquanto atividade sociocultural, visa o desenvolvimento humano, com todas as dimensões que lhe são inerentes, incluindo a dádiva: dar o melhor de si na interação direta com a ecologia da competição desportiva. No «Prelúdio» do *Breve Tratado das Virtudes Desportivas* (2021), Tolentino Mendonça refere que «a dádiva e o jogo estabelecem um trânsito consciente entre estes verbos: dar, receber e devolver. Num caso como noutro, a energia que tudo move é a generosidade da entrega. O que doa e o que joga que fazem afinal? Aprendem a sair de si. Por isso, os atletas em campo não correm apenas como danados: correm como doados. E nessa doação tocam aquele quinhão de liberdade pura, de graça e de sentido sem o qual o ser humano não se qualificaria como ontologia e existência». Esta reflexão enfatiza magistralmente como o desporto é uma via para a dádiva. Manuel Sérgio, na sua crónica do jornal *A Bola* de 10 de novembro de 2021, vai ainda mais longe defendendo que não é apenas o desporto que implica o outro, mas toda a motricidade humana, a qual define como sendo «a energia para o movimento intencional e solidário da transcendência, ou superação». A inclusão do adjetivo «solidário» situa a motricidade humana no âmbito social.

A questão que surge então é como enfatizar uma direção humanística na prática de desporto, em vez de cair na *affordance* mercantilista da vitória a todo o custo. Em 2021, defendi que as «ações desenvolvem-se em ações», refinando-se em termos estéticos, éticos e técnicos. Isto acontece porque a educação desportiva é um processo de partilha social que enfatiza a oportunidade e a descoberta, mais que a transmissão de informação, mesmo que o ensino seja predominantemente centrado em fornecer instruções. E por isso

os valores são vividos, mais que passivamente rececionados (Reed 1996). Se os valores são vividos, então constituem-se como *affordances* ou oportunidades para a ação. Mas para se atuar sobre estas oportunidades são necessárias competências ou *skills*, as quais podem incorporar virtudes (Torres 2018). Sem as necessárias competências, o atleta não consegue perceber e atuar sobre oportunidades mais exigentes. Por isso as virtudes, que são um carácter particular das competências ou *skills*, fazem parte do treino e da educação desportiva para perceber *affordances* de alteridade.

Affordances* de alteridade no desporto desenvolvem-se a partir dos pares complementares valores-virtudes e *affordances-skills

As pessoas desenvolvem-se em contextos socioculturais onde os sistemas de valores são plurais e predominantemente incompatíveis. Nos diferentes contextos da vida de um atleta, os valores não coincidem necessariamente com aqueles vividos no contexto desportivo. A pluralidade de valores implica necessariamente conflito de valores (Araújo 2021). Se os valores competem entre si, escolher quais os valores sobre os quais atuar depende do contexto e de quais os valores a que nesse contexto se é educado a recorrer (Sánchez-García e Fele 2015).

Os valores, enquanto recursos, caracterizam-se por uma valoração que depende das circunstâncias. Os recursos usados pelo indivíduo são o que Gibson (1979) chamou de *affordances*. Uma *affordance* é uma possibilidade de ação oferecida pelo contexto, um recurso ou um valor que se pode utilizar. Os valores não são algo que o indivíduo possui, mas antes oportunidades oferecidas pelo contexto. As *affordances* são, nesta perspetiva, os valores para a ação ou os valores de uso de objetos, lugares e pessoas num dado grupo. Atuar sobre esses valores desenvolve ações que com o treino e educação se tornam cada vez mais competentes (*skilled*), ou seja, tornam-se virtudes. De realçar que podemos atuar ou não numa oportunidade (*affordance*) que nos é apresentada pelo ambiente. As características do ambiente influenciam os valores disponíveis. Isto é, os contextos podem cultivar valores diferentes e também a habilidade para utilizar tais valores – as virtudes. Dito de outro modo, o facto de se tornar disponível determinados valores, não quer dizer que todos

os utilizem do mesmo modo, que todos sejam igualmente virtuosos. A mesma *affordance* para um não-atleta não convida ao uso de um *skill* desportivo. Os mesmos valores, ou *affordances*, geram ações diferenciadas consoante as capacidades dos indivíduos. Nesta perspetiva ecológica, a possibilidade (*affordance*) oferecida pelo contexto existe, mesmo que só alguns atuem sobre essa possibilidade.

Importa que no dia a dia da prática desportiva, se um dado valor for de facto uma mais-valia, atuar sobre este valor deve ser a prática comum e não a exceção. Reduz-se a utilidade dessa *affordance* se houver situações ou pessoas para quem esse valor nem sempre «vale a pena» ser considerado. Isto tem consequências para o processo de educação pelo desporto. Não basta o treinador dizer ao atleta, e ele próprio não respeitar o outro, em vez disso, o treinador tem de proporcionar um ambiente de treino repleto de *affordances* de alteridade, isto é, onde a alteridade seja inerente aos exercícios, comportamentos e intervenções do treinador e tenha alto valor de uso para todos os participantes desse grupo, de modo que estes se tornem virtuosos em praticar desporto que se expressa pela alteridade.

Os valores duma prática desportiva são gerados num dado contexto sociocultural, numa dada «forma de vida» (como argumentava Wittgenstein 1953; ver Araújo 2021), à luz das prioridades e necessidades desse grupo. Os valores e as virtudes são desenvolvidos ao longo do tempo através da educação e do treino, nas atividades que constituem uma forma de vida, e nessas circunstâncias moldam o modo como os indivíduos de um grupo atuam. Seguindo o raciocínio de Wittgenstein, é impossível separar a prática sociocultural de uma comunidade da sua prática desportiva. A forma de vida que os indivíduos do grupo partilham inclui os valores pelos quais percecionam o mundo e as virtudes pelas quais atuam no mundo. É importante notar que mesmo que indivíduos de diferentes grupos possam ver o mundo de modo diferente, estas diferentes formas de viver o mundo não são inacessíveis aos diferentes grupos. Por isso, mudando de grupo pode-se mudar a forma de vida.

Esta noção de que mudar de grupo faz mudar o comportamento (neste caso de alteridade) é importante, pois indica que não é uma questão de fornecer instruções para mudar os comportamentos. Convencer membros de uma forma de vida do quanto essa visão é desadequada ou insustentável não é uma questão de argumentação racional, mas uma questão de persuasão.

Os indivíduos que constituem uma forma de vida e procuram ganhar a todo o custo não podem alterar esse modo de perceber e de agir simplesmente por se argumentar que não existe relação causal entre desrespeitar o outro (o adversário) e sucesso desportivo. Para Wittgenstein, alterar uma forma de vida não é uma questão de regulamentação, admoestação, penalização ou instrução, mas antes é uma questão de «persuasão». Admoestar um grupo de que o seu comportamento «não se rege por valores», isto é, que os valores do grupo não são os mesmos de quem admoesta, é, para Wittgenstein, ineficaz. O que é possível é compreender essa forma de vida e através da persuasão, do diálogo participativo, da vivência e da experiência mudar-se a práxis e, portanto, mudar de uma forma de vida para outra.

Para concluir, valorizar-se o respeito pelo outro, por si próprio e pelo desporto são *affordances* que devem fazer parte de cada exercício de treino e de cada competição (ver o exemplo do clube de futebol Sueco AIK, Araújo 2021), de modo que a prática e aprendizagem de *skills* individuais e coletivos seja também a de virtudes para atuar em tais valores.

Bibliografia

- Araújo, Duarte. 2020. «Pode o e-sport ser incluído no conceito de desporto?». Em *e-Sports. O desporto em mudança?*, José Manuel Constantino e Maria Machado (Eds.). Lisboa: Visão e Contextos.
- Araújo, Duarte. 2021. «Fair-play». Em *Breve Tratado das Virtudes Desportivas*, Alexandre Palma e João Eleutério (Coords.). Lisboa: UC Editora.
- Araújo, Duarte, Davids, Keith, e Renshaw, Ian. 2020. «Cognition, emotion and action in Sport. An ecological dynamics perspective». In *Handbook of Sport Psychology*, Gershon Tenenbaum e Robert Eklund (Eds.). Hoboken, NJ: Wiley, 535–555.
- Cagigal, José Maria. 1959. *Hombres y deporte*. Madrid: Taurus.
- Caillois, Roger. 1967. *Les jeux et les homes*. Paris: Gallimard.
- Constantino, José Manuel, e Machado, Maria (Eds.). 2020. *e-Sports. O desporto em mudança?*. Lisboa: Visão e Contextos.
- Coubertin, Pierre. 1913. *Essais de psychologie sportive*. Lausanne: Payot.
- Coubertin, Pierre. 1922. *Pédagogie sportive*. Paris: Crés.
- Dreyfus, Hubert, e Taylor, Charles. 2015. *Retrieving Realism*. Harvard: Harvard Univ Press.
- Gibson, James. 1979. *The ecological approach to visual perception*. Hillsdale, Nova Jérсия: LEA.
- Guttman, Allen. 1978. *From ritual to record: the nature of modern sport*. Nova Iorque: Columbia University Press.

- Heidegger, Martin. 2010. *On being and time* (1927, Trad. Joan Stambaugh). Nova Iorque: SUNY Press.
- Hernández Moreno, José. 1994. *Análisis de las estructuras de los juegos deportivos. Fundamentos del deporte*. Barcelona: INDE.
- Jeu, Bernard. 1972. «What is sport?». *Diogenes*, 20, n.º 80: 150-163.
- Lévinas, Emmanuel. 2001. *Alterity and Transcendence* (Transl. Michael Smith). Nova Iorque: Columbia University Press.
- Merleau-Ponty, Maurice. 1945. *Phénoménologie de la perception*. Paris: Éditions Gallimard.
- Naymenko, Yuri. 2018. «Sport as social phenomenon». *International Conference on Advanced Studies in Social Sciences and Humanities in the Post-Soviet Era*, 55, 02023.
- Parlebas, Pierre. 1998. *Jeux, sports et sociétés. Lexique de praxéologie motrice*. Paris: INSEP.
- Reed, Edward. 1996. *Encountering the world: Towards an ecological psychology*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Sánchez-García, Raul, e Fele, Giolo. 2015. «Normatividade en deporte: una reespecificación etno-metodológica». *Empiria*, 30: 13-31.
- Suits, Bernard. 2007. «The elements of sport». In *Ethics in sport*, William Morgan (Ed.). Champaign, IL: Human Kinetics, 9-19.
- Tolentino Mendonça, José. 2021. «Prelúdio». Em *Breve Tratado das Virtudes Desportivas*, Alexandre Palma e João Eleutério (Coords.). Lisboa: UC Editora, 7-8.
- Torres, César. 2018. «What counts as part of a game? Reconsidering skills». *Journal of Philosophy of Sport*, 45: 1-21.
- Westerbeek, Hans, e Smith, Aaron. 2003. «Bums on seats: The social phenomenon of sport». In *Sport Business in the Global Marketplace*. London: Palgrave Macmillan.
- Wittgenstein, Ludwig. 1953. *Philosophical Investigations* (Transl. G. E. M. Anscombe). Oxford: Blackwell.

Mais do que desporto: da intenção política à agência comunitária

Bruno Avelar Rosa

Qantara Sports | Faculdade de Ciência do Desporto e Educação Física
da Universidade de Coimbra

O conceito de alteridade que serviu de mote ao painel a partir do qual se desenvolveu este manuscrito observa e representa a interação com o outro como uma necessidade humana. Com efeito, é-se humano na exata medida da existência do outro e da convivência com este. Mas esta interação não deve ser entendida apenas no sentido estrito de uma relação dialética entre pares, mas, muito particularmente, pela importância de que se reveste essa mesma interação no processo de desenvolvimento dos indivíduos e das suas comunidades.

Eu e a minha circunstância

O Homem desenvolve-se na relação com os outros e é a partir destes que constrói (coconstrói) os significados inerentes à cultura onde se desenvolve. Este entendimento socioconstrutivista do processo de desenvolvimento – em cuja perspetiva, Lev Vygotsky é figura incontornável – remete-nos, em primeira instância, para a existência de dois processos que se inter-relacionam e evoluem concomitantemente: a «internalização», isto é, quando o indivíduo transforma os significados culturais (como a linguagem ou a moral) em significados próprios da sua identidade (tornando-se assim membro de uma comunidade), e a «intersubjetividade», entendida como o espaço de conhecimento de uma determinada realidade que é comum e partilhado pelos indivíduos que constituem e se diferenciam nessa mesma comunidade (e cujo espectro de conhecimento comum aumenta à medida que se aprofunda a riqueza e complexidade

dos recursos semióticos que constituem a interação entre estes sujeitos dessa comunidade com relação a outros de outras comunidades).

Assim, a alteridade é um conceito que sugere não apenas a dependência do outro enquanto elemento de afirmação humana. Com efeito, e fundamentando-nos nas abordagens mais sociais e ecológicas da psicologia, a alteridade não está despojada do contexto social, cultural, ambiental e até institucional onde a mesma se manifesta. Bem pelo contrário. Estes contextos, mais do que determinantes, são parte integrante deste processo de comunicação que é tão múltiplo quão múltiplas e diversas são as comunidades existentes.

Naturalmente, entre as diversas comunidades humanas, também o desporto se particulariza pelos seus significados e pela especificidade das suas práxis. Estes são continuamente «internalizados» pelos seus pares, em diferentes contextos, permitindo assim a manutenção e desenvolvimento do desporto enquanto comunidade e cultura específicos e intencionais.

Contudo, esta especificidade da comunidade desportiva, como de tantas outras, não é limitante (em forma ou natureza), já que, dada a sua dimensão e amplitude, a mesma se encontra dotada de diferentes escalas, umas mais práticas e próximas do praticante (p. ex., através do corpo em ação, em interação, em cooperação, em competição, em contração, em transcendência,...) e outras mais institucionais e próximas do poder técnico-político (p. ex., o posicionamento epistemológico, ideológico, político-estratégico, institucional,...). Porém, em todas estas escalas, ou independentemente destas, a alteridade é uma condição *sine qua non* para que a comunidade desportiva se desenvolva continuamente de acordo com os seus próprios preceitos e respetiva missão social (e dos indivíduos que a constituem).

Ortega y Gasset ensinou-nos que «[e]u sou eu e a minha circunstância, e se não a salvo a ela não me salvo a mim». O significado deste princípio partilhado pelo pensador espanhol (ou pelo menos um dos seus múltiplos significados) serve-nos de mote para a consideração – arriscada, por reverência ao autor – de que também o desporto (uma inegável comunidade humana) é ele e a sua circunstância, e que se não é através dessa sua circunstância – ou seja, no seu caso, as diversas comunidades e redes que junto dele se movem, que com ele interagem e que a ele enriquecem com novos significados, impactos e horizontes – tampouco o próprio desporto, *per se*, se salvará.

Como tal, a análise ao desporto não pode ser concebida de forma delimitada e sem considerar a existência destes outros universos com quem o desporto partilha o seu processo de (co)construção comunitária.

Inspirados por esta abordagem sinérgica, focar-nos-emos nas páginas seguintes na forma como o desporto interage com a sua envolvência institucional – quais organismos vivos capazes, também eles, de coconstruir e partilhar novos significados – e, através desta interação, fomenta a respetiva internalização de novas valências concetuais e práxicas nas suas instâncias constituintes a um nível mais micro, nomeadamente os clubes e, internamente a estes, os praticantes, que são a célula e o foco de todo o processo desportivo.

A heterodoxia concetual do desporto

Recordando Eduardo Lourenço: «A heterodoxia não é o contrário da ortodoxia, nem de niilismo, mas o movimento constante de os pensar a ambos. É o humilde propósito de não aceitar um só caminho pelo simples facto de ele se apresentar a si próprio como o único caminho, nem de os recusar a todos só pelo motivo de não sabermos em absoluto qual deles é na realidade o melhor de todos os caminhos» (Lourenço 2021, 20).

Muito se tem discutido o conceito e significado de desporto, particularmente à luz daqueles que vêm sendo assumidos como os seus grandes objetivos: a educação, a saúde e a *performance*.

Todavia, o desporto tal como o conhecemos é também resultado de diferentes percursos históricos, nem sempre convergentes, que confluíram no conceito atual (ou na amplitude e diversidade do conceito atual), e entre os quais se podem observar os jogos ancestrais para animação popular, o treino militar, as ginásticas que proliferam sob as mais diversas metodologias entre o século xvii e meados do século xx, o *sport* dos colégios ingleses (e educação inglesa), as correntes pedagógicas francesas ou o Olimpismo, entre tantos contributos com profundidades e alcances diversos.

Cumulativamente, também a política tem, em diferentes momentos, prescrito o conceito de desporto (ou das práticas que lhe estão associadas) com o objetivo de influenciar a interpretação do seu significado de acordo com as

suas ideologias e interesses¹ e criando assim, a montante, outras definições com as quais melhor se coaduna a sua visão do fenómeno.

Assim, tal como referido em relação à amplitude e diversidade do conceito atual de desporto, todos estes diferentes caminhos e, principalmente, os inúmeros contributos que deles advieram, se refletem hoje nos diferentes prismas com que se discutem os conceitos de exercício físico, atividade física, educação física ou desporto e, inclusivamente, se interpreta a riqueza epistemológica da motricidade humana

Já no plano institucional, a definição de desporto emanada pelo Conselho da Europa em 1992 veio conferir alguma estabilidade² ao conceito (verificada através do carácter referencial e genericamente consensual que, desde então, o mesmo assumiu nas mais diversas políticas públicas e privadas do sector), evocando hoje que o desporto representa «todas as formas de atividade física, através de participação organizada ou ocasional, que visam a expressão ou melhoria da condição física e bem-estar mental, o desenvolvimento de relações sociais ou a obtenção de resultados na competição a todos os níveis» (Conselho da Europa 1992).

Complementarmente, a assinalada tendência de estabilidade do conceito de desporto, particularmente em matéria política, dever-se-á, em nosso entender, à amplitude de significados e contextos que o conceito revela e integra nesta sua definição. Com efeito, se desconstruída nos seus elementos constituintes, encontramos nesta definição os seguintes componentes caracterizadores:

Tabela 1: Conceito de Desporto desconstruído (cf. Conselho da Europa 1992).

O quê?	Como?	Com que objetivo?	Com que impactos?
Atividade física	Participação organizada ou casual	Resultados em diferentes níveis	Condição física ► Dimensão biológica Bem-estar mental ► Dimensão psicológica Formação de relações sociais ► Dimensão social

¹ Veja-se, a título de exemplo em Portugal, o Decreto n.º 21:110, de 16 de abril de 1932, no qual se veta a prática de desporto em detrimento da prática de ginástica e educação física, dada a maior qualidade dos objetivos educativos e, sobretudo, terapêuticos desta última.

² Embora tal não represente, de modo algum, o encerramento da discussão académica e epistemológica, e mesmo institucional, sobre o conceito de desporto e seus significados associados.

Mais do que desporto: da intenção política à agência comunitária

A definição de desporto do Conselho da Europa (1992) junta assim a existência potencial de atividades não competitivas com a procura do bem-estar mental e social, perfazendo desta maneira um conceito amplo que integra diferentes dimensões do indivíduo e a aproxima da perspectiva biopsicossocial proposta por Engel (1977) e que aqui esquematizamos:



Figura 1: Perspetiva biopsicossocial (Engel 1977; adaptado de *International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies Reference Centre for Psychological Support*, 2014).

Quando aplicada ao desporto, esta abordagem e respetiva visão biopsicossocial ultrapassa a circunstância terapêutica ou a dimensão recreativa, assinaladas como estruturantes nos primórdios do reconhecimento e regulamentação das práticas de educação física. Desta forma, o atual conceito vê-se assim enriquecido com novas dimensões que permitem interpretar a pessoa na sua globalidade (e multidimensionalidade), mas também aglutinar as práticas e significados inerentes a outras designações entretanto caídas em desuso, como seja o caso da ginástica enquanto prática específica e independente do próprio desporto.

Porém, é de salientar que o conceito de desporto proposto pelo Conselho da Europa (1992), que aqui vem sendo elogiado, assume e sublinha a

atividade física (através de participação organizada ou casual) como a sua célula primária. E tal visão é incoerente, por exemplo, com a perspetiva da Organização Mundial de Saúde³, para quem o desporto se constitui como um contexto particular, mas não exclusivo, de prática de atividade física.

Este entendimento da relação entre os conceitos de desporto e atividade física torna as definições tutelares de desporto aqui apresentadas como excludentes, já que estas se incluem mutuamente. Este facto, apesar de eventualmente conflituoso do ponto de vista técnico e até epistemológico (e também institucional, na medida em que implica diferentes posicionamentos das tutelas responsáveis pelo/s sector/es), revela-se interessante pela forma como nos demonstra que o objeto «desporto» (e também «atividade física») se representa, principalmente, de acordo com as perspetivas e objetivos que assumem as organizações que o promovem. Será deste posicionamento que advém então a forma como o conceito de desporto é interpretado e desenvolvido no contexto das redes e comunidades que se encontram mais vinculadas a um ou outro enquadramento institucional e, logo, à orientação concetual respetiva.

Contudo, o interesse acima assinalado não se limita à constatação da existência de diferentes abordagens concetuais, mas principalmente ao facto de esta diversidade, compreendida numa matriz heterodoxa e hermenêutica, ser reveladora da riqueza e multidimensionalidade que o conceito de desporto nos oferece.

A polimorfia do desporto nas agendas políticas internacionais

Um dos aspetos mais salientes nas diferentes definições do conceito de desporto, inclusivamente nas provenientes do âmbito académico, prende-se com o generalizado e quase exclusivo foco nas vicissitudes associadas ao

³ De acordo com o Plano de Ação Global para a Promoção da Atividade Física 2018-2030, a «atividade física pode ser realizada de diferentes formas: caminhadas, bicicleta, desportos e formas ativas de lazer (por exemplo, dança, yoga, tai chi). A atividade física pode também ser realizada no trabalho em casa. Todas as formas de atividade física podem ser promotoras de benefícios de saúde se realizadas com frequência e suficiente duração e intensidade» (WHO 2018, p. 6) (tradução livre).

desempenho motor e desportivo e aos seus enquadramentos institucionais específicos.

Porém, tal como veremos adiante, a grande maioria das estratégias políticas atuais confere ao desporto um papel e uma relevância em áreas onde outrora não era sequer considerado (ou vice-versa, já que também o desporto não incluía determinadas áreas no seu espectro de ação). Tal facto exige ao desporto um posicionamento que ultrapasse os limites do seu «objeto» e transcenda o seu próprio «corpo concetual». Neste contexto de rede intersectorial, a afirmação do desporto (a «salvação através das suas circunstâncias», como nos repetiria Ortega y Gasset) passa, sobretudo, pelo estabelecimento de pontes com outras áreas de intervenção com as quais se possa estimular a criação e desenvolvimento de sinergias com vista ao aumento do seu potencial de impacto (próprio e comum). Tal abordagem, em que diferentes contextos se influenciam mutuamente tendo o ser humano como epicentro comum, vai ao encontro dos modelos ecológicos e suas dinâmicas sistémicas, tal são exemplo o modelo ecológico de desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner (1987) ou a abordagem dos determinantes sociais da saúde de Dahlgren e Whitehead (1991).

Neste enquadramento, as diferentes macro estratégias desenvolvidas a nível internacional têm procurado seguir e implementar esta abordagem intersectorial. No caso do desporto, e considerando o contexto europeu, é possível constatar que este escalar e ampliar das suas áreas de intervenção tem no Livro Branco do Desporto, publicado em 2007, um dos seus primeiros e mais fortes promotores. Entre os três capítulos do livro, o primeiro deles – subordinado à Função Social do Desporto –, remete o desporto para a necessidade de focar a sua intervenção na procura de impactos em áreas que até então eram, genericamente, tidas como externas ao seu âmbito de intervenção sistémica, nomeadamente:

1. Melhorar a saúde pública graças à atividade física.
2. Unir esforços na luta contra a dopagem.
3. Reforçar o papel do desporto na educação e na formação.
4. Promover o voluntariado e a cidadania ativa através do desporto.
5. Utilizar o potencial do desporto para favorecer a inclusão social, a integração e a igualdade de oportunidades.
6. Reforçar a prevenção e a luta contra o racismo e a violência.

7. Partilhar os nossos valores com outras regiões do mundo.
8. Apoiar o desenvolvimento sustentável.

No seguimento do Livro Branco (e este, no seguimento do artigo n.º 165 do Tratado de Lisboa), o desporto e a atividade física têm, além de aumentado o seu escopo de intervenção, vindo a ganhar um espaço cada vez mais proeminente e frequente no âmbito de diversas estratégias técnico-políticas desenhadas para outros sectores da sociedade, nomeadamente a nível europeu, como são disso exemplo a Estratégia Europeia para a Juventude, Envelhecimento Ativo, Igualdade de Género, Inclusão e Diversidade, Diplomacia e Diálogo Internacional ou o Pacto Verde Europeu.

Em concordância, a Comissão Europeia lançou recentemente a iniciativa SHARE (SportHub: Alliance for Regional development in Europe), a qual consiste numa plataforma que reúne o movimento desportivo, académico e territorial, entre outros, para a promoção do papel do desporto e da atividade física no desenvolvimento regional e local. Esta iniciativa visa assim a promoção e reforço da posição do desporto noutros sectores da indústria, a partir dos quais as intervenções do próprio desporto também se desenvolverão em amplitude, profundidade e impacto. O esquema desta iniciativa, representativo da intersectorialidade proposta para o desporto que vem sendo assinalada ao longo deste ponto, é apresentado na figura 2.

Como é possível observar, as diferentes áreas com as quais se propõe o estabelecimento de sinergias com o desporto e atividade física são também coerentes com as macropolíticas que atualmente regem o projeto europeu: uma Europa mais verde, mais conectada, mais *smart*, mais social e mais próxima dos cidadãos.

Ainda que fortemente sublinhada nos anos mais recentes, esta perspetiva intersectorial não é exclusiva das instâncias europeias. Com efeito, também no âmbito do Plano de Ação Global para a Promoção da Atividade Física 2018-2020 da Organização Mundial de Saúde é destacada a relação da prática de atividade física com os diferentes Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 2030 propostos pela Organização das Nações Unidas e ainda fomentada a relação entre a atividade física, enquanto sector, com outros sectores (numa visão muito similar ao esquema representativo apresentado na figura 2) e que é possível observar na figura 3.

Mais do que desporto: da intenção política à agência comunitária



Figura 2: Infografia sobre os contributos do desporto para o desenvolvimento regional (KEA, 2018-2020).



Figura 3: «Um ecossistema de atividade física: uma rede conectada de partes interessadas, a vários níveis, que permite e apoia a atividade física ao longo da vida» (WHO 2021, 7) (tradução livre).

Há ainda a referir que, nesta perspetiva intersectorial, onde o desporto se assume também como partícipe e promotor de outras áreas com objetivos, cabe assinalar três contextos cujo posicionamento institucional não está diretamente relacionado com o desporto, mas que também têm focado a sua intervenção na utilização e aproveitamento do potencial do mesmo para atingir as suas próprias finalidades:

- A UN Drugs and Crime (UNODC) e o seu trabalho de identificação e disseminação de medidas com vista ao combate à corrupção, à criminalidade e ao uso de drogas através do desporto.
- A UN Climate Change (UNFCCC) e a sua iniciativa de Desporto para a Ação Climática, que visa capacitar as grandes organizações desportivas para a tomada (e disseminação) de medidas que ajam contra as alterações climáticas.
- A UNESCO e a sua mais recente iniciativa *Fit for Life*, a qual procura reforçar o desporto como instrumento de educação, saúde e igualdade com vista a uma maior empregabilidade.
- Num plano diferente, mas que também merece ser destacado, há a assinalar a recente Estratégia 365+ do Comité Olímpico Internacional, a qual procura reforçar o papel do desporto enquanto importante promotor dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável 2030 da ONU.

No seguimento do exposto, hoje e cada vez mais, se reconhece e legitima o desporto como um sector e um instrumento capaz de alavancar, de forma coconstrutiva, as estratégias e objetivos nas mais variadas áreas da sociedade.

Este posicionamento intersectorial e multidimensional do fenómeno oferece ao conceito de desporto um novo «corpo conceptual», transformando o seu objeto de intervenção, mas também aumentando a sua presença nas diferentes comunidades com as quais se relaciona.

Do foco no desempenho ao impacto comunitário: uma nova maneira de ser-se clube

No ponto anterior, foram focadas algumas das principais políticas internacionais na área do desporto ou que convergem com o sector do desporto e os seus conceitos. Contudo, o sucesso deste processo de interação institucional

Mais do que desporto: da intenção política à agência comunitária

depende da, também, devida «internalização» por parte dos atores locais, ou seja, da concretização na prática real daquelas que são as orientações internacionais (tantas vezes demasiado longínquas para que a maioria dos clubes de base sequer as identifiquem).

A concretização desta nova abordagem do desporto implica (exige!) um novo posicionamento do clube desportivo. O clube deve deixar assim de ser o «mero» local onde se oferece prática desportiva num horário mais ou menos determinado para se tornar numa agência (de agir) em que o desporto (e o clube) é utilizado como uma ferramenta que procura alcançar os objetivos associados à sua função social (sem que, para tal, se descurem os seus objetivos desportivos).

Assim, para ser-se clube nesta dimensão do conceito, é necessário ampliar a abordagem convencional mais comum entre a generalidade dos clubes desportivos para uma abordagem que procure fomentar a influência social do próprio clube.

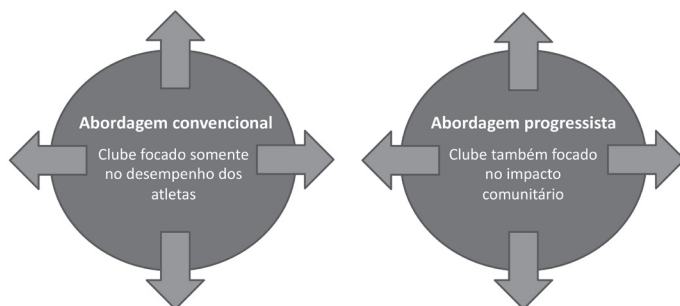


Figura 4. Ser-se Clube: a necessidade de o foco estar colocado, não apenas no desempenho desportivo, mas também na geração de impacto nas diferentes comunidades que o clube inclui, das quais faz parte ou com as quais se relaciona (imagem: elaboração própria).

Entre as várias ações e sinergias que um clube pode exercer como forma de implementar esta visão e respetiva intervenção comunitária mais alargada, elencamos as seguintes possibilidades, inspiradas em casos reais:

- Articulação com a unidade de saúde familiar local para desenvolvimento de *projetos e atividades na área da saúde (incluindo atividade para pessoas com condição clínica associada a doenças não-transmissíveis)*.
- Articulação com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.) para desenvolvimento de *projetos e atividades na área da empregabilidade, estágios profissionais e voluntariado*.

- Articulação com a Comissão e Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) local para desenvolvimento de *projetos e atividades na área da inclusão de jovens em risco de marginalização*.
- Articulação com as escolas e associações de educação especial locais para desenvolvimento de *projetos e atividades na área da inclusão da pessoa com deficiência*.
- Articulação com a Santa Casa da Misericórdia local para desenvolvimento de *projetos e atividades de promoção desportiva junto de coletivos desfavorecidos do ponto de vista socioeconómico*.
- Articulação com a Universidade Sénior local para desenvolvimento de *projetos e ações de incentivo à atividade física para pessoas com mais de 65 anos*.
- Articulação com as escolas locais nos diversos ciclos de ensino para desenvolvimento de *oferta dirigida aos alunos em horário extracurricular* e fomento dos valores do desporto.
- Articulação com outras organizações desportivas, como forma de *otimização e sustentabilidade de recursos que podem ser partilhados*.
- Articulação com outras organizações mais ou menos específicas da localidade onde o clube se situa e respetivas áreas (diversas) em redor das quais é possível estabelecer e desenvolver colaboração.

Complementarmente, de referir que estes possíveis contributos que um clube pode proporcionar à comunidade (de prática e local, ou outras) são consistentes com os critérios de atribuição⁴ da «Bandeira da Ética» pelo Plano Nacional de Ética no Desporto desenvolvido pelo Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. e cuja demonstração de evidência se solicita para efeitos de atribuição da mesma:

1. *Inclusão social*. Iniciativas desenvolvidas juntos dos atletas e comunidade local que promovam a inclusão através do desporto, particularmente de pessoas com deficiência ou em risco de marginalização social.
2. *Bullying no desporto*. Iniciativas desenvolvidas com o intuito de evitar o *bullying* no desporto e contribuir para a sua erradicação nos diferentes contextos da vida.


⁴ Mediante candidatura anual.

Mais do que desporto: da intenção política à agência comunitária


3. *Papel dos pais no desporto*. Iniciativas desenvolvidas com o objetivo de integrar o contributo dos pais no processo logístico e formativo do clube, bem como de os formar para um acompanhamento mais adequado à carreira desportiva dos seus filhos.
4. *Discriminação*. Iniciativas desenvolvidas junto dos atletas e comunidade local que visam a eliminação de qualquer tipo de discriminação, seja por motivos étnicos, religiosos, estatuto socioeconómico, nacionalidade, orientação sexual, ou qualquer outro.
5. *Desenvolvimento de competências pessoais, interpessoais, sociais e cívicas*. Promoção de iniciativas que visem o desenvolvimento de competências associadas à cidadania e à participação cívica.
6. *Doping*. Promoção de iniciativas de formação e disseminação para a consciencialização dos malefícios do uso do *doping*, bem como de outras substâncias tóxicas.
7. *Conciliação entre a vida académica e a prática desportiva*. Iniciativas desenvolvidas com o objetivo de uma melhor relação e equilíbrio entre a vida académica dos atletas e a sua prática desportiva.
8. *Ética ambiental*⁵. O desporto é hoje reconhecido como um importante veículo de promoção da urgência ambiental e dos objetivos para o desenvolvimento sustentável, pelo que aqui se pretendem observar as iniciativas levadas a cabo com este objetivo.
9. *Promoção dos valores éticos*. Iniciativas centradas no intuito de reforçar a ética e os valores por que se deve reger a prática desportiva.
10. *Violência*. Iniciativas levadas a cabo com o objetivo de prevenir e consciencializar para a violência no desporto.
11. *Igualdade de género*. Iniciativas desenvolvidas com o objetivo de promover a igualdade de género no desporto e do papel do desporto na promoção desta.
12. *Boa governança*. Iniciativas levadas a cabo com o intuito de promover a transparência e a eficiência nas dinâmicas de gestão do próprio clube.
13. *Responsabilidade e solidariedade social*. Iniciativas desenvolvidas com o objetivo de contribuir para a comunidade ajudando, e motivando os demais a ajudar, quem está a necessitar desse apoio.

⁵ A respeito deste critério, veja-se a evidência apresentada por clube hoje certificado com a Bandeira da Ética na figura 5.

14. *Manipulação e combinação de resultados*. Iniciativas efetuadas no sentido da prevenção da envolvimento em redes de apostas, manipulação e combinação de resultados desportivos.
15. *Racismo e xenofobia*. Iniciativas desenvolvidas com o objetivo de promover a integração e a não discriminação por motivos étnicos e de nacionalidades.



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR NOSSO MUNDO



No Judo do Grupo Recreativo Gonçalvinhense, todos procuramos contribuir com a nossa parte para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU se cumpram.




















<p>1 ERADICAÇÃO DA FOME</p>  <p>Ajudar um colega que precisa de apoio a estudar</p>	<p>2 ACÇÃO CLIMÁTICA</p>  <p>Nunca desperdiçar comida</p>	<p>3 VIDA SAZUÁVEL</p>  <p>Não ingerir açúcar</p>	<p>4 QUALIDADE DE VIDA</p>  <p>Ser um exemplo de comportamento na Escola</p>
<p>5 IGUALDADE DE GÉNERO</p>  <p>Jogar indiferentemente com raparigas e rapazes</p>	<p>6 ÁGUA LIMPA</p>  <p>Nunca desperdiçar água</p>	<p>7 ENERGIA LIMPA</p>  <p>Ir a pé para a escola</p>	<p>8 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS</p>  <p>Fazer voluntariado nas férias</p>
<p>9 INDÚSTRIAS E INOVAÇÕES</p>  <p>Todas as semanas contribuir com algo novo e diferente</p>	<p>10 REDUÇÃO DE DESIGUALDADES</p>  <p>Usar materiais em 2ª mão em vez de comprá-los novos</p>	<p>11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS</p>  <p>1x por semana sair e apanhar o lixo no chão perto de casa</p>	<p>12 CONSUMO RESPONSÁVEL</p>  <p>Desligar sempre os carregadores sem utilização</p>
<p>13 AÇÃO CLIMÁTICA</p>  <p>Ter 1h por semana sem qualquer gasto elétrico</p>	<p>14 VIDA MARinha</p>  <p>Sempre que se vai à praia, recolher o plástico que se encontra</p>	<p>15 VIDA TERRESTRE</p>  <p>Nunca matar voluntariamente nenhum animal</p>	<p>16 PAZ E JUSTIÇA</p>  <p>Não haver ninguém com quem se esteja chateado</p>
<p>17 PARCERELAS DESENVOLVIMENTO</p>  <p>Perguntar sempre se se pode ajudar nalguma situação</p>	  <p>Grupo Recreativo Gonçalvinhense JUDO 1 UM DESPORTO COM VALOR</p>		

Figura 5: Exemplo de uma evidência de recurso relativo ao critério de ética ambiental (h) de uma secção de clube reconhecida com a Bandeira da Ética (nota: Secção de Judo do Grupo Recreativo Gonçalvinhense, em Mafra).

Ao implicar-se intencionalmente na produção de recursos e no desenvolvimento de processos que ultrapassam a atividade desportiva convencional, o clube contribui para a sua comunidade (local e global) mas também se alinha com as maiores recomendações internacionais no sector. Assim, fomenta

junto do seu público-alvo esta interpretação mais abrangente do desporto, simultaneamente, contribui, através da interação entre os agentes envolvidos na sua comunidade, para o internalizar dos valores que lhe são inerentes.

Conclusão

Vivemos num mundo cuja mudança é permanente e ocorrente a uma velocidade vertiginosa. No meio desta fugacidade temporal, também as problemáticas das pessoas, das comunidades, dos sectores são, muitas vezes, versáteis ou até mesmo voláteis.

Nesta circunstância, também o desporto, o contexto que nos cabe e interessa observar, se manifesta de forma diferente do que era não há muitos anos. Com efeito, as novas problemáticas, exigências e demais complexidades e demandas com que o desporto se vem deparando, exigem que o próprio continuamente se robusteça (ou até reinvente), naquilo que são os seus significados e as suas práxis.

A riqueza conceptual do desporto – tão visível nos seus diferentes posicionamentos – e a heterodoxia que se exige para a sua compreensão, além do potencial que demonstra para o estabelecimento e coconstrução das pontes mais diversas, tornam-no num ator social único que não pode ser ignorado ou deixar-se ignorar. No fundo, o desporto enquanto fenómeno, nos seus diferentes níveis, deve ser parte ativa na constituição e no âmbito de uma alteridade global.

Contudo, o grande desafio não está na integração desta visão na ação política ou nos enquadramentos académicos, os quais já vislumbram com considerável clareza este caminho e este horizonte, mas antes na transformação e transcendência do significado do desporto tal como o mesmo é percebido na base do seu sistema.

Em particular, espera-se que os clubes sejam mais do que locais de prática desportiva e se assumam como agentes coletivos com capacidade para influenciar socialmente os seus atletas, familiares e respetivas comunidades onde se inserem e com que se relacionam (cf. Breuer *et al.* 2015; Nagel *et al.* 2020).

A confluência entre as intenções políticas internacionais e a agência local permitirá assim ao desporto contribuir, de forma real e sistemática, para

aquelas que, no nosso entender, são as maiores urgências do século XXI: sermos um Homem mais digno, construirmos uma Sociedade mais justa e vivermos num Planeta mais sustentável.

Bibliografia

- Breuer, C., Hoekman, R., Nagel, S., e Van Der Werff, H. 2015. *Sport Clubs in Europe: A Cross-National Comparative Study*. Sports Economics, Management and Policy, 12. Londres: Springer.
- Bronfenbrenner, U. 1987. *La Ecología del Desarrollo Humano*. Barcelona: Paidós.
- Carvalho, L. X. 2013. *Literacia Social: Valores como fundamento de competência*. Tese de Doutoramento (não publicada). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Cole, M. 1996. *Cultural Psychology. A Once and Future Discipline*. Massachusetts: Harvard University Press.
- Comissão Europeia. 2007. *Livro Branco do Desporto*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comité Olímpico Internacional. 1992. *Olympic's Movement Agenda 21: Sport for Sustainable Development*. Lausanne: COI.
- Conselho da Europa. 1992. *Código da Ética Desportiva*. Rhodes: Conferência dos Ministros dos Desportos dos Estados-Membros do Conselho da Europa.
- Dahlgren, G., e Whitehead, M. 1991. *Policies and Strategies to Promote Social Equity in Health*. Estocolmo: Institute for Futures Studies.
- Engel, G. 1977. «The need for a new medical model: a challenge for biomedicine». *Science*, 196, n.º 4286: 129-136.
- European Football for Development Network. 2018. *Community and Social Responsibility Practitioners Guide*. Breda: EFDN.
- Figueiredo, A. 1996. «Movo-me, Logo Existo!». *Millenium: Revista do Instituto Educação, Ciência e Tecnologia Politécnico de Viseu*, 2: 58-64.
- International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies Reference Centre for Psychological Support. 2014. *Moving Together: Promoting psychosocial well-being through sport and physical activity*. Copenhaga: IRFC e PS Centre.
- Lourenço, E. 2021. *Ver é Ser Visto: Fragmentos Essenciais*. Lisboa: Gradiva.
- Marques Pereira, C. 1966. *Tratado de Educação Física: Problema Pedagógico e Histórico*. Lisboa: Gráficas Bertrand.
- Mendes, N. 1969. *Conceito Actual de Educação Física: A humanização do movimento*. Lisboa: Estúdios gráficos.
- Morin, E. 2008. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Nagel, S., Elmose-Østerlund, K., Ibsen, B., e Scheerder, J. 2020. *Functions of Sport Clubs in European Societies: A cross-national comparative study*. Sports Economics, Management and Policy, 13. Londres: Springer.
- Ortega y Gasset, J. 2009. *Meditação sobre a Técnica*. Lisboa: Fim de Século.

Mais do que desporto: da intenção política à agência comunitária

- Ortega y Gasset, J. 2014. *Meditaciones del Quijote*. Madrid: Alianza Editorial.
- Parlebas, P. 1988. *Elementos de Sociología del Deporte*. Málaga: Junta de Andalucía.
- Ricoeur, P. 2020. *Teoria da Interpretação: O discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70.
- Rogoff, B. 1990. *Apprenticeship in Thinking: Cognitive Development in Social Context*. Oxford: Oxford University Press.
- Rommetveit, R. 1979. On the Architecture of Intersubjectivity. *Studies of Language, Thought and Verbal Communication*, ed. R. Rommetveit & R. Blakar. London: Academic Press, 93-107.
- Sérgio, M. 1994. *Para Uma Epistemologia da Motricidade Humana*. Lisboa: Compendium.
- Sérgio, M. 2017. *Para Um Desporto do Futuro*. Lisboa: IPDJ / Edições Afrontamento.
- UNESCO. 2018. *Kazan Action Plan*. Kazan: 6th International Conference of Ministers and Senior Officials Responsible for Physical Education and Sport (MINEPS VI).
- UNESCO. 2021. *International Charter of Physical Education, Physical Activity and Sport*. Paris: UNESCO.
- Vygotsky, L. S. 1979. *El Desarrollo de los Procesos Psicológicos Superiores*. Barcelona: Crítica.
- World Health Organisation. 2018. *Global Action Plan on the Promotion of Physical Activity 2018-2030: More Active People for a Healthier World*. Geneva: WHO.
- World Health Organisation. 2021. *Fair-Play: Building a Strong Physical Activity System for more Active People*. Geneva: WHO.

Viver a alteridade no desporto, subsidiada pelas premissas da ciência da motricidade humana*

Katia S. M. Mortari

Grupo de Estudos e Pesquisa em Motricidade Humana (GEPEMH/UEL/Brasil)

O objetivo deste trabalho é instigar a construção e edificação de um «pensamento» de alteridade que se converta em movimento e se transforme em ação de todos aqueles que colaboram para a efetivação do desporto enquanto um fenómeno humano, social e cultural. Neste ensaio a alteridade é apresentada, para além de um conceito, como possibilidade de mover-se por meio de uma práxis efetiva e transformadora. Para tanto, propõe a compreensão e a conjugação da alteridade com as premissas da Ciência da Motricidade Humana e a sensibilização para a necessidade de se «experienciar este pensar» em contexto desportivo transpondo-o, também, para suas experiências de vida.

O tema de eleição para III Colóquio Internacional «Desporto, Ética e Transcendência» não poderia ser, em minha perspetiva, mais pertinente dado o contexto atual em que vivemos. Em meio a diversas situações que fogem ao nosso controlo – desigualdades sociais, conflitos, pandemias, alterações e conturbações climáticas, entre outros eventos –, fomos convidados a refletir sobre «Desporto e Ca(u)sa Comum».

Há muito que Manuel Sérgio (2016) anuncia que o desporto pode ser um meio privilegiado de se agir positivamente frente aos constrangimentos presentes em nossa sociedade quando, não está ele próprio, a «reproduzir multiplicar as taras de uma sociedade neoliberal» (2016, 18) movida pelos interesses de grandes grupos financeiros, por uma intervenção mediática que permite criar realidades de conveniência e por um poder político que, por vezes, privilegia o benefício de poucos em detrimento da necessidade de muitos.

* Ensaio escrito em português de acordo com a norma brasileira.

Viver a alteridade no desporto, subsidiada pelas premissas da ciência da motricidade humana

De igual modo, este autor insiste em enfatizar que não existe «desporto» sem que haja homens e mulheres que o desenvolvam e, por assim o ser, manifesta a sua crença de que este fenómeno continua a ser possibilidade, esperança, devir.

O desporto, nesta perspetiva, pode e deve fomentar virtudes e desenvolver valores. Por meio dele, somos convocados a estabelecer um olhar mais sensível frente às diferenças, às representações das vozes marginais e à importância da heterogeneidade para a consolidação de uma sociedade que se quer aberta, acessível, justa, fraterna, e de uma prática desportiva pautada pela ética, respeito, cuidado e solidariedade. A Ciência da Motricidade Humana incita a todos a assumirem a responsabilidade de criar estratégias e modos de ação que possibilite ao desporto estabelecer-se como um espaço de humanização, desenvolvimento, igualdade e liberdade (Sérgio 1986/2017).

Refletir sobre o desporto e associá-lo à «casa», a um espaço seguro e a uma «causa», a uma verdade a ser defendida, impele a questionar: que casa é essa que o desporto enquanto instituição habita? Que casa é esta que o Ser que corporifica o desporto está a edificar? Por quais causas estão dispostos a lutar? Pode a Ciência da Motricidade Humana ajudar a reconhecer, ressignificar e também compor estas «ca(u)sas»?

Não tenho a pretensão de esgotar as respostas a estes questionamentos, afinal, nunca seriam o suficiente para englobar toda a singularidade, pluralidade e diversidade presentes no fenómeno desportivo. No entanto, é do meu interesse evidenciar que estas indagações deram início e são transversais às reflexões elaboradas para a consolidação deste trabalho.

Neste meio de tantas incertezas assumo que uma questão é certa: deste ambiente caótico emergem mudanças significativas que alteram o conhecimento e ampliam a perceção que tenho sobre nós, sobre os outros e sobre a sociedade em que vivemos. De igual modo há mudanças na forma como passo a olhar e compreender o desporto, enquanto instituição, o desportista enquanto aquele que o presentifica/corporifica e os significados implícitos e explícitos em suas diferentes formas de agir.

Ao elaborar esse texto para compor o painel «Desporto uma prática de Alteridade» proponho evidenciar a necessidade de construir e fortalecer um pensamento de alteridade que se corporifique e se presentifique como ação intencional junto ao desporto e indicar algumas vias de acesso à construção desta forma de pensar, tendo como suporte epistemológico a Ciência da Motricidade Humana. Para mim, esta é a práxis necessária e possível.

Assim, a narrativa que apresento irá refletir sobre três aspetos que, embora distintos, devem ser vistos como complementares: (a) a presença da alteridade junto aos pressupostos da Ciência da Motricidade Humana; (b) a responsabilidade do agir em contexto desportivo, pretendendo a construção de um pensamento encarnado de alteridade; (c) a viabilidade do desporto como o movimento da ética, do conhecimento, do respeito, da aceitação de si e do Outro.

A alteridade presente na ciência da motricidade humana: explicar, apreender e compreender

O raciocínio central que delineou a construção deste trabalho evidencia que na base epistemológica da Ciência da Motricidade Humana (CMH) encontra-se um núcleo epistémico que provém do conhecimento do homem e da mulher como um Ser de/em movimento que, com seu corpo, age intencionalmente em direção ao mundo e ao Outro movendo sempre mais do que a si mesmo (Sérgio 2003; 2005).

O Ser em movimento propositalmente move mais do que um corpo objetivo/físico/biológico, um corpo subjetivo/sensível/senciente, move um corpo que comporta desejos, vontades, crenças e valores, um corpo ético e estético, prático e poético (Mortari 2013).

Na esteira da fenomenologia, a CMH assume este Ser que é corpo como Ser que se faz sujeito, construtor de sua própria história, realizador de seu próprio querer. Desvela-o como complexo e incompleto, um Ser em trânsito sempre em busca de ser mais. Sua jornada em direção à liberdade, à emancipação, à superação, pode por vezes parecer solitária, mas não o é. Posiciona-se no mundo como um Ser social e, ao agir, interage, absorve o seu entorno, influencia e se deixa afetar, sente-se pertença quando inserido em um núcleo social e faz-se presença junto a uma coletividade. A transcendência é seu objetivo maior, é seu sentido vital, na verdade é a essência do que o faz mover (Sérgio 2018).

A alteridade converte-se então em uma componente essencial para o desenvolvimento pleno de um Ser que se deseja alcançar, que almeja transcender. É certo que a temática da alteridade não é nova e é possível encontrar perspectivas bem distintas em diferentes campos do conhecimento. De

Viver a alteridade no desporto, subsidiada pelas premissas da ciência da motricidade humana

forma geral, as discussões suscitadas nos estudos sobre a alteridade (Arendt, Hannah. 2009. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press. Emmanuel Lévinas. 1997. *Entre nós: Ensaio sobre a alteridade*. Petrópolis: Vozes. Marcondes Filho, C. 2016. «Alterity, machines and Eros: a new vision of communication as an event.» In *The changing face of alterity: communication, technology, and other subjects*, ed. D. J. Gunkel, C. Marcondes Filho, D. Mersch. New York: Rowman & Littlefield International, 89-102; Martino 2016; Paterson 2007; Treanor 2006) levantam questões tanto sobre o Ser, sua identidade, visibilidade, representação, apagamento, quanto a apreensão do Outro e, ainda, a representação do que é Ser para o Outro, do que é ser diferente.

Não desejo aprofundar as discussões sobre alteridade e sua presença em diferentes contextos, entretanto, penso ser necessário explicitar o entendimento que subsidiou minha reflexão sobre este fenómeno. A começar, a atenção pela origem latina da palavra *alteritas*, em que *alter* significa Outro, e, *itas* remete para Ser, constituindo o significado de alteridade como o «Ser o Outro, colocar-se ou constituir-se como Outro» (Abbagnano 1982). A opção em utilizar os estudos de Treanor (2006), Paterson (2007) e Martino (2016) sobre o que é ser o Outro, em contexto social e expresso na literatura, auxiliou a realização do exercício fenomenológico e hermenêutico de transpor para o meu campo de investigação – a corporeidade que se estabelece como motricidade, as compreensões sobre alteridade. Só então pude estabelecer o diálogo com a CMH.

Nesta perspetiva, assumo que a alteridade está sempre em construção. Para se constituir e converter-se em ação parte de três questões primordiais: o conhecer, o reconhecer e o aceitar.

De modo mais específico, indico que a construção da alteridade perpassa o conhecimento de Si, o reconhecimento de um Outro, de suas circunstâncias, e da aceitação desta relação – Eu e o Outro, que entendo como sendo dinâmica, por vezes paradoxal, mas definitivamente complexa.

A alteridade, nesta ótica, não se fecha em premissas imutáveis, é fruto das relações estabelecidas em contextos sociais totalmente distintos e, por ser assim, promove perspetivas diferentes de se enxergar e compreender o mundo, o Outro e a Si próprio.

Um pensamento de alteridade embora comporte um conjunto de crenças e valores não se deixa aprisionar por estes, quer a liberdade, busca a autonomia,

constrói subjetividades e permite a comunicação intersubjetiva. De tal modo, pode contribuir com a nossa inserção em uma sociedade diversa, permitindo o reconhecimento de identidades distintas, a aceitação de que as verdades não são absolutas e que a responsabilidade pelo cuidado e construção de um mundo melhor é tão minha quanto de todos (Paterson 2007).

Neste estudo deparei-me também com o conceito de outridade, que não me era familiar, mas passou a ser de interesse para o quadro que estava a se formar. A inferência que faço sobre esta questão é de que a outridade constitui um processo de percepção da identidade do Outro sem ignorar o conjunto de seus aspetos constitutivos. Ou seja, este processo implica olhar o Outro não como um mesmo, mas sabendo que existem questões que lhe pertencem e que nunca serei capaz de alcançá-las, embora continue a tentar (Treanor 2006).

Esse exercício exige momentos de aproximação e afastamentos e integra questões por vezes antagónicas ou paradoxais em que, ao buscar pela identidade do Outro, deparo-me com o processo de construção de minha própria identidade. Neste processo acabo por reter as similitudes que podem me aproximar do Outro, bem como as diferenças que podem levar a um processo de afastamento. Em um primeiro momento, ao reconhecer, procuro a explicação, mas o movimento não pode parar, deve seguir ao alcance da compreensão:

«Explicar o ser humano traz em si uma perspectiva de redução de complexidades – necessária, sem dúvida, em um primeiro momento, para garantir a inteligibilidade da relação com a alteridade; o problema, no entanto, é dar o passo da explicação do outro para sua compreensão. Não se deixa de lado que, na apreensão cognitiva da alteridade, sua dimensão epistémica é pautada em primeiro lugar por uma caracterização baseada em categorias previamente formadas e, mais ainda, responsáveis pelo vislumbre inicial de todo aquele que não sou eu. A questão é evitar que o processo termine nesse momento, nessa primeira e redutora apreensão do outro» (Martino 2016, 107).

Posso também cair na armadilha de, ao tentar compreender a identidade do Outro, me associar a ela e assim, ao identificar-me com o que vejo em sua superficialidade, acreditar ou esperar que o Outro aja como eu. Vale ressaltar que todos esses processos estão relacionados com a minha percepção e têm por referencial as minhas próprias vivências e experiências e os sentidos

Viver a alteridade no desporto, subsidiada pelas premissas da ciência da motricidade humana

empregados a estas. Assim, reconheço que nem toda a percepção sobre o Outro corresponde de facto às suas reais vivências e aos sentidos empregados e experimentados por ele.

Toda identidade é complexa e multifacetada e temos de ter presente que existem inúmeros fatores embutidos na identidade de uma pessoa. São estes que subsidiam o seu mover-se pelo mundo com singularidade e podem favorecer, ou não, o aprimorar de suas potencialidades. De igual forma, saber reconhecer esta diversidade de fatores pode promover a compreensão das subjetividades e desencadear ações intersubjetivas que, em contexto desportivo, consolidam-se por meio da intercorporeidade.

É relevante enfatizar que, mesmo sem alcançar a plenitude do que o Outro é, ao reconhecer a complexidade que o constitui, sou capaz de desenvolver o respeito e a aceitação pela forma e singularidade que este se apresenta diante de mim (Treanor 2006).

Também tenho de reconhecer que existe complexidade nas relações estabelecidas, e a consciência desta pode desencadear novos sentidos de aceitação tanto de quem eu sou, como de quem o Outro é.

Manuel Sérgio, no conjunto de suas obras, assim o desvela e, mais, assume ser um risco fixar com exatidão a subjetividade humana, a complexidade de suas relações. No entanto, acredita ser necessário estabelecer um olhar de possibilidade para o Ser em movimento, um olhar que permita enxergar que todos podem ser sempre mais e melhor, um olhar que busque alcançar a essência de si, a compreensão da subjetividade do Outro e que permita o estabelecimento de novas e diversificadas relações. Um olhar que comunique, que acolhe, que possibilite a solidariedade e a partilha, um olhar de alteridade (Sérgio 2003; 2005; 2018).

É necessário aprender esse olhar para então apreendermos quem o Outro é. Ao identificar as nuances subjacentes ao conceito de alteridade constato que este processo é mais do que simplesmente identificar as igualdades e as diferenças para poder aceitá-las, é também primordial perceber e compreender a atribuição de valor que são dadas a estas:

«É o valor atribuído a essa diferença que produz a alteridade e não podemos ignorar o quanto essa construção pode ser arbitrária e refletir a ideologia e o desejo de poder de grupos dominantes» (Paterson 2007, 16).

De facto, atribuir e reconhecer valores é inerente a todas as pessoas e, nos pressupostos que compreendem a CMH, está explícito o quanto o Ser assim o faz pois, declaradamente, assume que a vida não se constitui somente de ideias, mas também de princípios e valores:

«A vida não é somente ideia, é também valor. O homem como comportamento decorre entre um conjunto de opções e porque a liberdade se funda na racionalidade, ele tem a percepção viva, tanto de sua autonomia biológica, psicológica e ontológica, como da sua finitude e contingências e que, portanto, não somos simplesmente pois *somos-com-os-outros*» (Sérgio 2018, 74).

Desta atribuição de valores implícita no reconhecimento não só das diferenças, mas, também, daquilo que reconheço como igual, podem emergir infinitos comportamentos. Alguns ajudam a edificar o Ser e promovem, entre outras questões, ações de sensibilização para com o próximo, com o meio em que vive e para consigo mesmo. Outros apresentam-se tão equivocados que acabam por extrapolar o que se considera «bom senso» e integram ações universalmente recusáveis.

É em função dessas atribuições de valores, que ocorrem de forma consciente ou inconsciente, que nos deparamos em contexto desportivo, e não só, com manifestações de menosprezo pelo outro, de comportamentos racistas, xenófobos e preconceituosos. Aqui estou a explicitar as relações enviesadas e comportamentos condenáveis que por vezes se manifestam em relação à pessoa obesa, ao idoso, ao deficiente físico, ao deficiente mental, à diversidade de gêneros, ao imigrante, entre tantos outros «diferentes» que fogem do que se habituou considerar «normal» em nossa sociedade contemporânea.

Estas atitudes são repudiáveis, todos têm a obrigação de coibir, de lutar para que não se façam presentes tanto em contexto desportivo como nos diferentes momentos da vida. Recordo que temos a opção de fazer diferente, somos os únicos responsáveis pelas nossas escolhas, pela nossa forma de pensar, pelo nosso agir.

O reconhecimento e a aceitação do Outro neste mundo tão diverso e da necessidade que temos de interagir é fundamental para a compreensão da alteridade que se pretende. É ao apelo do outro e com ele que as condições para um desenvolvimento pleno, pessoal e coletivo, podem ser estabelecidas:

Viver a alteridade no desporto, subsidiada pelas premissas da ciência da motricidade humana

«O sentido do outro nasce da sua indispensabilidade ao meu estar-no-mundo. Pressupõe o amor, realiza-se no diálogo. [...] no outro encontro inúmeras virtualidades para completar a minha subjetividade» (Sérgio 2018, 74-75).

Somos seres de relações e a emergência de novos conhecimentos é proveniente das interações que estabelecemos em nosso percurso. Chegar ao Outro e voltar a Si favorece o encontro com o mais genuíno de cada um.

Somos também seres de movimento, em nossa essência está o agir, nossa subsistência se faz por meio da ação, mas não uma ação isolada, pois não estamos sozinhos no mundo, não agimos sozinhos na vida.

Na Ciência que Manuel Sérgio propõe não há espaço para o individualismo porque nela se compreende valores de cooperação e solidariedade, se integra pessoas que possam se desenvolver e treinar simultaneamente «o físico, o técnico, o tático, o psicológico, o moral», nela se experimenta o «movimento intencional e em equipe para a transcendência» (2016, 29-30).

Assim, se para a CMH o Ser é para a transcendência, sou em crer que esta não existe sem a presença do Outro, sem o construir e, sobretudo, sem edificar um pensamento e uma ação de alteridade.

Agir com e não reagir a (alguém, alguma coisa, alguma situação)

Ao entender a alteridade como premissa para um estar em sociedade, com conhecimento, aceitação, responsabilidade e cuidado para com o Outro, com o diferente e com quem realmente se é, não é possível conceber o contexto desportivo sem a sua presença. O que está em jogo não é somente reconhecer potencialidades e oportunidades, mas identificar formas de ações compatíveis com os momentos vividos, é saber o porquê e efetuar escolhas de como agir (Sérgio 2016).

A CMH chama a atenção para a responsabilidade sobre o agir e o quanto esta pode despertar o sentido de alteridade, tão necessário para a constituição de um desporto que pretende se consolidar como «expressão social de uma nova organização coletiva solidária e comunitária. De certo modo, o novo tipo de desporto evidenciaria uma nova arte de viver, não por via da antiga concorrência e competitividade entre atletas, cada um ansiando por se tornar

o melhor, o campeão, mas através de uma disputa leal entre as possibilidades de cada um» (Real 2017, 21-22).

A responsabilidade do agir em contexto desportivo advém do processo de construção de um pensamento de alteridade. Neste processo, a noção de coexistência deve estar presente e ultrapassar a individualidade e subjetividade próprias de cada um. Para tanto, faz-se necessário conceber o Ser como sujeito relacional e o converter em um Ser no mundo com o Outro. O ambiente, nesse processo, ocupa um lugar de destaque para esta relação.

Assim, a partir do pensamento de Merleau-Ponty (2011) infere-se que em contexto desportivo o agir depende de diferentes fatores que dialogam entre si. Em um primeiro momento depende de como se estabelece a percepção «além da perspectiva do Para Si – minha visão sobre mim e a visão do outro sobre ele mesmo –, uma perspectiva do Para Outro – minha visão sobre o Outro e a visão do Outro sobre mim». Posteriormente há a partilha de situações vivenciadas na «intersecção de minhas experiências, e na intersecção de minhas experiências com aquelas do outro, e pela engrenagem de umas nas outras», que acontecem de forma plural e concomitante (Merleau-Ponty 2011, 8-18).

Tem-se também de saber conjugar as interferências do ambiente neste processo de escolha, pois o contexto onde se insere a ação passa a adquirir um sentido circunstancial, determinado pelas resoluções adaptativas e pelas proposições interativas que, a cada momento, permitem ao Ser agir de forma diferente. É possível perceber que tanto o ambiente interfere na ação do sujeito quanto a ação promove alterações no ambiente:

«É esse princípio de reciprocidade que estabelece um *continuum* entre os sistemas e seus ambientes de existência (subsistemas) que permite compreender que as formulações produzidas em certo contexto não se impõem por substituição às anteriores, mas emergem delas e geram novas, por contaminação – ainda que remota» (Britto 2010, 187).

Exemplo desta questão pode ser visto durante os jogos desportivos e o comportamento de suas torcidas ou mesmo entre os jogadores em campo. Tanto podem estimular comportamentos sociais que edificam e contribuem para o crescimento individual e coletivo, como podem incitar ações totalmente condenáveis.

Viver a alteridade no desporto, subsidiada pelas premissas da ciência da motricidade humana

Por fim, mas não só, chamo a atenção para os valores que são cultivados por cada um e que estão a subsidiar as escolhas em relação aos comportamentos adotados em diferentes momentos da vida e, de forma especial, junto a ação desportiva.

É pertinente destacar que o desporto proposto pela CMH almeja uma motricidade que se constitua por um mover-se ético, político e científico. Duarte Araújo (2021) elucida que no desporto as ações estão revestidas de valores e são resultantes das interações estabelecidas entre os praticantes, seus contextos e objetivos. Escolher como agir é uma ação intencional, dirige-se a um fim, é a efetivação de um querer. Nem sempre as escolhas são acertadas ou adequadas, e o que pode parecer acertado para um é impróprio para outro. Isto porque:

«As pessoas se desenvolvem em contextos socioculturais onde os sistemas de valores são plurais e incompatíveis. Na escola, ou entre grupos de amigos, os valores podem ser diferentes daqueles vividos em contexto desportivo. Mesmo entre treino e competição os valores vividos podem ser distintos. Por isso, as ações do dia a dia são caracterizadas por conflitos de valores. Se há conflito é porque não podem ser utilizados simultaneamente valores concorrentes. E escolher quais valores que devem ter prioridade depende do contexto» (Araújo 2021, 83-84).

O que tenho como certo é que pela perceção de um sujeito por outro, toda subjetividade presente no agir tende a se manifestar como um fenómeno aberto ao conhecimento e, ao mesmo tempo que é preservada em suas singularidades, pode tanto se deixar afetar como afeta aquele por quem a ação é percecionada.

É ao estabelecer uma relação dialógica entre o eu, o outro e o contexto que a intersubjetividade/intercorporeidade acontece e está impregnada de sentidos e de valores nem sempre coincidentes. No meio desportivo estas relações são essenciais para que o jogo se faça concreto, mas não só. Quem observa também faz parte deste processo relacional, e o agir do desportista converte-se em linguagem, é comunicação e sabe bem comunicar.

E o que tem comunicado o Ser em situação de desporto na contemporaneidade? Quais mensagens implícitas em seus atos, dentro e fora de campo, são apreendidas, incorporadas e disseminadas por aqueles que os acompanham? Como estão a ser recebidas?

Pensar a comunicação entre as pessoas, e de modo específico a comunicação que se estabelece por meio da motricidade, requer um certo cuidado. Isto porque a forma de comunicar é pessoal (em função das vivências próprias de cada um) e o modo de perceber esta comunicação também estará sujeito às vivências de quem está a observar e/ou a participar desta interação. Deste modo, não é única (Merleau-Ponty 1992; 2011).

Esta constatação, no entanto, não tira a responsabilidade que se deve ter no momento de escolher como agir frente a diferentes situações e contextos. A consideração sobre os valores inseridos nestas ações, a adequação das mesmas para o momento e a repercussão destes atos devem subsidiar as escolhas. Como nos diz Humberto Maturana (2001), embora sejamos «maravilhosamente irresponsáveis sobre o que o outro escuta», compreende ou interpreta, somos «totalmente responsáveis sobre o que dizemos», sobre o que apresentamos, sobre as atitudes que escolhemos ter (2001, 74).

Acredito que o desporto, enquanto fenómeno humano, pode também ser compreendido como mecanismo de comunicação, possibilidade de expressão e agenciador de relações e interações que se sustentam por meio da ética e da responsabilidade. De tal modo, pode ser responsável pelas mudanças estruturais nos sistemas vivos e, quando assim o for, provocar alterações e transformações significativas e necessárias à vivência de uma vida com mais qualidade. «[...] a mudança pode ser grande ou pequena, não importa, mas desencadeia-se nele uma mudança estrutural» (Maturana 2001, 75).

Junto ao desporto, estas mudanças estruturais assumem uma dimensão para muito além do imaginado. Podem se converter em causas, podem estimular comportamentos, podem fomentar valores, pois «[o] atleta pode o que é» (Sérgio 2016, 19).

É preciso ter a consciência da responsabilidade que está implícita em nossa forma de agir, responsabilidade tanto para conosco quanto para com o Outro. Aqui também a alteridade se presentifica e corporifica.

Alteridade e desporto: reconhecer o que nos move para movermo-nos com ética, respeito, aceitações de si, do outro e do diferente

Parto do princípio de que a relação entre alteridade e desporto, tendo por base a CMH, constitui-se, para além dos conceitos teóricos, de sua experimentação no mundo da vida, por meio do corpo em movimento intencional e consciente. É a efetivação de uma práxis que se pretende transformadora.

Deste modo, a alteridade que se quer presente no desporto deve constituir-se de um projeto permanente que objetive o conhecimento, o reconhecimento e a aceitação recíproca do Outro, da minha pessoa e das nossas circunstâncias.

As premissas da CMH nos possibilitam indicar que esse projeto pode se consolidar quando o ato de ensinar ou de treinar contemplar um pensamento de alteridade que se estabeleça como um processo *continuum*, que promova a capacidade de perceber e reconhecer fragilidades e fortalezas, que suscite a crença na virtualidade para a ação, em saber que todos podem vir a ser aquilo que ainda não são. Que instigue o Ser a olhar o Outro para além de si mesmo, a agir com e não reagir a ele ou às circunstâncias, de operar uma intenção e, por fim, superar, superar-se e transcender.

Para isso é necessário reconhecer o que nos move. Não apenas o mover físico, que desloca um corpo de um lugar ao outro, mas o motivo que nos faz ser movimento de/em vida:

«Aqueles que tratam em suas intervenções com a motricidade/corporeidade têm a responsabilidade de provocar, no ser humano, a busca do conhecimento tendo em vista apropriar dos saberes construídos pela humanidade. Ao mesmo tempo, favorecer a edificação de atitudes ligadas à compreensão humana, aos sentimentos e aos valores, permitindo o emergir de um novo Ser crítico, que busca a superação e a liberdade» (Pereira 2020, 29).

Nesta busca, se faz necessário deixar cair as barreiras que insistem em fragmentar os espaços e o conhecimento e ceder lugar para a criação de novos olhares e saberes. Assumir que as narrativas mestras já não são consideradas verdades absolutas, e o que antes estava hermético pode agora estabelecer-se com uma porosidade que favorece as trocas, as conexões e as

partilhas. É inevitável, ainda, transitar por entre campos de saberes, ressignificando o que já era conhecido e transpondo com novos sentidos e significados o conhecimento até então adquirido.

Este será um desafio diário e sou em crer que, a partir destes comportamentos, a alteridade pode se fazer presente em contexto desportivo e converter-se, também ela, em movimento que opera mudanças em diferentes segmentos da vida.

Quando o Ser sabe ser presença no espaço em que habita reconhece sua incompletude e tem coragem de tudo fazer para a superar. O Ser assume-se corpo em movimento intencional, assume-se «casa» onde constrói sua identidade, opta como agir e move-se, acreditando na possibilidade de concretizar os seus sonhos e desejos, reconhece as verdades que o fazem mover e as converte em «causa», luta e desafia por elas. Sabe comunicar e se fazer ouvir. Enquanto Ser que presentifica o desporto, se coloca como projeto a concluir e aceita que nunca estará totalmente completo, pois sua essência o faz querer mais, superar e superar-se a cada novo dia.

Conclusão

Desvelar a presença da alteridade junto aos pressupostos da Ciência da Motricidade Humana; instigar para o compromisso, para a necessidade de um agir intencional que respeite e se faça respeitar em contexto desportivo; explicitar a possibilidade de um pensamento de alteridade estar a subsidiar o fazer de todos os envolvidos na concretização do fenómeno desportivo e identificar o desporto como uma possibilidade de experienciar o movimento da ética, do conhecimento, do respeito, da aceitação de si e do outro, foi o objetivo que busquei alcançar.

Neste percurso, mais do que revelar minhas reflexões sobre o desporto e a alteridade, subsidiadas pela CMH, tive a oportunidade de ressignificar conceitos, transpor conhecimentos e construir um olhar renovado para este fenómeno, e um olhar de alteridade para quem o corporifica.

A cada vez que revisito as obras e procedo a uma imersão no pensamento de Manuel Sérgio mais me convenço das possibilidades de abertura que a CMH oferece para a compreensão e para o desenvolvimento do Ser em movimento, do Ser em sociedade.

Viver a alteridade no desporto, subsidiada pelas premissas da ciência da motricidade humana

É por meio dos pressupostos desta Ciência que vejo a possibilidade de edificar uma realidade no desporto que privilegie a convivência ética, o respeito às subjetividades, o desenvolver de relações de afeto, empatia, coragem de aceitar o outro e tudo o que ele traz, sua natureza, sua cultura, seus anseios, suas fragilidades e virtualidades e, assim, promover minha própria aceitação.

Acredito ainda que por meio dos nossos atos e do nosso querer podemos operar mudanças, ensinar e, acima de tudo, aprender. Espero e desejo que possamos sempre apreender o Ser, o Outro e, solidariamente, construir um pensamento encarnado de alteridade que nos permita viver plenamente o movimento intencional para a transcendência.

Bibliografia

- Abbagnano, Nicola. 1982. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou.
- Araújo, Duarte. 2021. «Fair-play». Em *Breve Tratado das Virtudes Desportivas*, ed. Alexandre Palma e João Eleutério. Lisboa: Universidade Católica Editora, 77-92.
- Britto, Fabiana Dultra. 2010. «Processo como lógica de composição na dança e na história». *Sala Preta*, 10: 185-189. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v10i0p185-189>
- Martino, Luís Mauro Sá. 2016. «Epistemologia da alteridade: entre o *erklären* (explicar) e a *verstehen* (compreender) de outrem». *Líbero*, 19, n.º 37: 101-108.
- Maturana, Humberto. 2001. *Cognição, Ciência e Vida Cotidiana*. Traduzido por Cristina Magro e Victor Paredes. Belo Horizonte: UFMG.
- Merleau-Ponty, Maurice. 1992. *O Olho e o Espírito*. Traduzido por Luis Manuel Bernardo. Lisboa: Editora Vega.
- Merleau-Ponty, Maurice. 2011. *Fenomenologia da Percepção*. São Paulo: Martins Fontes.
- Mortari, Katia Simone Martins. 2013. *A compreensão do corpo na dança: um olhar para a contemporaneidade*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Faculdade de Motricidade Humana. <http://hdl.handle.net/10400.5/5177>
- Paterson, Janet M., entrevista de Sandra Regina Goulart Almeida. 2007. «Pensando o Conceito de Alteridade Hoje». *Aletria: Revista de Estudos de Literatura*, 16, n.º 2: 12-19. <https://doi.org/10.17851/2317-2096.16.2.12-19>
- Pereira, Ana Maria. 2020. «A concepção de transcendência presente na motricidade humana». Em *Saber-se Corpo: Ensaios sobre Desporto, Cinema e Motricidade*, ed. Alfredo Teixeira e Inês Espada Vieira. Lisboa: Universidade Católica Editora, 15-36.
- Real, Miguel. 2017. «Uma Revolução Epistemológica – Prefácio». Em Manuel Sérgio, *Para Um Desporto do Futuro*. Lisboa: IPDJ, Porto: Edições Afrontamento, 13-22.
- Sérgio, Manuel. 2003. *Alguns Olhares Sobre o Corpo*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Sérgio, Manuel. 2016. *Desporto em Palavras*. Lisboa: PNED – Plano Nacional de Ética no Desporto, Porto: Edições Afrontamento.
- Sérgio, Manuel. 2017. *Para Um Desporto do Futuro*. Lisboa: IPDJ, Porto: Edições Afrontamento.
- Sérgio, Manuel. 2005. *Para Um Novo Paradigma do Saber e do Ser*. Lisboa: Ariadne.
- Sérgio, Manuel. 2018. *Para Uma Epistemologia da Motricidade Humana*. Lisboa: Nova Vega.
- Treanor, B. 2006. *Aspects of Alterity: Levinas, Marcel, and the contemporary debate*. Nova Iorque: Fordham University Press.



CATOLICA
INSTITUTO DE
ESTUDOS DE RELIGIÃO

BRAGA-LISBOA-PORTO



CÁTEDRA
MANUEL
SÉRGIO

DESPORTO, ÉTICA
E TRANSCENDÊNCIA

A cultura olímpica assumiu o desporto como uma prática de promoção da paz. Nos Jogos Olímpicos da antiguidade clássica, o resultado das competições passou a disputar-se entre vitoriosos e perdedores, e não já na fronteira entre a vida e a morte. O inimigo mortal passou a adversário, que deve ser respeitado, pois, na próxima edição dos Jogos, pode ser ele o vitorioso. Também o desporto moderno se consolidou em torno de causas comuns. Esse é o caminho de construção de um valor universal não hegemónico, que acolhe e respeita todas as diferenças, em tensão com a cultura tóxica da competição imperialista e supremacista.

Alex Villas Boas é Doutor em Teologia (PUC-SP). É Investigador Principal do Centro de Investigação em Teologia e Estudos de Religião (UCP-CITER), Editor Associado da *Ephata - Revista Portuguesa de Teologia* (UCP-FT) e Editor-Chefe da *Teoliterária - Revista de Literaturas e Teologias* (PUC-SP/PUC-PR/UNICAMP/ALALITE/UCP).

Alfredo Teixeira é Doutor em Antropologia (ISCTE-IUL) e Mestre em Teologia (UCP-FT). É Professor Associado na Faculdade de Teologia (UCP), onde coordena a Formação de Extensão Universitária. Integra a Comissão da Liberdade Religiosa (Ministério da Justiça) e coordena a Cátedra Manuel Sérgio – Desporto, Ética e Transcendência.

PATROCÍNIO

